



UFMS UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

CÂMPUS DE TRÊS LAGOAS

**A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO SOBRE O TRABALHO
INFANTIL: MÍDIA, IMAGENS E PODER**

Rosemere de Almeida Agüero

TRÊS LAGOAS

2008



UFMS UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

CÂMPUS DE TRÊS LAGOAS

**A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO SOBRE O TRABALHO
INFANTIL: MÍDIA, IMAGENS E PODER**

Rosemere de Almeida Agüero

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração Estudos Lingüísticos, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – Câmpus de Três Lagoas, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Letras.

**Orientadora: Prof^ª Dr^ª Vânia Maria
Lescano Guerra**

TRÊS LAGOAS - MS

Abril de 2008

A 282 c

Aguero, Rosemere de Almeida

A construção do discurso sobre o trabalho infantil: mídia, imagens e poder / Rosemere Aguero de Almeida. Três Lagoas (MS): [s/], 2008. 137 p.

Orientadora : Profª. Drª. Vânia Maria Lescano Guerra.

Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *Campus* de Três Lagoas, 2008.

1. Trabalho infantil. 2. Identidade. 3. Poder. 4. Mídia brasileira. I. Vânia Maria Lescano Guerra. II. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. III. Título.

**A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO SOBRE O TRABALHO
INFANTIL: MÍDIA, IMAGENS E PODER**

BANCA EXAMINADORA

Prof.^ª. Dr.^ª. Vânia Maria Lescano Guerra UFMS)

Prof.^ª. Dr.^ª. Helcira Maria Rodrigues de Lima (UFMG)

Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues (UEMS)

Suplentes:

Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas (UFSCar)

Prof.^ª. Dr.^ª. Marlene Durigan (UFMS)

DEDICATÓRIA

Para a minha querida filha, Anne Caroline, símbolo de inspiração, amor, renúncias e lutas que me faz acreditar, a cada dia, que todos os sacrifícios valem a pena, renovando-me e convidando-me a continuar...

AGRADECIMENTOS

A Deus que me sustentou, fortaleceu e conduziu durante toda essa caminhada.

À família, pelos laços que construímos e pelo muito de todos que existe em mim.

À professora e orientadora, Dr^a. Vânia Maria Lescano Guerra, pelo incentivo, carinho e atenção, durante esses anos de convivência e pesquisa, pela crítica que construiu, pelo apoio que permitiu romper fronteiras, pela confiança, amor e paciência, desde os primeiros momentos até a produção deste trabalho e, especialmente, pela amizade que construímos no decorrer desta jornada.

À Prof^a. Dr^a. Marlene Durigan e ao Prof. Dr. Nilton Hernandez, pela significativa contribuição acadêmica em meu processo de formação.

Ao Saulo, pelo apoio, por compartilhar experiências, idéias e, principalmente, pelo tempo que retirou do seu trabalho e dedicou à minha pesquisa, em longos e, às vezes, tensos diálogos, somando reflexões ao objeto de esta dissertação, numa valiosa interlocução.

Aos colegas do Curso de Mestrado, pelas palavras de apoio e idéias durante a definição do *corpus* desta pesquisa.

Aos colegas da UEMS de Jardim e aos demais amigos, pelo incentivo ao meu ingresso no Curso de Mestrado e pelo apoio durante o meu processo de qualificação.

Ao Edson, pelo apoio doméstico, substituindo-me em todas as minhas ausências, que não são poucas, sempre junto a minha filha e a minha família.

À TV Morena, Campo Grande, pela cessão do material utilizado durante a pesquisa, sem o qual seria impossível desenvolver esta dissertação.

Muito Obrigada!

Se as sociedades se mantêm e vivem, ou seja, se os poderes não são “absolutamente absolutos”, é que por trás de todos os consentimentos e coerções, para além das ameaças, das violências e das persuasões, há a possibilidade desse momento em que a vida não mais se troca, em que os poderes não podem mais nada e em que, diante os gibets e as metralhadoras, os homens se revoltam.

(FOUCAULT, 1994, p. 793)

RESUMO

Neste trabalho, tratamos do discurso sobre o trabalho infantil construído pela mídia televisiva brasileira, por meio das imagens e da linguagem verbal recortadas e veiculadas ao público, em dez reportagens sobre a exploração do trabalho infantil, em Mato Grosso do Sul. As reportagens foram exibidas pela TV Morena e Rede Globo de televisão, a partir do mês de maio, do ano de 2004. Outro aspecto, também estudado, é como a mídia constrói a identidade do sujeito-telespectador a partir dos discursos que recorta e edita. Partimos das hipóteses que a construção do discurso sobre o trabalho infantil, na mídia televisiva, é o resultado de sucessivas práticas discursivas historicamente construídas, institucionalizadas, e intervenções do poder-saber e de que, na construção desses discursos, os adultos idealizam um universo infantil para a criança pobre, tratando-o a partir de uma visão de infelicidade, baseada na racionalidade adulta, e na possibilidade de uma vida futura mais substancial. A linguagem veiculada é, igualmente, recortada e editada a partir de uma visão baseada na mesma racionalidade. Na perspectiva de comprovar as hipóteses referidas, buscamos algumas regularidades discursivas presentes na linguagem verbal das reportagens selecionadas. Esses dados foram analisados com base na teoria do discurso de Foucault, com contribuição da análise semiológica proposta por Courtine, uma vez que não se pode dissociar os aspectos históricos e lingüísticos das imagens veiculadas, que inauguram novas práticas de análises discursivas na contemporaneidade. Procurando compreender, ainda, os efeitos de sentidos construídos pela mídia, utilizamos conceitos propostos por Charaudeau, que mostra como a mídia, na perspectiva de instância de produção, regula as trocas sociais, construindo determinadas representações, criando e manipulando signos e produzindo sentidos. Nessa análise, a infância foi concebida como uma construção social e, nesse sentido, a televisão foi observada com o objetivo de se verificar como ajuda a construir a identidade social neste país. O trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo trata das condições de produção do discurso midiático. O segundo, apresenta os principais dispositivos teóricos da AD e o terceiro, analisa o discurso sobre o trabalho infantil, presente nas dez reportagens, conjugando-se a espessura sócio-histórico-ideológica às imagens veiculadas nas entrevistas e ao funcionamento lingüístico presentes nos enunciados e modos de enunciação. Esperamos poder contribuir, a partir deste trabalho, para a compreensão de como a mídia televisiva constrói um discurso sobre o trabalho infantil, na contemporaneidade, assim como para a importância desses discursos na construção desses novos sujeitos.

Palavras-chave: Trabalho infantil; mídia brasileira; identidade; poder; saber

ABSTRACT

In this work we study the discourse about the working children on Brazilian TV Journals. We analyze this subject considering images and oral languages broadcasted on 10 stories about the exploitation of children labor, in South Mato Grosso. These reports were broadcasted by Morena TV and Rede Globo, during 2004, may. Another aspect observed as well is the way how the media creates the viewer identity from the discourses that the own media cut and edicts. We have a hypothesis that the discourse creation about children labor is result of successive discursive practices historically maintained and institucionalized. Besides that the intervention of the power as knowledge maker the grown ups idealize the child universe to the poor children. They consider this universe unhappy because it is based on adult rationality and on the possibility of richer future. The use of the language on this report is cut and edict based on the same adult rationality. In order to prove the hypothesis we search some discursive regularities on collected report oral language. These data were analysed based on Foucault discourse theories, as well as the Courtine semiologic analysis. It has been done because it is not possible to dissociate linguistic and historic aspects from the images broadcasted. These images started new practices of discursive analysis nowadays. On this analysis, the childhood was considered a social concept and this sense television was observed in order to comprehend how this media contribute to set a social identity in Brazil. This dissertation is organized in three chapters, the first one analyses the conditions of mediatic discourse production. The second one presents the main theoretic framework of AD and the third one analyses the discourse about the children labor broadcasted on the reports. The analysis took into consideration the social historical and ideological elements to explain the images broadcasted on the interview and the linguistic aspects on the enunciation and on the ways of enunciation. We intended to contribute to the comprehension about the media TV broadcasts a discourse about the children labor, and how important these discourses are the new social subjects.

Key-words: Children labor; Brazilian media; Identity; Power; Knowledge.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
------------------------	-----------

CAPÍTULO I

O DISCURSO MIDIÁTICO TELEVISIVO E SUAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

1.1 As condições de produção do discurso.....	19
1.2 Situando o discurso midiático de informação.....	23
1.3 Televisão: a dupla semiologia das imagens e das palavras.....	28
1.4 A mídia e a espetacularização do acontecimento.....	29
1.5 Foucault e Deleuze: do poder disciplinar à sociedade e de controle.....	33

CAPÍTULO II

NOS DOMÍNIOS DO DISCURSO

2.1 Em direção à teoria do discurso.....	39
2.2 As influências teóricas na construção da AD.....	42
2.3 Fala, discurso e sentido.....	45
2.4 Ideologia, memória e formações imaginárias.....	46
2.5 Interdiscurso e intradiscurso.....	49
2.6 Processos parafrásticos e polissêmicos na produção dos sentidos.....	50
2.7 Formação discursiva : um instrumento essencial à AD.....;;.....	51
2.8 A heterogeneidade.....	53
2.8.1 A heterogeneidade discursiva mostrada.....	53
2.8.2 A heterogeneidade constitutiva nos discursos.....	53
2.8.3 A heterogeneidade reconhecida.....	54
2.9 A incompletude da linguagem.....	54

CAPÍTULO III

O DISCURSO DA INFÂNCIA NA MÍDIA TELEVISIVA SOB A PERSPECTIVA DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

3.1 Por uma prática semiológica na AD.....	56
3.2 Condições de produção em sentido estrito.....	58
3.2.1 Palavra (discurso) e imagem.....	64
3.3 Condições sócio-histórico-ideológicas de produção dos discursos de exploração do trabalho Infantil.....	74
3.4 Poder, saber e resistência.....	97
3.5 Sujeitos, saberes e poderes nos discursos das e ntervistas.....	104
3.6 Enunciados e modos de enunciação presentes nas e ntervistas.....	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	134
ANEXO A Transcrição das entrevistas.....	139
ANEXO B Entrevistas gravadas em CD ROOM.....	146

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como principal aporte a teoria dos discursos, na perspectiva teórica da Análise do Discurso de linha francesa (AD), e traz uma reflexão à área e aos estudos das práticas discursivas e identitárias, no âmbito da Linguística. Tem como tema *A construção do discurso sobre o trabalho infantil: mídia, imagens e poder*.

A origem etimológica do termo trabalho, segundo Custódio (2006, p. 14), está associada à versão latina *tripalium*, instrumento usado para a tortura dos escravos. Já a expressão “infância”, vincula-se à concepção daquele que não pode falar. Rousseau, no século XVII, definia esse período como um tempo de preparação para a vida adulta, conceito que chegou à contemporaneidade associado à condição do sujeito em desenvolvimento, característica de crianças e adolescentes.

De acordo com a OIT – Organização Internacional do Trabalho – trabalho infantil é aquele exercido por qualquer pessoa abaixo de 16 anos (CUSTÓDIO, 2006). Nesse sentido, a exploração do trabalho infantil é considerada como a realização do trabalho prestado por crianças e adolescentes, apropriado aos adultos, no qual suportam responsabilidades que suplantam suas próprias capacidades e em prejuízo dos seus desenvolvimentos.

A compreensão do que, contemporaneamente, denomina-se exploração do trabalho infantil não pode ser dissociada da realidade social ao longo da história brasileira. Nesse contexto histórico-social, a imprensa, principalmente no início do século XX, exerceu um papel relevante no combate a essa exploração, mobilizando diversos segmentos sociais em atitudes de resistência.

Gradativamente, a imprensa, aqui identificada como mídia de informação, assumiu, no campo social, o papel de instância de denúncia, embora seja observada com certa desconfiança no espaço público, pelo fato de produzir imagens deformantes da realidade e ser vinculada à manipulação de mentes.

A opção pelo tema, nesse sentido, é relevante porque a mídia exerce, na contemporaneidade, inegável ascendência sobre os sujeitos e, principalmente, sobre a infância, influenciando na construção social desses sujeitos.

O estudo dessa temática relaciona-se a um compromisso de compreender o discurso sobre o trabalho infantil, a exemplo de outros trabalhos publicados. Dentre estes trabalhos destacamos *Mídia impressa e violência: (re)construção do espaço público*, escrito por Wilson Borges (2003), da UFF/RJ, que trata da constituição do sujeito a partir de sua relação com o espaço público, na perspectiva da mídia como

formadora e armazenadora de uma memória social. E, ainda, *O fio e a trama: as crianças na malha do poder*, de Maria Isabel Edelweiss Bujes (1999), da UFRGS, que a partir de alguns discursos presentes em documentos governamentais circunscritos à questões curriculares, verifica como se expressa o poder e as estratégias que usa para produzir um determinado tipo de subjetividade. Da mesma autora o artigo *Que infância é esta?* (2007), repete a temática infância-poder, mostrando como o sujeito infantil é *fabricado* pelos discursos institucionais e pelos meios de comunicação de massa. A exemplo dos estudos citados pretendemos contribuir para a reflexão acerca do discurso sobre o trabalho infantil e da identidade dos sujeitos, socialmente construída, a partir das materialidades simbólicas de significação, que envolvem as imagens recortadas e a linguagem verbal veiculadas pela mídia televisiva.

O conceito de imagem, neste trabalho, refere-se à imagem televisionada, que, segundo Charaudeau (2006, p. 110), “tem uma origem enunciativa múltipla com finalidades de construção de um discurso ao mesmo tempo referencial e ficcional [...]”. A imagem de que tratamos aqui é aquela destinada à informação, construída pela mídia a partir da captura dos fatos do espaço real, para posterior filmagem, montagem, nos estúdios, e difusão, a partir de escolhas realizadas por uma equipe, segundo os efeitos que se quer obter.

Para falar desses efeitos de sentidos construídos pelas mídias, e mais propriamente pela mídia televisiva, utilizamos como aporte teórico Charaudeau (2006), que irá mostrar como a mídia regula as trocas sociais, construindo determinadas representações de valores, criando, manipulando signos e produzindo sentidos.

Outra razão para o estudo deste tema é que o discurso da mídia televisiva, em face de sua contemporaneidade reproduz o momento sócio-histórico vivido pelos brasileiros, produto de práticas discursivas, ideológicas e intervenções do poder-saber, dispersos em todo o campo social.

Optar pelo discurso sobre o trabalho infantil implica em apresentar os grandes momentos de sua história no Brasil, que produziu, em épocas específicas, condições de emergência para novas abordagens conceituais dos sujeitos diante da sociedade e da vida.

A compreensão das subjetivações dos sujeitos infantis é observada como um fenômeno intermediado por complexas relações sociais, em que está presente a história, a ideologia, as relações de força, o poder e o saber que dão origem a discursos disseminados por toda a sociedade. Desse modo, o discurso televisivo, neste estudo, é

observado como uma expressão do exercício de poder, na sociedade contemporânea.

Nesse sentido é relevante uma pesquisa que busca observar as práticas discursivas que interferem na formação ideológica dos sujeitos infantis, a partir de um *corpus* cujo tema é a infância em situação de exploração do trabalho.

O *corpus* desta investigação é constituído por dez reportagens veiculadas pela TV Morena, principal emissora de televisão do Estado de Mato Grosso do Sul, e pela Rede Globo de televisão. O critério para a escolha do material foi coletar reportagens nas quais a criança é o principal sujeito relatado. Para a realização deste estudo a TV Morena gentilmente nos cedeu 21 (vinte e um) minutos de reportagens gravadas, que constam no anexo B deste trabalho, para um possível interesse em consultar.

Os discursos foram transcritos na ordem em que apareciam nas entrevistas.

A escolha das reportagens foi definida a partir da primeira, exibida em maio de 2004 pela TV Morena, que tratava a respeito de crianças que, em pleno coração do Pantanal de Mato Grosso do Sul, sobreviviam de iscas que catavam à noite, entre jacarés e sucuris, expostas a toda sorte de perigos. A reportagem ganhou repercussão nacional, dando origem a uma série de outras matérias com a mesma temática, exibidas pela TV Morena nos horários de seus principais telejornais.

Reconhecendo a inegável influência que a mídia televisiva exerce sobre a formação dos sujeitos infantis, estabelecemos como problemas de investigação: Como é construído um discurso sobre o trabalho infantil na mídia televisiva brasileira deste início de século? Como o sujeito- telespectador constitui-se a partir dos discursos editados na televisão?

Estas perguntas norteiam diretamente o estudo, cujo objetivo geral é buscar, por meio de um trabalho semiológico de análise, regularidades discursivas e imagens veiculadas pela televisão, que ajudarão a evidenciar como o discurso sobre o trabalho infantil é construído pela mídia televisiva e como a infância habita o imaginário do adulto na contemporaneidade.

Operar com o conceito de semiologia, neste trabalho, não implica em desenvolver uma análise semiótica aprofundada das imagens exibidas nas reportagens, mas trabalhar na perspectiva do que compreende Courtine (2006), quando observa que o discurso, na contemporaneidade, não pode ser dissociado da produção e da recepção de imagens, uma vez que a mensagem não é mais puramente lingüística, mas “uma colagem de imagens e uma performatividade do discurso, que deixou de ser prioritariamente verbal” (COURTINE, idem, p. 84 -5). É nesse sentido que discorreremos sobre as imagens, na perspectiva de mostrar que os recortes de cenas e discursos,

selecionados pela mídia televisiva, implicam diretamente nos efeitos de sentidos produzidos e visados.

Como objetivos específicos, estabelecemos: a) analisar os efeitos de sentidos construídos nas entrevistas, pela mídia televisiva, a partir dos recortes efetuados no *corpus*; b) estudar as relações de poder presentes nos discursos, a partir dos lugares sociais ocupados pelos sujeitos discursivos; c) descrever as técnicas de controle exercidas pelo poder-saber, nos campos microfísicos das relações de forças sociais, circunscritos ao âmbito das reportagens, assim como a imposição de regimes de verdade; d) apontar aspectos de resistência no discurso do e sobre o trabalho infantil; e) estudar as práticas identitárias no que diz respeito aos sujeitos do discurso; e) descrever processos de interpelação ou subjetivação do sujeito falante pelo sujeito ideológico, presentes nos discursos; f) estudar fatores de heterogeneidade, assim como os interdiscursos que atravessam as práticas discursivas, presentes nos dados, apontando a incidência de elementos pré-construídos, oriundos de formulações de natureza histórico-ideológica, socialmente legitimadas.

O tratamento do tema tem como suporte teórico principal a AD na perspectiva de Foucault. A partir das reflexões do filósofo francês, procuramos estabelecer uma relação entre a produção de discursos e os processos de subjetivação na cultura contemporânea.

As hipóteses básicas previstas para a investigação são duas. A primeira é que *a construção social do discurso sobre o trabalho infantil, pela mídia televisiva, constitui marcas de sucessivas práticas discursivas, historicamente construídas, institucionalizadas, e intervenções do poder-saber*. Essas intervenções partem de uma ótica que se lança ao sujeito, compreendendo-o como uma invenção histórica, cuja identidade é constituída por meio dos aparatos discursivos institucionais que o definem como sujeito. Esse é o ponto de vista de Foucault, principalmente em suas últimas obras, quando articula a formação dos saberes ao espaço genealógico do poder e à formação das subjetivações, visualizando o sujeito como produto de árduos e conflituosos acontecimentos discursivos no decorrer da história e de interesses originados nos múltiplos lugares da sociedade.

Outra hipótese é a de que *os adultos idealizam um universo infantil para o sujeito infantil pobre, tratando-o a partir de um ponto de vista baseado na racionalidade adulta*.

Os procedimentos metodológicos utilizados para a análise do *corpus* circunscrevem-se à *metodologia arqueológica* de Foucault, cuja característica é

reconhecer que os saberes não emergem a partir de uma lógica contínua. Foucault rompe com a idéia de continuidade discursiva, postulando conceitos como descontinuidade, ruptura e transformação. Nessa metodologia o discurso é pensado como um acontecimento que constrói aquilo de que fala, e é tratado na perspectiva de vincular-se às práticas discursivas que descrevem o que pode e deve ser dito, em determinada situação, do ponto de vista da existência do discurso.

Operamos a partir do conceito de “arquivo” postulado por Foucault (2002, p. 149). Na esteira do que postula o filósofo, a análise desenvolve-se a partir de um conjunto de enunciados efetivamente produzidos, recortados das reportagens, compreendidos como acontecimentos singulares. Esses enunciados são entendidos como produtos de relações que caracterizam o nível discursivo. A concepção de “arquivo”, ainda segundo o postulado foucaultiano, insere-se também num nível que opera entre a tradição e o esquecimento, prática que, segundo Foucault (2002, p. 150), permite aos enunciados subsistirem e se modificarem regularmente, transformando-se.

Nessa perspectiva metodológica, falar de discurso é falar de relações discursivas ou regularidades discursivas. O método arqueológico investiga as relações discursivas que operam de modo a impor determinadas formas ao discurso, buscando estabelecer suas regularidades, ou seja, as regras que descrevem uma determinada formação discursiva. Considera também o estatuto do falante, concebendo o sujeito como uma posição que ocupa no campo social, assim como os âmbitos institucionais de onde enuncia.

A análise, na perspectiva arqueológica, desloca-se para fora das enunciações, evidenciando a positividade dos discursos, seu aparecimento e os efeitos de verdade que estabelece.

A partir do *método arqueológico* buscamos determinar as práticas discursivas presentes nos discursos veiculados, recortando-os para analisá-los do ponto de vista local, entendendo-os como produtos de uma rede de saberes responsáveis pela emergência dos discursos sobre o trabalho infantil. Estudando os enunciados sob a condição de discursos, analisamos determinadas marcas lingüísticas, no sentido de apreender os efeitos de sentidos construídos, pela mídia televisiva, responsáveis por todo um processo de significação. Respeitamos, nos procedimentos de análise, os passos do grande projeto teórico-metodológico da AD, construído por Pêcheux, Foucault e Bakhtin, que nos orienta a analisar as articulações entre a linguagem e a história, atribuindo relevância aos fenômenos interdiscursivos. A partir desse viés, interpretamos os efeitos de sentidos presentes nas materialidades discursivas e os

princípios de controle relacionados ao poder.

O método *genealógico* de Foucault é aplicado à análise de maneira complementar, sob a perspectiva de refletirem saberes ligados a determinadas formações discursivas e a formas de poder, presentes no contexto histórico-cultural contemporâneo. A partir da genealogia de Foucault, buscamos compreender como o poder é exercido por meio dos discursos veiculados.

O trabalho de análise será feito a partir de *recortes* efetuados no *corpus*, mediante a posição teórica adotada e as perguntas de pesquisa a serem respondidas. Nessa perspectiva, adotamos o conceito de recorte concebido por Orlandi (1984, p. 14), como um “fragmento da situação discursiva”. Para a autora (*idem*) o recorte é uma unidade discursiva, entendida como fragmentos correlacionados de linguagem e situação.

A problematização da temática requer a articulação de várias categorias complexas de conhecimentos, tais como a Mídia, o Trabalho Infantil, a Filosofia, além de operações inerentes à AD. Desse modo, pela natureza do objeto, este estudo privilegia a interdisciplinaridade.

O conceito de discurso utilizado neste trabalho é o postulado por Foucault como um conjunto de regras históricas, determinadas no tempo e no espaço, definida em uma determinada época, para uma determinada área social.

O trabalho está estruturado em três capítulos.

O primeiro capítulo, denominado *O discurso e as condições de produção*, discorre sobre as condições de produção discursivas, estendendo-se ao discurso midiático de informação. Tomando-se por base o pensamento de Charaudeau (2006) observa-se que a organização das informações midiáticas depende do propósito que se pretende imprimir ao discurso e ao tratamento dado ao acontecimento. De acordo com esses propósitos organiza-se toda uma mecânica de construção de sentidos, por meio de efeitos discursivos cuidadosamente articulados. Mostra-se, ainda, que, desenvolvido a partir de uma dupla semiologia – imagens-palavras –, o discurso da mídia se sobressai com o advento da televisão, cuja característica é transformar todo acontecimento em espetáculo, a partir de estratégias próprias da comunicação de massa e do autodomínio do corpo, que transforma as práticas linguajeras na contemporaneidade.

O segundo, denominado *Nos domínios do discurso*, apresenta os principais dispositivos teóricos da Análise do Discurso e seus fundamentos epistemológicos

O terceiro capítulo, intitulado *O discurso da infância na mídia televisiva na perspectiva da exploração do trabalho infantil*, propõe a partir do que orienta Courtine,

uma análise semiológica do *corpus*, conjugando-se o funcionamento lingüístico, a espessura histórica e as imagens veiculadas. Trata, ainda do que Cardoso denomina condições de produção em *sentido estrito*, ligadas à situação imediata de realização das reportagens e em *sentido lato*, referindo-se ao contexto sócio-histórico ideológico que deriva da forma da sociedade, das suas Instituições e de seus modos de representação . O capítulo mostra, também, que o controle do corpo, a disciplina e a vigilância, práticas comuns à comunicação televisiva na contemporaneidade, estão associados historicamente às relações de poder, saber e resistência, conforme demonstram Foucault e Deleuze. Trata, ainda, dos sujeitos, saberes e poderes presentes nas reportagens e investiga, por meio dos enunciados e modos de enunciação, as marcas lingüísticas presentes nas estruturas discursivas das entrevistas, no sentido de apreender os efeitos de sentidos construídos pela mídia televisiva na produção de seus discursos.

CAPÍTULO I

1. O DISCURSO MIDIÁTICO TELEVISIVO E SUAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é simultaneamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de processos que têm por papel exorcizar-lhe os poderes e os perigos, refrear-lhe o acontecimento aleatório, esquivar-lhe a pesada, temível materialidade. (FOUCAULT, 2004 b, p. 8-9)

Diante dos novos fenômenos ligados à globalização, a midiaticização da cultura por meio das tecnologias da comunicação surge como uma forma inovadora de controle dos sujeitos e dos discursos. Longe de significar apenas uma luta pelo poder, por meio do controle da palavra, o poder, entretanto, nela se desenha, configurando-se por meio da influência exercida sobre *dóceis corpos* submissos diante da sutil *ordem dos discursos* estabelecidos, responsáveis pela construção dos sentidos na sociedade.

Tendo como um dos objetivos, discutir como a mídia constrói o discurso sobre o trabalho infantil neste início de século, neste capítulo, discorreremos sobre as condições de produção do discurso midiático, mostrando que as técnicas de autodomínio do corpo, características da prática televisiva, estiveram sempre presentes na sociedade, baseadas em mecanismos de poder, controle e vigilância dos sujeitos.

1.1 As condições de produção do discurso

O discurso, na tradição filosófica da AD, é usualmente postulado como um “enunciado emitido sob condições de produção definidas” (COURTINE, 2006, p. 64). Entretanto, para se chegar à compreensão dessa definição é preciso, segundo Courtine (Idem, p. 63), levar em consideração algumas operações próprias de uma análise em AD, assim como o objeto que ela manipula. Desse modo, deve-se considerar desde as operações inerentes à delimitação do *corpus* discursivo, até o tratamento dado a esse conjunto de informações.

A delimitação do *corpus* implica “fechar” um espaço discursivo, de modo a trabalhar com enunciados finitos em um espaço discursivo limitado. A partir desse

momento busca-se a caracterização do enunciado, por meio da escolha de um procedimento lingüístico (método), que irá determinar as relações presentes na rede de formulações do discurso.

No terceiro momento, são consideradas as relações de linguagem com as situações provenientes do exterior, da situação discursiva concreta. Nessa correspondência, identifica-se o *sujeito discursivo*, tratando-o como ponto de convergência onde linguagem e ideologia se encontram e se mesclam.

Nessa seqüência de procedimentos, três informações são fundamentais. A primeira refere-se ao *corpus*, a segunda ao *enunciado* e a terceira ao *sujeito*.

Courtine (Idem, p. 66) define o *corpus* como “[...] um conjunto de seqüências discursivas estruturadas, de acordo com um plano definido em referência a um certo estado de condições de produção do discurso.” Desse modo, o *corpus* pode ser entendido como o conjunto de discursos, da maneira como se apresentam em uma determinada situação histórica. Nesse processo, há que se reiterar que os enunciados normalmente se apóiam em já-ditos, implicando uma retomada de outros discursos que, de alguma forma, sempre estiveram lá. Portanto, não se pode analisar suas condições de produção apenas dentro de uma dimensão sincrônica, uma vez que, em todo conjunto discursivo, há uma série de *interdiscursos* que enunciam “antes” do sujeito locutor e estão atreladas a uma determinada *formação discursiva*.

Foucault (2002, p. 122), ao definir o discurso como um “[...] conjunto de enunciados que se apóia em um mesmo sistema de formação”, é quem melhor se aproxima dessa complexa rede de inter-relações que tecem as condições de produção de um discurso. Nesse sentido, o filósofo completa “[...] não há enunciados que, de uma forma ou de outra, não re-atualize outros enunciados.” (Idem, p. 111). Portanto, na análise de um *corpus* não há como deixar de considerar a sua inscrição nessa rede de formulações que estão presentes no momento histórico de sua produção.

Em Foucault, podemos encontrar também uma distinção bastante pertinente entre *enunciado* e *modo de enunciação*. Por enunciado, Foucault (2002, p. 114) escreve que “[...] o que se destaca é uma forma indefinidamente repetível e que pode dar lugar a modos de enunciação os mais dispersos.” Quanto à enunciação é “[...] um acontecimento que não se repete: tem uma singularidade situada e datada que não se pode reduzir”. Dessa forma, pode-se pensar num mesmo enunciado exaustivamente repetido em vários momentos de enunciação distintos. Portanto, ao se falar em condições de produção do discurso, deve-se considerar não só a recorrência de certas construções lingüísticas, mas também a situação histórica em que determinado enunciado foi proferido, assim como a

possibilidade da existência de uma rede parafrástica entre esse enunciado e outros disponíveis, na mesma rede de formulações.

O terceiro elemento a se considerar, nesse conjunto, é o *sujeito discursivo*. O sujeito discursivo é aqui considerado como um ser social, compreendido na perspectiva de interagir num espaço coletivo. É, portanto, marcado por uma heterogeneidade decorrente de situações de interação social, em diferentes segmentos da sociedade. Esse sujeito possui uma natureza histórica, social e descentrada. É histórico na perspectiva que interage com o mundo que o cerca; social na medida em que participa de um mesmo espaço coletivo e descentrado porque é afetado, em sua constituição, pela ideologia e pelo inconsciente. Para Orlandi (2001, p. 20) “O sujeito da linguagem é descentrado, pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo controle sobre o modo como elas o afetam”. O que irá definir o sujeito discursivo é o lugar de onde fala. Na concepção de Foucault (2002, p. 139) “ não importa que m fala, mas o que ele diz não é dito em qualquer lugar.” O discurso cria, portanto, um espaço de representação social para o sujeito, intermediado pelo lugar de onde fala.

O sujeito discursivo, na perspectiva desses modos de enunciação orienta a opção por certas “[...] escolhas de sintaxe e de enunciação que são operadas por quem enuncia o discurso” (COURTINE, 2006, p. 75). Trata-se de regras discursivas que restringem e orientam uma *ordem do discurso*, manifesta na perspectiva de uma liberdade controlada. Desse modo temos um sujeito que não enuncia da maneira que o agrada – ao menos no discurso midiático – mas cujo discurso vincula-se a outras “vozes” anteriormente legitimadas ou ao lugar (posição social) que ocupa como sujeito locutor. Essas “vozes” encontram-se espalhadas em muitos fragmentos do *corpus* analisado, podendo ser exemplificadas a partir do recorte da 1ª reportagem, “[...] mas temos que buscar alternativas e vamos ter que encontrar uma fórmula, nem que seja uma escola flutuante para que se possa atender essas crianças...que elas tenham acesso à educação!” (Fala da Coordenadora do PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, no Estado de MS).

Devem-se considerar, ainda, os processos de dominação ideológica presentes nos discursos, ou seja, da “(...) *interpelação* ou *subjetivação* do sujeito falante pelo sujeito ideológico” (COURTINE, 2006, p. 82). Esse processo é responsável, muitas vezes, pela apropriação de discursos por sujeitos que deles se utilizam à sua maneira, fragmentando-os, criando armadilhas e interpretando-os de forma a criar preconceitos e resistências.

A história participa desse contexto, ligada à maneira como os acontecimentos significam para os sujeitos, de acordo com as suas posições político -sociais.

A memória, tratada como interdiscurso, está relacionada aos *já-ditos* em um contexto determinado, que retornam numa situação discursiva momentânea (memória discursiva), relacionando sujeitos e ideologia.

Com relação às condições de produção, dizem respeito aos elementos que derivam da forma da sociedade, com suas instituições e modos de representação. Os sentidos, no contexto social, organizam-se com base nas atividades linguageiras dos sujeitos, durante processos de trocas sociais, constituindo -se num processo de natureza simbólica. Durante esse processo de construção, é importante observar *como* os sujeitos representam seus valores sociais, por meio de escolha de signos construídos para esse fim. Charaudeau (2006, p. 41) escreve que, no ato de se atribuírem sentidos, imbricam -se processos, por ele denominados de *processos de semiotização*.

Buscando a construção dos sentidos, o locutor irá usar de algumas estratégias lingüísticas – que poderíamos denominar de semiodiscursivas – para criar efeitos ligados à pessoa, ao tempo e ao espaço presentes nos discursos. Essas opções lingüísticas resultarão em efeitos conhecidos semioticamente como *debreagem e embreagem* cuja finalidade é causar sentidos de aproximação ou distanciamento (BARROS, 1997, p. 57) das cenas enunciativas. Maingueneau (2005, p. 108-9), denomina essas marcas lingüísticas de *embreagem enunciativa*, chamando de *embreagem* ao conjunto de operações próprias à situação de enunciação e de *embreantes* aos elementos que marcam a embreagem nos enunciados.

Tais mecanismos são largamente utilizados nos mais diversos discursos – incluindo-se o das mídias – na tentativa de se criarem efeitos de intimidade e aproximação com o interlocutor, buscando obter um determinado comportamento por parte deste. Estratégias como a opção por determinados valores temporais, a escolha de certos advérbios, o uso de algumas oposições espaciais da língua – constituídas pelo “aqui” e “não-aqui” - que se deslocam ao longo dos discursos, são determinantes na construção de múltiplos *efeitos* que se pretende dar à enunciação, simulando ou não concomitância ao momento em que as ações acontecem.

Discursos, comunicação e informação são fenômenos muito presentes na sociedade contemporânea, que dependem essencialmente da linguagem para a sua concretização. Todas essas realizações estão ligadas ao novo modelo de estrutura da sociedade, cuja característica mais premente é a sua natureza informacional. Vive -se em plena era do conhecimento, que se assenta no uso de modernas tecnologias de

informação. O discurso de informação, difundido mundialmente por meio da tecnologia digital, permite, por extensão, que se estabeleçam vínculos sociais. A mídia, nesse contexto, reconhecida internacionalmente como instância de produção de informações, é parte dessa prática atuando em todos os âmbitos da sociedade na construção da opinião pública.

1.2 Situando o discurso midiático de informação

Quando se pensa em discurso midiático, a referência imediata para os sujeitos é o discurso jornalístico, cujas especificidades de produção o vinculam à *mídia de informação*.

Embora a *mídia de informação* não seja o único grupo de mídias existentes, não se pode negar que o discurso jornalístico é indubitavelmente a referência quando se fala em mídia.

Uma das características do discurso midiático e, por extensão, do discurso jornalístico, é a ausência de uma verdadeira interação com o público, uma vez que este não está presente fisicamente nessa relação de troca. Assim, a mídia não pode estabelecer um verdadeiro diálogo com o público, conhecer seu ponto de vista ou sanar as falhas de informação, a fim de retificar ou complementar o que foi dito inadvertidamente. Embora se declare como instância de denúncia do poder e reclame para si o papel de representante da voz popular, o silêncio do alocutário caracteriza, aliás, o ato de interlocução organizado no espaço midiático.

Paradoxalmente, apesar de ausente é esse alocutário silencioso que irá regular toda a “[...] mecânica de construção do sentido, sobre a natureza do saber que é transmitido e sobre o efeito de verdade que pode produzir no receptor” (CHARAUDEAU, 2006, p. 40).

Uma vez que a informação midiática tem o objetivo de mostrar o que acontece no espaço público, o acontecimento (notícia) será selecionado a partir de critérios de *atualidade, socialidade e imprevisibilidade*.

O critério de *atualidade* leva em consideração o momento em que ocorreu o fato, até o instante da informação ser veiculada. A *socialidade* é a capacidade de representar o mundo, de modo a construir universos discursivos diferenciados nos espaços político, econômico, esportivo, religioso, científico, enfim, em todo universo público. Já a *imprevisibilidade* refere-se à notabilidade de um acontecimento que perturba a tranqüilidade do alocutário-consumidor da informação, evidenciando o insólito e, por conseguinte, o emocional do alocutário.

A organização dessas informações irá depender do *propósito* que se pretende imprimir ao discurso midiático e ao *tratamento* dado ao acontecimento, definidos segundo os critérios anteriormente referidos. Consoante o propósito, organiza-se a linguagem por meio de *efeitos* discursivos, buscando atingir os objetivos determinados (CHARAUDEAU, 2006, p. 26).

O processo de construção da informação, como o entende Charaudeau (Idem, p. 41), constitui-se numa dupla operação de natureza semiótica, em que, de um lado, tem-se a *transação* que se origina no sujeito que produz a informação; de outro, tem-se a *transformação* cuja característica é a de “[...]transformar um ‘mundo a significar’ em um ‘mundo significado’” (Idem). Uma vez que produzir informação pressupõe a produção de discursos, pode-se inferir que informar constitui-se num puro ato de enunciação, em que o locutor – no caso, a mídia – constrói todo o sentido da informação a partir de

[...] hipóteses sobre a *identidade* do outro, o destinatário-receptor, quanto a seu saber, sua posição social, seu estado psicológico, suas aptidões, seus interesses, etc., o *efeito* que pretende produzir nesse outro, o tipo de *relação* que pretende instaurar com esse outro e o tipo de *regulação* que prevê em função dos parâmetros precedentes. (CHARAUDEAU, 2006, p. 41)

Assim, todo discurso de informação midiático é construído a partir de pressupostos traçados a respeito do alocutário e de estratégias construídas para atingi-lo. Charaudeau (2006, p. 37) denomina tais estratégias de “efeito visado” e “efeito produzido”. Isso implica dizer que a mídia, a partir de um processo de transação, constrói a informação a ser veiculada conforme a troca a ser estabelecida com o “alvo” da notícia.

Para conseguir sucesso nessa transação, é necessário conhecer *quem é e como se comporta* o público-alvo-consumidor dessas informações, de modo a construir discursos adequados para atingi-lo.

Partindo do pressuposto de que o ato de informação vincula-se à transmissão de um *saber* para um receptor que não o possui, pode-se dizer que a informação será mais contundente quanto maior for o grau de ignorância do público-alvo. A questão, entretanto, não é tão simples, pois implica determinar o grau de complexidade que se deve imprimir a uma informação, a partir de hipóteses construídas a respeito da intelectualidade dos receptores.

Para aferir os comportamentos esperados do alocutário -consumidor da informação, a mídia empresta da Sociologia a prática da *sondagem*, utilizando-a como principal instrumento de medida do público -alvo. Segundo Charaudeau (2006, p. 82-3), a mídia se comporta, nesse sentido, como “uma empresa empenhada em rentabilizar seu produto da melhor forma possível, isto é, captar o maior número de consumidores (leitores, ouvintes, telespectadores)”.

Desse modo, como qualquer empresa, a mídia procura conhecer o seu público e, nessa busca de avaliar comportamentos e opiniões, utiliza -se de dois expedientes. O primeiro, denominado *audimat*, é uma sondagem feita por meios eletrônicos, cujo objetivo é medir a audiência, a capacidade de penetração da emissora, os níveis de confiança do público, entre outros.

O segundo são os *estudos de impacto* que medem, por meio de um sistema de cálculos, os *efeitos* sobre a opinião pública. Esses efeitos, por sua vez, são classificados como *fracos* (originam discursos que partem da opinião do próprio enunciador, independente do público visado); *indiretos* (atingem o alvo por meio de discursos que partem do grupo ao qual o receptor integra-se) e de *reforço* (elaboram discursos que corroboram a opinião no mesmo sentido do público visado). Procura -se, desse modo, estudar as reações psicossociais do público -alvo em relação ao que lhe é sugerido, com vistas a dominá-lo na instância da recepção.

A partir desses saberes, pode-se construir um discurso de informação qualitativamente mais forte ou mais fraco, dependendo do grau de esclarecimento do público-alvo ou, então, como é mais usual, optar por um discurso mais sofisticado e simplificado, adequado ao maior número de receptores possíveis, que desperte o interesse e, sobretudo, a *afetividade* do alocutário. Nesse sentido, por meio de efeitos passionais provocados no público e agindo como seu legítimo representante, a mídia acaba se apropriando da cidadania, agindo como agente político, e distanciando -se de sua pretensão informativa. É importante observar que todas essas escolhas são responsáveis pela construção da opinião pública.

De tudo o que até agora foi dito, poderíamos concluir, então, que o discurso da mídia é um elemento de manipulação da opinião pública?

Charaudeau (2006, p. 17) adverte que é preciso ter um certo cuidado com algumas idéias preconcebidas a respeito do discurso de informação midiático. Isso porque a mídia carrega o estigma de produzir, de acordo com interesses, discursos e imagens deformantes da realidade. Essa característica faz que a mídia seja comumente designada como o *quarto poder* social, por se prestar à manipulação de mentes. Todavia

a mídia não prescreve normas e regulamentos, do ponto de vista institucional, como é o caso da Justiça, das Forças Armadas, entre outras instituições. E, para que haja poder, na perspectiva do estudioso, é preciso “que exista da parte da instância em questão, uma vontade coletiva de guiar e orientar os comportamentos em nome de valores compartilhados [...] e que é tanto mais eficaz quanto mais aceita exercer seu direito à sanção” (Idem, p. 18).

Nesse sentido, há que se concordar que a mídia não promulga normas restritivas ou sanções que regulem comportamentos sociais. Contudo, o fato de agir como manipuladora de consciências, faz que angarie uma certa desconfiança por parte da sociedade, que acaba vinculando o discurso midiático à reprodução do poder.

Outro aspecto a se considerar, ainda em relação à manipulação, é que, ao optarem por modos de transmissão das informações – mais forte ou mais fraco, de acordo com o grau de esclarecimento do público –, as mídias acabam incorporando um universo contraditório e penetrando num círculo vicioso em que, ao manipularem, tornam-se igualmente manipuladas, pois a qualidade de suas informações estará sempre condicionada ao alvo a ser atingido.

Adicione-se a isso a falsa idéia de que a mídia transmite fidedignamente o que acontece no campo social. Longe de representar o real, ela impõe o que constrói, a partir do espaço público. A informação veiculada é construída por meio da linguagem e da imagem. Ambas não são transparentes e sua opacidade permite um olhar e uma construção subjetiva do mundo. Dessa forma, ao selecionar o que é mais surpreendente, a mídia acaba impondo uma imagem fragmentada e estereotipada do espaço social, reproduzindo reflexos distorcidos da realidade. É assim na escolha dos sentidos discursivos que constrói e, de igual modo, quanto às imagens que seleciona.

É nessa perspectiva que o discurso de informação midiático não pode ser entendido como forma de representação do espaço público, mas como *troca* que irrompe do processo de transação mencionado. Por extensão, não se pode discutir a informação quanto à fidelidade, uma vez que, como já foi dito, dependerá do *tratamento* que lhe será imposto pela máquina midiática e pelo locutário, que a interpretará. O tratamento dado à informação dependerá, pois, do efeito a ser produzido, quando a informação for transposta em linguagem.

Nesse processo, segundo Charaudeau (2006, p. 38), “[...] está em jogo a inteligibilidade da informação transmitida [...] e esta depende de escolhas discursivas efetuadas pelo sujeito informador”. Os efeitos são obtidos por meio de opções lingüísticas selecionadas do interior de formas da língua, que se prestam a múltiplos

sentidos – polissêmicos, sinonímicos, entre outros – num jogo contínuo, onde estão presentes ditos, não-ditos, explícitos, implícitos, revelando ou recobrando significações, por trás de um jogo de aparências que, muitas vezes, escapam aos olhos dos alocutários.

Tudo, no âmbito da informação, se processa por meio de escolhas, que se transformam em enunciados e que portam determinados *valores*. Tais valores são denominados *efeitos de verdade* e podem ser definidos, na instância da informação, como “[...] um conjunto de técnicas de saber dizer, de saber comentar o mundo” (CHARAUDEAU, idem, p. 49). Em outras palavras, o efeito ou o valor de uma verdade será elaborado com base na relação subjetiva do locutor com o mundo e, por extensão, com os outros sujeitos, por meio da credibilidade dada a uma determinada opinião, compartilhada com outros alocutários. É a adesão coletiva à idéia que irá validar a palavra. É o que se observa no fragmento da 8ª reportagem do *corpus* analisado, quando a televisão promulga um efeito de verdade, a partir da seguinte afirmação: “Nessa primeira fase, o Programa vai atingir mil crianças que ficarão livres da exploração nas carvoarias e reconquistarão o direito de estudar”.

Até o momento, foram discutidas as condições de produção do discurso da mídia do ponto de vista de sua construção simbólica, de sua contribuição na organização da opinião pública. Para além do simbólico, há que se considerar, ainda, a lógica *econômica* que a faz, como empresa, interagir num mercado onde coexiste a livre concorrência, lançando-se à captura do público-consumidor. Nesse jogo de relações, dominado pelo mercado, três espaços são de terminantes: o da *produção*, o da *recepção* e o do *discurso*, como produto.

A instância de *produção* compreende todo o órgão de informação juntamente com seus “atores”, aqui entendidos como técnicos, funcionários, enfim, todo o pessoal contratado para fazer funcionar a máquina midiática. Esse lugar comporta dois espaços. O primeiro, denominado de *externo-externo*, “[...] compreende as condições sócio-econômicas da máquina midiática enquanto empresa” (CHARAUDEAU, 2006, p. 24). Mediante determinadas condições econômicas, os atores midiáticos irão articular discursos orientados para efeitos econômicos a serem causados no alocutário. Toda a programação estará orientada segundo uma lógica comercial, com o objetivo de seduzir o público-consumidor. Já o outro espaço – *externo-interno* – “[...] compreende as condições semiológicas da produção” (Idem, p. 25), orientadas para os efeitos de sentido que se pretende com os discursos veiculados.

As condições de *recepção* estão, do mesmo modo, estruturadas em dois espaços: o *externo-interno* – simbolizado pelo receptor-ideal e o *externo-externo*, onde

está presente não mais o “alvo” esperado, mas o alocutário real, interpretando a informação que lhe é dirigida, de acordo com a sua capacidade de cognição.

O terceiro espaço – dominado pelo *discurso* -, refere-se ao âmbito do texto, transformado por meio de combinações de formas da língua. O sucesso nesse espaço depende do reconhecimento das opções lingüísticas, por parte do sujeito-receptor, no ato da troca comunicativa. Nesse sentido, os discursos aí produzidos são portadores de efeitos *possíveis*, que serão assimilados ou não pela instância da recepção. É importante observar que os sujeitos-receptores, por sua vez, produzirão seus próprios efeitos de *interpretação*, que poderão não ser os mesmos visados pela produção.

Embora Charaudeau não reconheça a mídia como uma instância de poder, é inegável que o discurso dela originado ocupa uma posição de destaque no espaço público. Para além de promulgar normas ou estabelecer sanções, no ato de informar a mídia incorpora uma posição de autoridade característica daqueles que detêm um saber (conhecimento) que a grande maioria não possui. Querendo ou não, este *saber* está ligando ao *poder*, inteiramente legitimado pelo *status* que a mídia confere aos seus sujeitos-atores, por meio do ato de *poder falar* - a grande massa popular encontra-se alijada desse direito, segundo Piovezani Filho (2003, p. 58), por meio da máquina midiática que lhes confere também o *poder de dizer*, que o sujeito-receptor não possui.

1.3 Televisão: a dupla semiologia das imagens e das palavras

Charaudeau (2006, p. 223) observa que a televisão vincula o domínio de dois sistemas semiológicos, o dos sons e das imagens. Da confluência entre a imagem e a palavra são construídos universos de sentidos onde, tanto se podem usar as imagens para articular a representação da *realidade sensível*, como se pode “jogar” com as palavras, usando da *evocação* nessas representações.

No mundo da mídia de informação só se pode pensar a imagem da televisão a partir de uma “[...] origem enunciativa múltipla, com a finalidade de construção de um discurso ao mesmo tempo referencial e ficcional” (CHARAUDEAU, 2006 p. 110). Desse modo, a televisão constrói três tipos de efeitos distintos: de *realidade*, reportando-se diretamente ao que surge no mundo; de *ficção*, quando representa analogicamente um acontecimento que já passou, e de *verdade*, quando procura tornar visível o que não o era a olho nu (mapas, gráficos, imagens em *close-up*, vida íntima de celebridades, etc.). No mesmo sentido, a televisão pode construir um efeito ilusório de *transparência*, ao se colocar na posição de desvelar o oculto, e de *opacidade*, quando

impõe sua própria “[...] semiologização do mundo, sua própria intriga, sua própria dramatização” (Idem, p. 112).

Postman (1999, p. 92), ao discorrer a respeito da televisão a descreve como “[...] um show de imagens, um meio de comunicação pictográfico, não lingüístico”. Para o teórico a televisão torna irrelevante uma educação letrada, pois ver televisão não requer puramente percepção, não concepção. Vai ainda mais longe afirmando que “Ver televisão não só não requer habilidade alguma como também não aprimora habilidade alguma” (Idem, p. 93).

Essas características tornam a televisão adequada a representar os dramas contemporâneos, mas pouco confiável quando se trata de analisar e explicar, com propriedade, um determinado acontecimento.

Na contemporaneidade, a produção da cultura pode ser refletida a partir de fatos discursivos. A idéia de que os meios de comunicação de massa constroem uma espetacularização da cultura e dos acontecimentos pode ser observada a partir de diferentes discursos que circulam em uma sociedade. Nesse campo social, coexistem diferentes batalhas discursivas, assim como posições enunciativas que contribuem para a construção dos sentidos e para a transformação das práticas de enunciação a partir da intervenção dos meios de comunicação na vida social.

1.4 A mídia e a espetacularização do acontecimento

Na sociedade contemporânea, vivemos um processo que parece afetar o mundo de forma irreversível, transformando-o gradativamente numa grande *aldeia* global. É o chamado fenômeno da *globalização* que, na visão de Bauman (1999, p. 7) “[...] é o destino irremediável do mundo”. As conseqüências desse processo são várias, entretanto não pretendemos nos aprofundar, aqui, nesse tema cuja complexidade certamente nos remeteria a opiniões diversas, tais como a crítica de Usher e Edwards (1994), cuja visão negativa da globalização aponta para conseqüências desastrosas; ou às opiniões de Held e McGrew (2001), que a aplaudem como um acontecimento significativo, na esfera mundial. Cabe-nos, entretanto, enfatizar, conforme a opinião de Hall (2005, p. 18), que, embora os teóricos ofereçam leituras diferentes desse processo, há um ponto de convergência entre eles, quando enfatizam a descontinuidade, a fragmentação e a ruptura, como características das sociedades contemporâneas.

Longe de pretender tomar partido nesse embate de vozes dissonantes, verifica-se, entretanto, nessas duas interpretações, uma conseqüência polarizada, que é o fortalecimento do processo de homogeneização das culturas, decorrente de um

intrincado jogo de relações de forças sociais que aparentemente se confrontam, mas que convergem para um pacto econômico e político. Dessa forma, o que aparentemente poderia configurar-se como antagônico, paradoxalmente se articula em torno de um eixo ideológico comum, fundindo diversidades culturais. O resultado desse processo é a crise de identidade decorrente de “um mundo cada vez mais fragmentado, dividido, disperso, apesar das pretensões globalizantes” (CORACINI, 2003).

Co-extensivo à globalização, outro fenômeno eminentemente contemporâneo aflora, fruto da influência das tecnologias de massa na vida pública, contribuindo paralelamente para o processo de homogeneização cultural. O fenômeno cria-se em torno da sociedade midiática, espetacular, que, articulada em torno da tecnologia audiovisual, incumbe-se de fazer circular, por meio de imagens, o ideário de um projeto globalizador comum, transformando quase tudo que acontece na vida pública, em espetáculo. É a era da “imagem, do parecer e do aparecer”, no s termos de Piovezani Filho (2003, p. 51).

A televisão, meio eletrônico popular, surge como a grande “estrela” desse fenômeno denominado *espetacularização*, tendência incrustada na modernidade – ou *pós-modernidade*, na visão de Harvey (1996), ou *modernidade tardia*, nos termos de Giddens (1991) – difundida graças aos avanços da tecnologia. Fazendo eco ao mundo globalizado, a televisão inaugura uma forma de comunicação que privilegia a astúcia verbal, os jogos de linguagem, o discurso breve, descontínuo, fragmentado, totalmente afeito à era da globalização.

Por meio de estratégias próprias da comunicação de massa, a mídia televisiva apropria-se da fala pública e adapta-a às técnicas da comunicação de massa.

Na contemporaneidade, a eloqüência da oratória cedeu lugar ao comedimento discursivo, cujo palco restringiu-se ao espaço dos estúdios e onde a mídia assumiu o papel de agente político. Nesse espaço, já não há lugar para as estratégias discursivas minuciosamente articuladas. As articulações de linguagem, exigidas, são outras. As práticas languageiras na esfera pública definitivamente transformaram-se. Abreviaram-se, adequando-se ao aparelho midiático e estão circunscritas a discursos economicamente proferidos, regulados pela lógica dos imperativos financeiros ligados ao custo do tempo dos programas. Afinal, o tempo midiático tem um custo exorbitante e, por esse motivo, poucos têm acesso a esses novos meios de comunicação.

Perverte-se, assim, o princípio da democracia e novas formas de poder inauguram-se ligadas à produção, à circulação e à capacidade de apropriação das imagens e do tempo midiático. As vozes tonitruantes, carregadas de efeitos de

arrebatamento e que podiam ser ouvidas por um grande número de espectadores, suavizaram-se. A tecnologia tornou-as desnecessárias, desde a invenção dos potentes amplificadores que captam e transmitem os menores sussurros dos oradores.

De igual modo, as gesticulações excessivas foram reduzidas e contidas à quase imobilidade, requerida por uma postura sentada, apropriada aos palcos televisivos. As práticas de linguagem, assim, foram racionalizadas, adaptando-se ao tempo e ao espaço midiático.

Para Courtine (2003, p. 23), “O reinado das formas breves é [...] o primeiro elemento dessas recentes transformações da fala pública”. Assim, por meio de estratégias discursivas, tais como a utilização de falas curtas, do uso da sintaxe enxuta, de um falar mínimo adequado ao exíguo tempo midiático, de uma estratégia argumentativa programada e de uma pretensa dialogia com o público nos debates, inaugura-se uma estratégia baseada numa simplicidade calculada. Criam-se, desse modo, discursos de verve ideológica ínfima, impostos como produtos homogeneizados para o consumo da grande massa. Tempos modernos em que se aplaude o “indivíduo-espetáculo”. Vestígios claros de uma sociedade globalizada e regulada pela comunicação.

Um exemplo dessa prática dominante na mídia pode ser observada em Bonnafous (2003, p. 46), que, ao analisar o fenômeno da *derrisão* no discurso de Jean-Marie Le Pen, aponta para o fato de que as aparições do político francês na televisão - descrito como um “homem corpulento, de grande presença física, que torna cada uma de suas apresentações um espetáculo de ‘grande público’”(Idem) - são sempre estrategicamente acompanhadas por um auditório composto por pessoas próximas a ele, que riem ou se comovem ante as suas oscilações de humor, transformando o estúdio de televisão em “um palco teatral” (Idem). Desse modo, jogando com discursos que mesclam o emocional à dimensão do espetáculo, incentivando “performances exuberantes e tonitruantes [...] para deleite dos telespectadores” (Idem), a mídia constrói engenhosamente os sentidos do seu discurso.

Charaudeau (2006, p. 18) observa que, na contemporaneidade, as mídias apresentam-se à sociedade como instância de denúncia do poder. Dessa forma, tomam para si a tarefa de agentes políticos. De acordo com Piovezani Filho (Idem, p. 57), “Desde o caso *Watergate* observa-se a intensificação do exercício midiático na/sobre a política, por meio de supostos mecanismos de desvelamento de suas mentiras e de seus segredos”. Assim, o escândalo que envolveu o presidente americano Richard Nixon, na década de 70, foi o mote para a mídia apresentar-se como porta-voz do grande público e

reivindicar a função crítica de guardião da “verdade”. Aproveitando -se de um espaço público eivado por suspeitas, denúncias e escândalos, a mídia ganhou espaço, tomando para si a função de representar a sociedade.

Essa ação “socializadora” acontece por meio de um contrato fiduciário estabelecido com aqueles que se contentam em ser meros assistentes (passivos espectadores) de todas as ações que se desenrolam nos palcos midiáticos. Ratifica -se, desse modo, a teatralização da fala pública, desenvolvida por meio de um jogo enunciativo em que, de um lado posiciona -se a mídia assumindo o papel enunciativo de agente politizador e, de outro, o grande público que, alijado de um poder que ele mesmo concedeu, legitima a ação midiática, já que não tem acesso a esse espaço para falar por si mesmo. É desse modo, portanto, que a mídia acaba por a apresentar-se como porta-voz da vontade popular, falando a partir de um *simulacro* do que seria essa fala.

Courtine (2006, p. 24) aponta um outro fenômeno bastante significativo na mídia televisiva por conter elementos “de transformação das práticas linguageiras na esfera pública”. São as práticas de *conversação – talk-show* – associadas à imagem do homem público e privado. Inaugura -se, desse modo, uma *política da vida privada*, centrada na exibição da intimidade pessoal e doméstica, nos pequenos acontecimentos do cotidiano, nas menores vibrações do corpo e da fisionomia, incansavelmente perscrutados pelo telespectador, atento aos menores deslizos. Para Courtine (2006, p. 25) “As técnicas audiovisuais [...] promoveram toda uma pedagogia do gesto, do rosto, da expressão. Elas fizeram do corpo um objeto -farol [...]”.

Na perspectiva da mídia televisiva, o corpo não tem o mesmo papel exercido nos discursos dos antigos oradores, mas deve ser educado, controlado, pois está sujeito ao exame minucioso, detalhado, por parte do telespectador. O rosto tornou -se verdadeiro objeto de fetiche para as câmeras, incansáveis na busca de “uma emoção, fingida ou sentida” (COURTINE, *idem*, p. 29).

Do outro lado da tela está o telespectador -alocutário, que assiste às performances, examinando os rostos, numa “distância próxima” (*Idem*). As pequenas falhas são cruelmente registradas, ante um ouvinte que a tudo assiste confortavelmente instalado, em domicílio. Decorrente dessas novas práticas linguageiras, surge a necessidade de exercitar o autodomínio do corpo, dos gestos, do discurso, da voz, num esforço contínuo para atingir a “naturalidade televisiva”.

Apesar de ser um fenômeno reconhecidamente contemporâneo, o processo de espetacularização dos acontecimentos não é algo novo. Pêcheux, na obra *O Discurso, Estrutura ou Acontecimento* (2002, p. 23), ao refletir acerca do enunciado *On a gagné*

na perspectiva de um acontecimento que irrompe em um contexto de atualidade e num espaço de memória, já o aponta como um acontecimento jornalístico, da *mass-media*.

Desse modo, a espetacularização, longe de estar ligada apenas ao sensacionalismo, é uma tendência da mídia em abandonar as questões inerentes à esfera pública para dedicar-se a fatos relacionados à vida privada, principalmente quando remete às personalidades famosas, que se tornam objeto de atração para o grande público. Como exemplo, podemos citar os famosos *reality shows*, como o *Big Brother*, cuja proposta de espetacularização do cotidiano toma forma de entretenimento no imaginário coletivo, e seus participantes acabam sendo celebrizados pela grande massa popular, pela ação divulgadora da mídia. Ou, ainda o interesse pela vida de políticos, cujos escândalos na vida privada tornam-se foco de atração.

O que caracteriza, em ambos os casos, o espetáculo é a aceitação dessas personalidades a se auto-exibirem à vigilância do grande público, deixando-se observar em suas intimidades. Essa condição torna-se essencial para a manutenção do *status* de celebridades, intermediadas por transmissões regulares das mídias, para onde convergem vigilantes e vigiados.

Embora as técnicas de observação do público, assim como o autodomínio do corpo pareçam ser uma prática contemporânea, a relação entre os sujeitos e o poder baseada em mecanismos de vigilância, punição e controle dos corpos estiveram sempre presentes na sociedade. Alguns desses mecanismos tornaram-se verdadeiros paradigmas sociais, representativos de determinadas épocas.

Pensando nas relações de disciplinarização dos indivíduos, da vigilância e do controle dos corpos, Foucault e Deleuze, em momentos diferentes, analisaram as formas de aplicação desse poder e os mecanismos dos quais se utilizavam para a docilização dos sujeitos. Se na perspectiva foucaultiana os métodos de subordinação dos corpos está ligado a mecanismos de vigilância institucionalizados, em Deleuze o controle vai além da percepção humana, estendendo-se para todos os campos da vida social.

1.5 Foucault e Deleuze: do poder disciplinar à sociedade de controle

O controle do corpo e o poder exercido sobre ele pelas *sociedades disciplinares* foi tema das teses de Foucault, no século XX. Para o filósofo “[...] os mecanismos do poder nunca foram estudados na história. Estudaram-se as pessoas que detiveram o poder. [...] o poder em suas estratégias, ao mesmo tempo gerais e sutis, em seus mecanismos, nunca foi estudado” (FOUCAULT, 1985, p. 80). Assim, o corpo submisso, transformado, docilizado e controlado em face de práticas de poder foi objeto

de estudo do filósofo, que mostrou, primeiramente e em *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 2004 a), que a sociedade moderna, por meio de práticas disciplinares, construiu um sistema de poder baseado no controle e na submissão dos corpos. Nos termos do filósofo, “É pelo estudo dos mecanismos que penetraram nos corpos, nos gestos, nos comportamentos, que é preciso construir a arqueologia das ciências humanas” (Idem, p. 150).

Para Foucault, nos séculos XVII e XVIII inaugurou-se, na sociedade, o *momento das disciplinas*, que, de forma institucional, se servia da vigilância nas prisões, escolas, hospitais, quartéis e outras organizações, fabricando corpos submissos, por meio de uma sujeição implantada nos indivíduos que se sabiam observados. Era um tipo de poder microfísico que, nos termos de Foucault “[...] se exerce continuamente através da vigilância [...]” (FOUCAULT, idem, p. 187).

O *Panóptico*, de Jeremy Bentham, foi a arquitetura escolhida para a vigilância e tinha como objetivo “[...] assegurar uma vigilância que fosse ao mesmo tempo global e individualizante separando cuidadosamente os indivíduos que deviam ser vigiados.” (FOUCAULT, 2004 a, p.216). Seu modelo, em forma circular, servia para a observação sistemática dos corpos nas várias Instituições. Ao centro, uma torre de vigia, com janelas se abrindo para o lado interno, cujo interior mantinha-se invisível às observações externas. Ao redor do *panóptico*, construíam-se celas, totalmente visíveis do observatório e onde se colocava o indivíduo a ser vigiado.

Na torre poderia haver um vigia ou não. O importante é que o sujeito vigiado jamais tinha a certeza disso. Ele sabia que *podia* estar sendo vigiado e isso era suficiente para mantê-lo disciplinado. Foucault (2004 a, p. 218), escreve que o *panóptico* representava “Um olhar que vigia e que cada um, sentindo o peso sobre si, acabará por interiorizar, a ponto de observar a si mesmo; sendo assim, cada um exercerá esta vigilância sobre e contra si mesmo” (Idem, p. 218). Desse modo, o *panóptico* representou, até o início do século XX, um modelo de exercício de poder, cuja técnica disciplinar garantia a subordinação e o adestramento espontâneo do sujeito a um poder que agia sobre ele.

O controle do indivíduo no espaço e no tempo também foi objeto dos estudos foucaultianos. Foucault mostrou que a distribuição dos indivíduos no espaço era orientada pela idéia de se ter cada sujeito em um lugar específico. Tal procedimento teria a finalidade de evitar a formação de grupos, facilitaria o controle das frequências e ausências, assim como determinaria a localização exata de cada um na Instituição. O

princípio da ordem, desse modo, estabeleceu cada sujeito em um lugar, hierarquicamente controlado.

Quanto ao tempo, o filósofo observa que o controle também garante a qualidade do tempo utilizado de modo a não ser desperdiçado em atividades não úteis à Instituição. Esse controle é garantido por meio da presença contínua de fiscais e do afastamento de tudo que pode servir de distração ao vigiado.

A vigilância dos corpos e o controle do indivíduo no espaço e no tempo são, portanto, segundo Foucault, estratégias utilizadas pelo poder para garantir a docilização do indivíduo e torná-lo útil à sociedade.

Treze anos depois Deleuze (1992, p. 219-26) irá formular a teoria de uma nova ordem social que ele irá denominar de *sociedade de controle*. Para o teórico, foi na segunda metade do século XX – após a Segunda Guerra Mundial – que *as sociedades disciplinares* deram lugar às *sociedades de controle*. Após o término da Segunda Guerra Mundial, surgiram forças na sociedade que estabeleceram uma nova ordem. Essas forças estariam identificadas com mudanças que aconteceram por todo o mundo capitalista, ligadas principalmente às inovações tecnológicas. O uso dessas novas tecnologias para o controle social seria a mais nova expressão do exercício do poder na sociedade moderna.

Os mecanismos de vigilância aprimoraram-se e passaram de um caráter institucional para o de uma vigilância geral. A proliferação de câmeras de vídeo em muitos espaços sociais, o uso de *transponders*, de aparelhos celulares, cartões de crédito e da comunicação pela Internet facilitaram o exercício de mecanismos de vigilância e controle cada vez mais eficientes.

Embora esse paradigma de sociedade possa ser compreendido como uma derivação da sociedade disciplinar foucaultiana, dela se diferencia quando o controle passa de uma esfera local, dos espaços fechados das instituições, para todos os campos da vida social.

Nas sociedades disciplinares o poder disciplinador, simbolizado pela arquitetura do *panóptico*, presentificava-se no interior das Instituições, como as prisões, os hospitais, as escolas, os quartéis, com o objetivo de instaurar a disciplina e, conseqüentemente, um padrão comportamental rotineiro. No modelo social de Deleuze, o controle passa do âmbito local – restrito à extensão dos olhos e do ouvido humanos – para um âmbito supra-local, estendendo-se para todos os espaços da vida pública. Não há mais um espaço restrito para que o poder se faça sentir; pelo contrário, ele se faz presente em todos os lugares. Por conseguinte, é mais perverso, mais controlador,

porque se sustenta no aparato das novas tecnologias de informação. O símbolo do controle agora não é mais o *panóptico*, mas a *web*, a rede digital de comunicação mundial, que concentra toda a informação dos indivíduos em bancos de dados. O princípio da docilidade continua, no entanto, o mesmo, pois os indivíduos entregam voluntariamente seus dados à vigilância.

Perpetua-se, dessa forma, modernamente, o princípio do *panóptico* como instrumento de subordinação ideológica. O exercício do controle, agora aperfeiçoado pelo auxílio da tecnologia e pelo uso de equipamentos minúsculos, quase imperceptíveis ao olhar humano, torna-se habitual no cotidiano das sociedades. O controle acaba sendo interiorizado pelos indivíduos, como necessário e absolutamente vital. É o biopoder que organiza e controla a vida em todos os campos sociais.

A rede de comunicação mundial – *web* – nessa nova perspectiva, acaba exercendo a função de um *superpanóptico* (BAUMAN, 1999), controlando todo o ciberespaço, a informação e o conhecimento, elementos estratégicos para a manutenção do poder nessa nova sociedade informacional.

As estratégias desse poder controlador organizam-se em torno da importância que o conhecimento e a informação ocupam na sociedade mundial. O sucesso de quaisquer atividades, sejam de natureza econômica ou política, na atualidade depende muito da capacidade do uso de informações e dos conhecimentos que as sociedades conseguem aglutinar.

Esse processo de distribuição de informações pela rede de comunicação é mais um elemento estruturador da globalização, pois acaba interligando mercados e países, que se comunicam permanentemente pela rede.

Negri e Hardt (2001, p. 42–3) assim definem os dois paradigmas sociais:

[...] a sociedade disciplinar é aquela na qual o comando social é construído mediante uma rede difusa de dispositivos ou aparelhos que produzem e regulam os costumes, os hábitos e as práticas produtivas. [Na sociedade de controle] os mecanismos de comando [são] distribuídos por corpos e cérebros dos cidadãos. Os comportamentos de integração e de exclusão próprios do mando são, assim, cada vez mais interiorizados nos próprios súditos. O poder agora é exercido mediante máquinas que organizam diretamente o cérebro (em sistemas de bem-estar, atividades monitoradas, etc.) no objetivo de um estado de alienação independente do sentido da vida e do desejo de criatividade.

Estabelecem-se, portanto, novos mecanismos de vigilância e controle, amparados na tecnologia da informação. Os muros que caracterizavam a sociedade

disciplinar caem e o poder controlador se dissolve em todos os espaços, operando agora de maneira mais sutil, porque é quase imperceptível ao olhar comum. O poder disciplinador continua impositivo, embora não implique práticas de adestramento físico, mas faz-se presente na sociedade por meio da necessidade de se dominar a comunicação e a informação nas relações sociais e em todos os campos de trabalho, estruturando inclusive as condutas e os horários a serem seguidos.

Inauguram-se novos mecanismos de regulação da vida, vinculados às máquinas de informação. O domínio de tecnologias cada vez mais complexas e a capacidade de utilizá-las de maneira útil tornam-se condição para a obtenção e manutenção do próprio trabalho, cuja característica cada vez mais imaterial, está vinculada ao domínio das modernas tecnologias.

Quando se fala que, nas sociedades de controle, os *muros* declinaram, dá-se uma falsa idéia de que a ideologia do confinamento entrou em colapso com a queda destes. Para Deleuze (1992, p. 224), entretanto, o homem confinado da sociedade disciplinar passou a ser o homem endividado, na sociedade de controle. Para o teórico, do confinamento ao endividamento, os mecanismos de sujeição permaneceram os mesmos. O endividamento do trabalhador, na contemporaneidade, caracteriza-se como a mais nova forma de internamento dos sujeitos, agora controlados pelo poder de forma mais sutil.

Mecanismos como o sistema de venda a crédito, utilizados pelo comércio, a exigência do pagamento antecipado do aluguel (que condiciona a mudança de residência), o sistema de poupança, de assistência médico-hospitalar, de aposentadoria, de Imposto de Renda, as modernas formas de empréstimos bancários, e a construção de vilas militares e operárias próximas aos locais de trabalho, são formas de endividamento e de controle do operariado. O controle é aí exercido de maneira branda, assumindo uma roupagem libertária. Desse modo, o indivíduo assume uma hipoteca permanente com o mercado e com as Instituições, permanecendo igualmente confinado no interior delas.

Nas sociedades contemporâneas, o biopoder envolve todo o corpo social, valendo-se de uma tecnologia que funciona a partir da *sedução*. A intenção não é mais explicar ou convencer, mas seduzir ou conquistar. Dessa forma, mesmo distante do ambiente de trabalho, os sujeitos seduzidos pelos aparatos tecnológicos, acabam levando o controle para dentro de suas casas. É o princípio da sedução do controle opondo-se à coerção das sociedades disciplinares.

Todavia, mesmo reconhecendo os mecanismos que regulam as relações entre os sujeitos e o poder, Foucault (2004 a, p. 136) alerta que os sujeitos não são passivos às

suas determinações: “Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa”. Assim, segundo o filósofo, nenhum poder é permanente. E exatamente pelo seu caráter transitório, é sujeito a falhas, por “[...]onde é possível a substituição da docilidade pela meta contínua e infundável da libertação dos corpos.” (GREGOLIN, 2003, p. 101).

Pensando nessa meta de libertação dos corpos, contemporaneamente identificamos na sociedade diversas formas de resistência, articuladas em torno de ações criativas, de enfrentamento contra todas as formas de dominação social. Essas lutas acontecem por todo o espaço da vida cotidiana, em uma tarefa política incessante, na qual todos estão envolvidos. O objetivo maior é a construção de novas relações sociais e o desaparecimento de determinada forma de poder, normalmente opressiva. A resistência é, nesse sentido, a recusa do homem a permanecer em uma condição humilhante ou degradante e a esperança na construção de uma sociedade nova onde os saberes e os poderes estejam voltados para o bem comum. No item 3.4, do capítulo III, discutiremos sobre esse assunto.

No capítulo seguinte, reportar-nos-emos ao desenvolvimento teórico da AD, acompanhando seus principais dispositivos teóricos, métodos e procedimentos de análise.

CAPÍTULO II

2. NOS DOMÍNIOS DO DISCURSO

A linguagem é tão antiga quanto a consciência. A linguagem é a consciência real, prática, que existe também para os outros homens, que existe, portanto, também, primeiro, para mim mesmo e, exatamente como consciência, a linguagem só aparece com a carência, com a necessidade de intercâmbio entre os homens. (MARX & ENGELS, 1989, p. 26)

Para além da função comunicativa, instância em que facilmente se pode observar a integração e até mesmo a ocultação dos conflitos humanos, o fenômeno da linguagem é constituído pelo momento histórico, pelos embates ideológicos e políticos que expressam, em toda a sua diversidade, as contradições da sociedade, afetando a produção de sentidos. É dessa temática que trata o texto a seguir.

2.1 Em direção à teoria do discurso

Optar pelos estudos do discurso não é tarefa das mais tranquilas. Os pesquisadores que se aventuram nessa área dos estudos da linguagem, certamente, encontram um caminho instável.

Estudar o discurso é tarefa penosa, pois trata-se de investigar a palavra em movimento, a língua em seu cotidiano fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico e social. Daí ter-se um constante desafio teórico, já que o objeto de estudo é o sujeito falando, interagindo socialmente e, por isso mesmo, as investigações não se esgotam numa mera descrição formal.

Entendendo a linguagem como um processo histórico-social, a AD apresenta-nos os discursos como processos de produção de sentidos entre os sujeitos, que tanto podem ser responsáveis pela permanência em uma mesma situação, como pela transformação desses mesmos sujeitos e de suas situações sociais.

Essa visão sócio-histórica do sujeito realiza-se na ideologia presente em sua linguagem. Bakhtin (2004, p. 36) postula que “a palavra é o fenômeno ideológico por

excelência [...] é o modo mais puro e sensível da relação social”. Para o teórico, a palavra é o material privilegiado da comunicação cotidiana, pois acompanha todo ato ideológico e é nesse domínio que a conversação e as formas discursivas se situam, pois toda manifestação ideológica banha-se no discurso.

É nesse aspecto que a AD privilegia em suas investigações a relação língua - discurso-ideologia, pois é nos discursos que se pode melhor observar esse inter-relacionamento.

Para a AD a linguagem não é transparente; pelo contrário, é um fenômeno que apresenta opacidade. O sentido da enunciação não é facilmente apreensível. Por isso é essencial buscar a sua materialidade durante o processo de investigação. Como o processo discursivo desenvolve-se na história, sua materialidade é assegurada pela língua. Por materialidade discursiva, nesse sentido, compreendem-se as estruturas da língua que se repetem, em já-ditos, ocultam-se ou sofrem deslizes, e que podem ser observadas nas manifestações verbais dos discursos e em todas as formas de manifestações simbólicas de uma sociedade. É preciso compreender, portanto, como a linguagem produz sentidos e, nesse jogo, não se pode eximir a história, uma vez que, na produção de significações, conjugam-se ambas.

É nesse sentido que o discurso é definido, por Pêcheux (1997) como efeito de sentidos entre locutores, pois o funcionamento da linguagem põe em consonância sujeitos e sentidos, num intrincado processo de significação cujos efeitos são variados e em que ambos – sujeitos e sentidos - são afetados pela lingüística e pela historicidade. Os efeitos de sentidos produzidos em um discurso resultam de sua ancoragem em discursos anteriores (interdiscurso). Da união entre a forma material da língua à história inauguram-se os sentidos. Pêcheux (2002) concebe essa junção denominando-a “estrutura” e “acontecimento”. Ambos se entrelaçam, inexoravelmente, no discurso. Para o teórico:

Todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois lingüisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise do discurso. (PÊCHEUX, 2002, p. 53).

Os sentidos, por estarem expostos ao equívoco da língua são suscetíveis de sofrerem modificações, “escorregando” e derivando para outros sentidos, outras significações existentes nessa língua. Por isso, não se pode entender o sentido de modo unívoco. Não se pode obtê-lo termo a termo, palavra a palavra. Cada descrição tem um sentido específico, dependendo do momento histórico em que foi produzida.

Ao falarmos em momento histórico, não queremos remeter à história dos fatos pura e simplesmente, mas ao processo de simbolização de acontecimentos que reclamam sentidos e constroem gestos de significação e interpretação, onde estão presentes a memória e a ideologia.

É por esse viés que a AD investiga como os objetos simbólicos produzem sentidos, a partir de suas significações para os sujeitos históricos, expressas nos seus gestos de interpretação.

No processo de produção de significações, o sujeito discursivo não tem controle sobre o modo como é afetado pelos sentidos. Durante a enunciação ele não tem consciência de que não é fonte absoluta do seu dizer, que o que diz não é propriedade particular (pelo contrário, já foi dito em outro lugar, em outra situação) e que suas palavras apenas re-significam; os sentidos constituem-se nelas.

Desse modo, as palavras se significam pela história e pela língua (ORLANDI, 2001). Elas já chegam carregadas de sentidos e o sujeito, inconscientemente, lhes atribui efeitos múltiplos e variados.

Não há como compreender o discurso apenas na acepção saussureana de “fala”, uma vez que, para entendê-lo, não podemos nos afastar do social e do histórico. Compreender a língua, por conseguinte, significa apreendê-la em sua estrutura e, sobretudo, em seu acontecimento, embora este último seja a sua dimensão mais complexa.

O grande paradoxo da teoria, entretanto, é que, de acordo com Maingueneau (1997), por opção epistemológica a AD inscreve-se no campo da Lingüística e dela não se pode separar. Relaciona-se com essa área do conhecimento, todavia de maneira delicada. Apesar de o discurso ter sua ordem própria, essa ordem realiza -se na língua e isso impede a AD de deixar o campo lingüístico, embora nele não possa se enclausurar.

A Lingüística assumindo um papel de ciência piloto fornece aos analistas do discurso as ferramentas necessárias à análise da língua, contribuindo com seus estudos sobre a estrutura formal. Desse modo, justifica-se a opinião de Maingueneau (1997, p. 17), quando afirma que em AD “é preciso ser lingüista e deixar de sê-lo ao mesmo tempo”. Nessas condições, exige-se daqueles que se aventuram pelos caminhos da AD o conhecimento das diversas teorias lingüísticas. Entretanto o analista não pode enclausurar-se em nenhum dos seus ramos, pois trabalhar com AD significa, muitas vezes, percorrer as diversas correntes da lingüística moderna buscando caminhos:

Os funcionamentos discursivos socialmente pertinentes atravessam a matéria lingüística, sem preocupar-se com suas fronteiras que, para outros fins, puderam ser traçadas entre sintaxe, semântica e pragmática. [...] A dimensão ideológica do funcionamento dos discursos diz respeito a operações que podem se situar em níveis muito diferentes da organização da matéria lingüística. (MAINGUENEAU, 1997, p. 18)

Nessa perspectiva, diante de um *corpus* e de um propósito definido, estabelecem-se as escolhas no âmbito das teorias lingüísticas disponíveis. Todavia, não é suficiente examinar os enunciados da língua apenas em sua rede de propriedades formais, como o fariam alguns estruturalistas, mas há que se considerar também os processos de enunciação dos sujeitos, a partir de uma posição assumida sócio-historicamente.

Postula-se, desse modo um dispositivo teórico em que os mecanismos formais da língua (estruturais) articulam-se com as condições de produção, formando um todo que, longe de ser homogêneo, caracteriza-se exatamente pelas possibilidades de interpretação e pela opacidade.

A tarefa do analista é exatamente apreender esses sentidos, construídos por sujeitos, inscritos em posições sociais e em conjunturas históricas, considerando seus dizeres como correlatos desses lugares sociais.

O discurso é, portanto, o objeto teórico desse campo do conhecimento denominado AD. Mas para chegar até ele foi necessária uma verdadeira “aventura teórica” e analítica empreendida pelo seu fundador, Michel Pêcheux. É sobre essa “aventura” que trataremos a seguir.

2.2 As influências teóricas na construção da AD

Em uma obra multiforme, que tocou domínios tão diversos como a história das ciências, a filosofia a informática, etc, escolhi fazer prosseguir a “aventura teórica” do discurso. (PÊCHEUX, 1966 apud MALDIDIER, 2003, p. 15)

A Análise do Discurso surgiu no contexto intelectual do século XX, tendo como cenário a França, quando toda a Europa respirava sob o paradigma do Estruturalismo e da Gramática Gerativa-Transformacional, de Chomsky. A publicação de Análise Automática do Discurso, objeto de uma tese universitária defendida por Pêcheux em 1968, é o marco do aparecimento da “máquina discursiva” francesa, que

mais tarde virá a ser conhecida como AAD 69 e que causou, com a sua divulgação, uma estranha reviravolta no campo das ciências sociais, a partir de novas abordagens sobre os textos, a leitura e o sentido. Era a proposta de uma “máquina de ler que arrancaria a leitura da subjetividade” (MALDIDIER, 2003, p. 21).

Durante a fase de construção dessa “máquina discursiva”, que é a própria história do percurso teórico empreendido por Pêcheux em sua aventura lingüística, algumas influências foram marcantes. A primeira delas deve-se a Althusser e à tese veiculada em seu famoso artigo *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado* (1998).

Embora Althusser tenha marcado o trabalho de Pêcheux em sua fase inicial – a fase da construção teórica iniciada na virada para a década de 70 –, é no período conhecido como desconstrução ou retificação teórica que o teórico se afastará dessa influência voltando-se criticamente para a questão do sujeito, para a relação entre o inconsciente e a ideologia e para a interpelação ideológica. Na fase de desconstrução teórica, a influência de Lacan se faz sentir. Pêcheux vai admitir a existência de um sujeito “descentrado, afetado pela ferida narcísica, distante do sujeito consciente, que se pensa livre e dono de si” (GUERRA, 2003, p. 217).

Em fase de autocrítica “é do lado da psicanálise que Michel Pêcheux procura uma abertura” (MALDIDIER, 2003, p. 69). O teórico volta suas reflexões não mais para o sucesso da interpelação ideológica proposta por Althusser, que na opinião de Pêcheux funcionava bem demais, e onde “só encontramos interpelações bem sucedidas, assujeitamentos realizados” (idem), mas para as falhas existentes nesse processo, especificamente para os atos falhos e para o inconsciente. Pêcheux reconhece que sua teoria está muito distante de compreender verdadeiramente a aproximação entre a ideologia e o inconsciente: “A ordem do inconsciente não coincide com a da ideologia, o recalque não se identifica nem com o assujeitamento nem com a repressão, mas a ideologia não pode ser pensada sem referência ao registro inconsciente” (MALDIDIER, 2003, p. 70).

Essas reflexões conduzirão Pêcheux aos traços de resistência e revolta das ideologias dominadas e o remeterão ao tema da *heterogeneidade*, esboçado decididamente como nova abordagem na teoria do Discurso e desenvolvido, posteriormente, por influência dos estudos da lingüista Jacqueline Authier-Revuz (1990).

Outra influência marcante para o avanço teórico de Pêcheux foi a do filósofo francês Foucault, que contribuiu emprestando o seu conceito de formação discursiva à teoria do discurso. Pêcheux e seus colaboradores, no início dos anos 70, estavam a

procura de um termo mais rigoroso que pertencesse à terminologia marxista e especificasse a ideologia de maneira a articulá-la à história e à relação de forças, mas que pudesse ser usada sem que carregasse o peso de uma taxionomia. Pêcheux usara, até então, o termo “prática discursiva” em sua teoria, mas considerava que a expressão “formação” era mais rigorosamente adequada à terminologia marxista e completava outros paradigmas por ele utilizados, tais como “formação social” e “formação ideológica”. A esse respeito, Maldidier (2003, p. 51-2), que conviveu muito proximamente com o filósofo, comenta:

A conceptualização do interdiscurso reordena e aprofunda os conceitos já estabelecidos por Michel Pêcheux. É o caso do conceito de “formação discursiva” introduzido, lembremo -nos, no artigo 24 de *Langages*. A expressão foi inicialmente utilizada por Michel Foucault em *Arqueologia do Saber* (1969). Sempre acreditei – notadamente pela crença do que ele escreveu mais tarde – que Michel Pêcheux havia emprestado esse sintagma a Foucault, para o reformular no terreno do marxismo, colocando-o em relação à ideologia.

A partir do conceito de formação discursiva “cujos elementos são regidos por determinadas regras de formação” (GREGOLIN, 2001, p. 14), Foucault estabeleceu a distinção entre “enunciado” (unidade lingüística repetível) e “enunciação” (jogos enunciativos) presentes em vários trabalhos de AD. Foucault também renovou a concepção de discurso, postulada como uma prática discursiva proveniente da formação de saberes, um espaço onde saber e poder se articulam e são controlados por procedimentos que visam afastar toda ameaça a esse poder, por meio de sistemas de controle.

Outra noção importante introduzida a partir da leitura de Foucault em *Arqueologia do Saber* foi a de memória discursiva ligada “à repetição, ao esquecimento, ao apagamento e à denegação” (MALDIDIER, 2003, p. 76), que assumiria um papel importante na etapa de reconfiguração da AD, quando o termo “formação discursiva” seria posto em questão. Destaca-se ainda, na perspectiva da contribuição à teoria do discurso, o termo foucaultiano “arquivo” que aparece quando o tema da leitura instala-se no centro das reflexões de Pêcheux. O termo é sugerido como um confronto da leitura com textos sócio-históricos diversos.

A junção da lingüística, da história e da psicanálise com as questões filosóficas e políticas amplamente discutidas nos anos 60, constituiu, portanto, a base epistemológica para a construção teórica da AD, cujo espaço reivindicou, desde o berço, a abordagem discursiva pelo viés dos processos ideológicos.

Resta-nos ratificar as duas fases da AD concebidas em fases diferentes do percurso teórico empreendido por Pêcheux. A primeira, conhecida como primeira geração ou AAD 69, datada do final dos anos 60 e início da década de 70, caracterizou-se por evidenciar as formações discursivas presentes nos diversos discursos (comunista, socialista, autoritário, etc.), investigando a “cena” da enunciação e aprofundando “o caráter institucional da atividade discursiva” (MAINGUENEAU, 1997, p. 21). A segunda, a AAD 80, articulou-se com as teorias da enunciação (dispositivo teórico que teve o grande mérito de libertar a linguagem da clausura do sistema, transformando -a em discurso e colocando-a em processo, em funcionamento) e postulou o ato discursivo, relacionando-o a fatores de heterogeneidade.

2.3 Fala, discurso e sentido

O desenvolvimento da AD com a “conseqüente passagem da Lingüística da ‘frase’ para a Lingüística do ‘texto’” (GREGOLIN, 1995, p. 13) resultou na mudança do foco de estudo, antes concentrado na *langue*, desde o advento do *Curso de Lingüística Geral*, de Saussure, para a *parole* que até então havia sido relegada a uma situação de marginalidade.

Concebida por Saussure como um ato individual, portanto subjetivo, e dependente da vontade do indivíduo, a *fala* (*parole*), apresentava características específicas que a tornavam um objeto pouco passível de sistematização. E se não poderia ser sistematizada, não poderia constituir-se em um objeto de estudos científicos, na perspectiva da visão que se tinha de ciência, no início do século XX. Assim,

[...] em decorrência de ter sido concebida como algo individual, subjetivo (que leva à assistemática e à a-cientificidade), a fala jamais existiu como objeto da lingüística moderna estrutural, muito embora Saussure tenha acenado para uma Lingüística da fala (de que ele mesmo não iria se ocupar) (CARDOSO, 2003, p. 9).

Embora “fala” e “discurso” sejam fenômenos próximos, ambos não devem ser confundidos. De acordo com Cardoso (2003, p. 9), “Não se pode dizer que o discurso, que apareceu como candidato a novo objeto da lingüística, nas primeiras décadas da segunda metade do século, seja a regeneração da fala”. O discurso, concebido fora da dicotomia saussureana, é um terceiro componente cuja característica é não se opor à língua como sistema fechado, recorrente. Em outras palavras, o discurso é a realização assistemática do próprio sistema e, por esse motivo, só pode ser compreendido se observado na confluência do social e do histórico. O discurso é, ainda, na acepção de

Cardoso (1999, p. 21), “um lugar de investimentos sociais, históricos, ideológicos, psíquicos, por meio de sujeitos interagindo em situações concretas”.

Quando Orlandi (2001, p. 15) afirma que o discurso é “palavra em movimento [...] prática de linguagem [...]”, quer dizer que a língua em seu funcionamento, na interação entre os sujeitos, transforma-se em discurso na instância do histórico e do social, ou seja, o discurso nada mais é que o funcionamento da língua e sua inscrição na história. E por estar vinculada a um processo histórico-social, é no discurso que melhor podemos compreender os processos ideológicos, pois é no dizer dos sujeitos que ocorre a materialização da ideologia.

Desse modo, todo e qualquer fenômeno ideológico faz-se acompanhar do discurso. Daí Bakhtin (2004, p. 37) postular que “a palavra funciona como elemento essencial que acompanha e comenta todo ato ideológico”. É por isso que quando se pretende investigar os mecanismos da ideologia, faz-se a partir dos discursos; é nele, muito mais que em outras formas de manifestação, que se reflete toda a representação dominante na sociedade. A ideologia é, portanto, a condição *sine qua non* para a constituição dos sujeitos e dos sentidos.

Quanto aos sentidos; originam-se em relações dos sujeitos com a exterioridade, nas condições em que são produzidos. Não dependem apenas das intenções dos sujeitos, mas pelo modo como esses sujeitos são afetados pela língua, pela história e pela ideologia, produzindo gestos de interpretação. Assim, os discursos não se circunscrevem a mensagens a serem decodificadas, mas são sentidos produzidos em condições determinadas, que se relacionam com outros já-ditos, em outras situações discursivas. Os sentidos apontam para outros que o sustentam, mas também para sentidos possíveis, realizados ou não. Desse modo, não há discurso que não esteja relacionado com outros. Para Orlandi (2001, p. 39), “Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo”. É desse modo, portanto, que sujeitos e sentidos movimentam-se no intrincado nó das práticas discursivas.

2.4 Ideologia, memória e formações imaginárias

De tudo que até agora foi dito, pode-se depreender que o processo de produção de sentidos, nas práticas discursivas, está intrinsecamente ligado às determinações ideológicas. Desse modo, todo sentido é determinado pela ideologia.

Do ponto de vista da AD, o conceito de ideologia se adapta à concepção de linguagem, resignificando-se. A ideologia, na AD, não é concebida “com o visã de mundo, [...] mas como mecanismo estruturante do proceso de significação”

(ORLANDI, 2001, p. 96). Esta é uma das características notáveis da AD, uma vez que esta incorpora a noção de ideologia, adaptando -a a uma dimensão discursiva, a partir da idéia que não há sentido sem interpretação, pois “diante de qualquer objeto simbólico o homem é levado a interpretar” (ORLANDI, 2001, p. 45). Nesses gestos de interpretação os sentidos emergem, sem que o sujeito perceba que foram construídos a partir de um a relação entre o simbólico e o histórico.

Assim, por um mecanismo inconsciente de apagamento, constrói -se a possibilidade de novas interpretações. As representações transpõem -se em outras, como se os sentidos sempre tivessem estado ali, imutáveis. Afetado pela ideologia, pela língua e pela história, o sujeito produz sentidos, construindo a discursividade. É desse modo que a AD ressignifica a ação da ideologia na linguagem, postulando -a como intermediadora da relação existente entre a linguagem e o mundo, n um efeito que se reflete entre ambos, simultaneamente.

Nas condições descritas, uma das formas de constituição dos sentidos ocorre por meio de falhas de interpretação que intervêm na língua, ressignificando os dizeres. Entretanto, há que se considerar ainda os sentidos constituídos sob o ponto de vista da memória institucionalizada (arquivo) e da memória constitutiva, que se baseiam no saber discursivo do sujeito, afetado pelo esquecimento. Em ambos os casos, ou os sentidos permanecem inalterados ou podem derivar para outras significações.

Nessa perspectiva, Orlandi (2001, p. 49) observa que “O trabalho ideológico é um trabalho da memória e do esquecimento pois só quando passa para o anonimato é que o dizer produz seu efeito de literalidade, a impressão do sentido-lá [...]”. Portanto, os sentidos são produzidos na intersecção entre a memória, o esquecimento e o equívoco, por sujeitos interpelados pela ideologia e que não têm controle sobre isso.

Foucault em *A Arqueologia do Saber* (2002), aponta no sentido de um sujeito-posição social, em que “o que conta é o lugar que ocupa para ser sujeito do que diz. E isso tem significado: dá-lhe uma identidade” (GUERRA, 2006, p. 135.). Esse sujeito enuncia a partir da posição social que ocupa na sociedade e é esse lugar que irá garantir os sentidos daquilo que diz.

Essas posições sociais são historicamente construídas e se constituem a partir das ideologias que perpassam a sociedade (o sentido conferido às palavras de um sujeito que fala a partir da posição de juiz não é o mesmo dado às palavras de um outro que fala a partir do lugar de réu). Desse papel social derivará, portanto, o sentido atribuído ao dizer que estará inscrito em determinada formação discursiva, assunto que será tratado em 2.7.

As condições de produção do discurso, de acordo com Cardoso (1999, p. 38), podem ser consideradas em sentido *estrito* e em sentido *lato*. O sentido estrito diz respeito ao contexto imediato, ao momento da enunciação. Já o sentido lato remete os sentidos às condições sócio-histórico-ideológicas de produção e vincula-se às formas de organização da sociedade. Inclui-se, no contexto lato, um *sistema de restrições*, que determina objetos, escolhas temáticas, modalidades enunciativas, entre outros, de um determinado discurso.

A memória discursiva, tratada como interdiscurso, “é definido(a) como aquilo que fala antes em outro lugar, independentemente”. (ORLANDI, 2001, p. 31). São as palavras dos outros que, apagadas da memória pelo inconsciente, são retomadas no discurso sob forma do pré-construído, do já-dito, onde está presente toda uma rede de filiações constituídas a partir de outros dizeres, marcadas pela história, pela ideologia e pelo poder que afetam os sujeitos, independente de suas vontades. A memória discursiva está diretamente ligada às formas de esquecimento que, segundo Pêcheux (1997), são de dois tipos: o esquecimento nº 2 e o esquecimento nº 1.

O esquecimento nº 2, de ordem enunciativa, é parcial, semi-consciente e afeta o sujeito indicando que o seu dizer sempre poderia ser o outro, a partir de famílias parafrásticas que se formam ao longo das enunciações. Já o esquecimento nº 1, de caráter ideológico, é da instância do inconsciente e diz respeito ao modo como o sujeito é afetado pela ideologia. Esse esquecimento dá a ilusão ao sujeito de ser fonte do seu dizer, quando, na verdade, os sentidos de suas palavras são determinados pela língua e pela história. Os dois esquecimentos são necessários para que os sentidos se desloquem, se renovem e se re-signifiquem.

As condições de produção também funcionam de acordo com as formações imaginárias. As formações imaginárias são projeções de imagens dos sujeitos no discurso. São as imagens que constituem as diferentes posições sociais dos sujeitos e que fazem que ele ajuste seu discurso a de terminada situação.

A relação de sentidos, um dos mecanismos das formações imaginárias, indica que “todo discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros”(ORLANDI, 2001, p. 39). Desse modo, os discursos têm uma relação com outros dizeres, realizados ou não.

A relação de forças, outro mecanismo das formações imaginárias, informa que o sujeito enuncia a partir de um “lugar”, que é constitutivo daquilo que ele diz. As relações de força são sustentadas pelo poder, característico de uma sociedade hierarquicamente constituída.

Nessa perspectiva, para a AD a imagem é constitutiva da linguagem, pois é projetada a partir das relações estabelecidas entre os sujeitos e intermediadas por relações de poder. Todas essas características determinam os processos discursivos e o modo como os sentidos são produzidos.

Outra concepção importante em AD é aquela que estabelece a relação entre o já-dito e o que se está dizendo, que se identifica com o interdiscurso e o intradiscorso, com a constituição dos sentidos e a sua formulação.

1.5 Interdiscurso e intradiscorso

Courtine (1984) foi quem primeiro postulou a diferença entre o interdiscurso e o intradiscorso. Para o teórico, toda formulação funcionaria na intersecção dos dois eixos. O eixo vertical seria representativo do interdiscurso, do pré-construído, da instância da memória. O eixo horizontal – o da formulação – representaria aquilo que está sendo dito em determinado momento e em condições dadas.

De modo geral, os sentidos se constroem na confl uência desses dois eixos que se entrecruzam, porque a constituição determina a formulação. Nas condições descritas, é o interdiscurso, caracterizado pela historicidade e pela ideologia, que torna possível o ato discursivo de um sujeito em determinado momento.

Maingueneau (1997, p.113) observa que

O interdiscurso consiste em um processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é levada [...] a incorporar elementos pré-construídos, produzidos fora dela, com eles provocando sua redefinição e redirecionamento, suscitando, igualmente, o chamamento de seus próprios elementos para organizar sua repetição, mas também provando, eventualmente, o apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação de determinados elementos.

Nesse sentido, Maingueneau reconhece a relação entre interdiscurso e formação discursiva, associando esta última à existência de uma memória discursiva na qual estão armazenadas representações que se reiteram nos discursos, por meio dos já-ditos e apagados pelo inconsciente, ou que se transformam em outros dizeres pela ação do equívoco e pelas falhas da língua. O interdiscurso, entendido desse modo, seria o elemento definidor de uma dada formação discursiva e não o contrário.

Nas condições descritas, segundo Maingueneau (1997, p. 115) os vestígios do interdiscurso sofreriam um inevitável apagamento da prática discursiva pelo esquecimento, pela falha da memória, caso o discurso fosse analisado apenas de um

ponto de vista sincrônico. Por isso, ao analisar uma dada formação discursiva, deve-se estar atento às condições de produção do discurso e à memória, levando -se em consideração a historicidade de sua construção.

Os processos parafrásticos e polissêmicos também são importantes na constituição dos sentidos. Eles contribuem para imprimir significações à linguagem, por meio de processos denominados produtividade e criatividade.

2.6 Processos parafrásticos e polissêmicos na produção dos sentidos

De tudo o que até aqui foi discutido pode-se perceber que o papel da memória é significativo no processo de produção dos sentidos. Por meio dos esquecimentos, os sentidos se movimentam, emergindo na intersecção entre o mesmo e o diferente. Na confluência entre esses dois pólos, encontram-se os processos parafrásticos e polissêmicos, responsáveis também pelas significações na linguagem.

A parafraseagem é uma operação discursiva em que a significação de uma expressão sofre um deslizamento para outra, dentro de uma mesma filiação de sentidos. São diferentes formas de dizer a mesma expressão ou, ainda, de dizer de uma outra forma.

Enquanto na paráfrase tem-se a manutenção do significado, na polissemia essas significações se rompem, deslocando-se para novos sentidos. A polissemia identifica-se com o interdiscurso e se utiliza do equívoco da língua para se resignificar.

Para Maingueneau (1997, p. 96) “A parafraseagem aparece em AD como uma tentativa para controlar em pontos nevrálgicos a polissemia aberta pela língua e pelo interdiscurso”. A parafraseagem, portanto, funciona na língua como uma fonte de sentidos, que se ampara na reiteração e se sustenta no saber discursivo.

Nessas condições, os sentidos são estabelecidos pelo falante da língua a partir da tensão existente entre a paráfrase e a polissemia. Afetado pelo simbólico e pela história, o sujeito movimenta-se entre o igual e o diferente, construindo sentidos e resignificando o seu dizer.

Orlandi (2001, p. 37) observa que a paráfrase identifica-se com a estabilização, com a produtividade “que mantém o homem num retorno constante ao mesmo espaço dizível: produz a variedade do mesmo”. Já a polissemia se aproxima da criatividade, que

[...] implica na ruptura do processo de produção da linguagem, pelo

deslocamento das regras, fazendo intervir o diferente, produzindo movimentos que afetam os sujeitos e os sentidos na sua relação com a história e com a língua. Irrompem assim sentidos diferentes. (Idem)

A língua sofre, portanto, o efeito desses dois processos, que são, na sua essência, ideologicamente inscritos, pois coexistem no interior de uma sociedade onde os conflitos de natureza política manifestam-se de maneira repetida, na linguagem, ou resvalando para sentidos múltiplos, sempre regidos por relações de poder e controle.

Os modos de organização descritos tornam-se visíveis nas práticas discursivas dos sujeitos, denunciando a historicidade da língua. A esse respeito, Maingueneau afirma que “O sujeito inscreve-se de maneira indissociável em processos de organização social e textual” (MAINGUENEAU, 1997, p. 60).

Uma vez que as ideologias se materializam nos discursos, vale afirmar que estes são governados por formações ideológicas, que se manifestam em formações discursivas manifestas pelos falantes em seus discursos. A noção de formação discursiva é básica nos estudos do discurso.

2.7 Formação discursiva: um instrumento essencial à AD

Tomado por empréstimo da *Arqueologia do Saber*, de Foucault, o conceito de formação discursiva é essencial à Análise do Discurso. O termo define, na perspectiva foucaultiana, “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social dada, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2002, p. 153).

A noção foucaultiana é reinterpretada por Pêcheux e seguidores, que a definem como o que pode e deve ser enunciado, numa determinada conjuntura e num determinado momento. (cf. PÊCHEUX; HAROCHE; HENRY, 1971).

Nessas condições, para se compreender o que é uma formação discursiva, é preciso antes considerar a relação existente entre os sujeitos, os sentidos e as condições sócio-históricas em que essas significações foram produzidas. Afinal, os sentidos se inscrevem em formações ideológicas que, por sua vez, são originárias de um processo histórico. Em outras palavras, os sentidos sofrem as determinações ideológicas da sociedade.

Na perspectiva descrita, tudo o que um sujeito diz é determinado pela posição que ocupa na sociedade e suas palavras transportam sentidos que se inscrevem em dadas formações discursivas. Orlandi (2001, p. 43) escreve que “As formações discursivas representam [...] no discurso as formações ideológicas”. Para a estudiosa, os traços

ideológicos são realçados na discursividade.

Reconhecendo que a ideologia se materializa nos sentidos e que estes marcam posições sociais do sujeito, pode-se dizer que as formações discursivas são marcas do interdiscurso. É o interdiscurso que irá definir uma determinada formação discursiva. Maingueneau (1997, p. 112) alerta, entretanto, que “uma formação discursiva não deve ser concebida como um bloco compacto que se oporia a outros (o discurso comunista contra o discurso democrata cristão, por exemplo), mas como uma realidade ‘heterogênea por si mesma’”. Nas condições descritas, uma única formulação pode ter sentidos diferentes dependendo da formação discursiva na qual se inscreva. Dessa forma, os sentidos mesclam-se, movem-se, ultrapassando possíveis fronteiras de significações.

A formação discursiva associa-se à memória discursiva, ou seja, constitui-se a partir de já-ditos, representações que se repetem, caem no esquecimento e se transformam em outras significações.

Nas condições apontadas, o sentido considerado em sua literalidade, percebido como algo fixo, imutável, pertence ao estatuto do ilusório, uma vez que, conforme visto, ele se constrói na historicidade.

Reconhecer que o discurso é heterogêneo é admitir a existência de uma outra voz no ato discursivo, a presença do outro que pode assumir várias posições, vários lugares, a partir da relação sujeito-discurso-ideologia, construída num espaço de dialogismo.

No estudo da heterogeneidade discursiva destacam-se, na perspectiva deste estudo, as abordagens de Maingueneau e os princípios de Authier-Revuz. Segundo Cardoso (1999, p. 66), os estudiosos

[...] privilegiam a complexidade do tecido enunciativo do discurso. A diferença é que, enquanto Ducrot, não muito comprometido com as determinações histórico-sociais a que todo discurso está sujeito, se prende a uma complexidade mostrada, Authier-Revuz e Maingueneau procuram dar conta, também, de um tipo de heterogeneidade (constitutiva) não-mostrada no nível da superfície e do discurso, mas determinante, das significações.

Para além dessas abordagens, Coracini (2003) propõe uma outra, à qual denomina heterogeneidade reconhecida.

2.8 A heterogeneidade

As investigações acerca da heterogeneidade discursiva, neste trabalho, apontam para três tipos de estudos: a heterogeneidade discursiva mostrada, a heterogeneidade constitutiva e a heterogeneidade reconhecida.

2.8.1 A heterogeneidade discursiva mostrada

Mainueneau e Authier-Revuz dedicam-se à investigação da heterogeneidade mostrada, sob pontos de vista diferentes.

Mainueneau (1997, p. 75) considera a heterogeneidade mostrada como aquela que “incide sobre as manifestações explícitas, recuperáveis, a partir de uma diversidade de fontes de enunciação”. Considerando os estudos polifônicos de Ducrot e a abordagem de Culioli, o teórico estuda o discurso direto, indireto, indireto livre, a ironia, a pressuposição, a negação polêmica, as palavras entre aspas, as glosas (paráfrases), a autoridade, o provérbio, o slogan, a imitação e o pastiche, como formas de representação dessa heterogeneidade. Mainueneau, entretanto adverte que tentar classificar as marcas de heterogeneidade representa uma “tarefa perigosa, talvez impossível” (idem), pois os fenômenos ligados à representações de heterogeneidade no discurso vão bem além das classificações tradicionais.

Authier-Revuz (1990), ao estudar a heterogeneidade mostrada, cuja característica é a presença do outro no discurso, estudado em sua forma explícita, distingue as formas marcadas das não-marcadas. As formas marcadas denunciam a presença do outro no discurso e aparecem sob forma de discurso direto, aspas, itálicos e pela presença de glosas. As formas não-marcadas em que *o outro é dado a conhecer sem uma marca especial* (idem), estão presentes na superfície discursiva no discurso indireto-livre, na ironia, no pastiche, na imitação, nas metáforas e nos jogos de palavras.

2.8.2 A heterogeneidade constitutiva nos discursos

Os estudos sobre a heterogeneidade no nível constitutivo remetem a dois nomes: Mainueneau e Authier-Revuz.

Mainueneau relaciona a heterogeneidade constitutiva ao interdiscurso, refletindo a respeito da “identidade discursiva”. O teórico concebe o interdiscurso a partir de um processo de “reconfiguração incessante” e, conforme descrito em 2.7, escreve sobre uma formação discursiva heterogênea, instável e inconsistente, que aparece como “o lugar de um trabalho no interdiscurso” (MAINGUENEAU, 1997, p.

113). Nas condições descritas, a investigação deve recair na interação entre as diversas formas do discurso, a partir da observação da identidade discursiva de cada uma e de sua relação com o outro. Numa polêmica, por exemplo, essas posições se alternam. Para o lingüista francês, mesmo que não haja marcas de heterogeneidade mostrada, todo sentido está inscrito numa relação com outros, a partir dos quais deriva sua identidade. Assim, o sentido se constrói entre posições enunciativas diversas.

A abordagem da heterogeneidade constitutiva em trabalhos de Authier-Revuz articula o conceito de dialogismo de Bakhtin, postulando que todo discurso é essencialmente dialógico. A lingüista, na esteira de Bakhtin, considera que a dialogia é condição essencial de constituição da linguagem, o fundamento de toda discursividade, uma vez que toda prática lingüística está direcionada ao outro. Esse outro pode ser um interlocutor real ou virtual, mas sempre estará situado historicamente (CARDOSO, 1999, p.87-9). Desse modo, Toda prática discursiva é caracterizada pela interação, mesmo que os indícios da presença do outro, na superfície discursiva, não estejam claros.

Para Authier-Revuz, em nossos dizeres ocorre a presença de uma série de já-ditos (interdiscurso) e o discurso não existe independente daquele para o qual é destinado, ou seja, a visão do interlocutor é inextricavelmente incorporada ao processo discursivo. A teórica reconhece que, nos enunciados cruzam-se os dizeres dos outros, entretanto, nessa modalidade de heterogeneidade, o outro não é revelado explicitamente. Ele é concebido no nível do interdiscurso e do inconsciente, onde estão presentes as formulações esquecidas ou apagadas, recuperadas no discurso mediante um processo de restauração dos sentidos.

2.8.3 A heterogeneidade reconhecida

Coracini (2003) a partir das duas formas de heterogeneidade citadas anteriormente, sugere uma terceira, que denomina heterogeneidade reconhecida. Essa forma de heterogeneidade é concebida como aquela que se revela apenas para aqueles sujeitos que conseguem identificá-la. Caso o sujeito não consiga reconhecê-la, esta permanecerá constitutiva; caso contrário, revelar-se-á mostrada. Desse modo, é uma posição intermediária aos dois casos de heterogeneidade mencionados anteriormente.

2.9 A incompletude da linguagem

Na perspectiva da AD, tanto sujeitos quanto sentidos são incompletos e coexistem num verdadeiro estado de tensão entre si. Caracterizando-se pela

incompletude, a linguagem reclama sempre sentidos, sujeitando-se às determinações da língua e aos deslizamentos da memória, coexistindo num espaço de possibilidades onde os sentidos se abrem a novos significados.

Nas condições descritas, a AD emerge como uma teoria valiosa para a compreensão de como se constrói o sentido nos discursos, oferecendo um instrumental útil para o entendimento da construção do simbólico, em que se articulam, inextricavelmente, o lingüístico e o histórico, a estrutura e o acontecimento.

Neste capítulo nos reportamos ao desenvolvimento teórico da AD; aos deslocamentos de um projeto teórico que se transformou com as mudanças históricas. Acompanhamos, também, alguns de seus dispositivos teóricos, métodos e procedimentos de análise.

Buscando verificar as regularidades discursivas no discurso da mídia televisiva, no capítulo que segue passaremos a analisar o *corpus* deste estudo, constituído por dez entrevistas veiculadas pela TV Morena e pela Rede Globo de televisão, cuja temática é a infância em situação de exploração do trabalho infantil.

Partindo de uma perspectiva semiológica, sob o ponto de vista de Courtine (2006, p. 85), a análise conjugará os diferentes níveis de funcionamento lingüístico, à espessura histórica e às imagens veiculadas pela televisão no sentido de mostrar que os recortes de cenas e discursos, selecionados pela mídia televisiva, implicam diretamente nos efeitos de sentidos visados e produzidos pela máquina midiática.

Há que se articular, ainda, a perspectiva do lingüista e do historiador, na direção do que indica Courtine, citando Chartier, nos termos seguintes (Idem, p. 57):

Os discursos [...] constituem não o único, mas o mais maciço dos materiais da história. Nenhum discurso pode ser manejado sem ser submetido ao duplo questionário crítico e genealógico, proposto por Foucault, que visa a identificar suas condições de possibilidade e de produção, seus princípios de regularidade, suas imposições e suas apropriações.

É essa a perspectiva que buscaremos contemplar no capítulo III.

CAPÍTULO III

3. O DISCURSO DA INFÂNCIA NA MÍDIA TELEVISIVA SOB A PERSPECTIVA DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Da mesma forma que o discurso, hoje, não pode ser desligado de sua produção, tampouco o pode ser da práxis política, econômica ou religiosa, que muda as sociedades e que, num momento dado, torna possível tal ou qual tipo de compreensão científica. (DE CERTEAU, 2002, p. 41)

3.1 Por uma prática semiológica na análise dos discursos

A AD, considerada em seu dispositivo de investigação e em suas formas de leitura, ofereceu aos lingüistas, desde a sua constituição inicial, o discurso como objeto privilegiado de estudo. Saindo de uma posição de esquecimento, o discurso, com o qual os lingüistas não se preocupavam anteriormente, adquiriu, gradativamente, notoriedade científica, tornando-se palavra de ordem. Pouco a pouco, adquiriu o reconhecimento institucional, o que fez a AD figurar entre as diversas disciplinas que compõem as ciências da linguagem. Esse reconhecimento científico seria louvável, não fosse o caminho tomado por diversos estudiosos franceses que, em seus trabalhos de análise, acabaram rompendo com o projeto inicial de se fazer do discurso um objeto de compreensão dos fatos históricos e políticos para, a partir daí, operar as transformações sociais.

Courtine (2006, p. 37) reconhece os caminhos percorridos nessa jornada diferenciada e, ao propor “Uma genealogia da análise do discurso” (Idem), apresenta, de forma nostálgica, as mudanças ocorridas nessa perspectiva de pesquisa que, como já dissemos, sofreu, ao longo dos últimos anos, na França, mudanças com relação ao seu projeto inicial de análise.

Confrontada em sua fase inicial com a maneira como hoje se apresenta, observa-se que, do seu projeto primeiro – cuja característica era privilegiar o encontro da Lingüística e da História –, para a sua fase atual – onde aparece na perspectiva da

análise de estruturas lingüísticas, essencialmente formalizantes - muita coisa mudou nesse caminho.

Para o teórico, essas modificações se devem a uma “[...] paisagem teórica em ruínas” (COURTINE, 2006, p. 39), fruto de modificações ideológicas na sociedade, que acabaram por comprometer a proposta inicial da AD. Do projeto inicial que propunha uma articulação entre os aspectos históricos e lingüísticos, relacionados ao tratamento do discurso, pouco sobrou. Gradativamente, no decorrer dos anos, as análises discursivas apagaram a dimensão histórica em favor dos aspectos lingüísticos retirados dos discursos.

Um artigo da revista francesa *Langages*, nº 81, de autoria de Denise Maldidier, datado de março de 1986, p. 7, citado por Courtine (2006), fez um balanço dos trabalhos recentes publicados em AD e concluiu que “[...] na tensão entre a história e a língua, está claro que a balança pendeu para o lado da língua [...]” (COURTINE, 2006, p. 41). Dessa forma, com base nas conclusões da *Langages*, grande parte dos trabalhos em AD, na contemporaneidade francesa, privilegiam a análise gramatical, reduzindo à quase insignificância as condições históricas de produção de um determinado discurso.

A sensação que fica é que vinte e quatro anos após aquele janeiro fatídico de 1984, quando o *Le Monde* anunciou o desaparecimento de Michel Pêcheux, estamos às voltas com os mesmos “andaimos suspensos” que o teórico percorreu no início de sua trajetória filosófica. De volta aos caminhos de múltiplas tensões, já percorridos. Estamos condenados, portanto, a optar entre o lugar da história e o da lingüística, na perspectiva de um trabalho contemporâneo de análise?

Courtine (2006, p. 56) acredita que não, e considera que um projeto que leve em consideração a espessura histórica das condições de produção de um discurso não pode jamais estar ultrapassado. Não se trata, aqui, de negar a investigação lingüística. Entretanto, ela deve ser revista no sentido de ser adaptada às modernas condições de produção do discurso na contemporaneidade, celebrada pelo domínio da informação da mídia e atrelada ao reino das imagens.

Do tempo da análise dos textos meramente escritos ao tempo da revolução midiática das imagens, inauguram-se novas práticas que devem estar ancoradas em novos sentidos de análises discursivas. Não basta mais reduzir a análise ao sintático, pois as novas tecnologias de informação articulam seus discursos conforme os efeitos pretendidos e, nesse jogo, a linguagem conjuga-se com o corpo, com os gestos, com as expressões fisionômicas, tornando-se indissociável do seu contexto de produção.

É essa a perspectiva de investigação que se pretende neste trabalho; conjugar os diferentes níveis de funcionamento linguístico à sua espessura histórica e às imagens veiculadas, num trabalho semiológico de análise.

Pensando o discurso nessa tripla via, há que se passar inelutavelmente pelo duplo projeto arqueológico e genealógico de Foucault, identificado simultaneamente com a análise das condições de produção de um determinado discurso, assim como com seus princípios de regularidade linguística.

Dreyfus e Rabinow (1995, p. 117) observam que, embora o projeto arqueológico tenha sido o primeiro a ser construído pelo filósofo, seguido posteriormente pelo método genealógico, chegará o momento em que Foucault irá inverter essa ordem de prioridade. “Agora a genealogia precede a arqueologia” – escrevem os teóricos. A genealogia como método irá articular as relações de poder, os saberes e o estudo do corpo aos objetivos discursivos. Já o método arqueológico, cuja característica é analisar a discursividade no sentido local, buscará compreender o funcionamento dos discursos, não em seu aspecto formal, mas partindo da análise das formações discursivas, dos sujeitos que as enunciam e dos processos de subjetivação. Foucault, por meio do projeto arqueológico, irá deslocar a produção de saberes, vinculando-o às formações discursivas. Os saberes, por sua vez, são fruto de relações de poder que se manifestam por meio de jogos enunciativos.

Reconhece-se em Foucault uma obsessão em fazer do discurso a principal meta da pesquisa arqueológica, projeto que percorreu toda a sua obra, em contextos diferenciados. Posteriormente, acrescentou-se o que é conhecido como os três eixos do projeto foucaultiano – saber, poder e subjetivação - que se articularam às análises discursivas de modo correlato. Desse modo, pode-se dizer que o trabalho genealógico complementou o arqueológico no método foucaultiano, dando visibilidade aos modos de subjetivação, regimes de verdade e de poder, presentes nas trocas sociais. Os dispositivos de poder social são produtores de regimes de verdade, compreendidos como um conjunto de regras de onde se distingue o verdadeiro e o falso. Para Foucault, o valor e o sentido do discurso só podem ser analisados como um efeito histórico, a partir da relação entre o saber e o poder presentes no campo social.

É nessa perspectiva que analisaremos o *corpus* a seguir.

3.2 Condições de produção do discurso da mídia televisiva em sentido estrito

As condições de produção em sentido estrito, estão delimitadas, neste estudo, ao processo de criação e exibição de um *corpus* constituído por dez reportagens, cuja temática é a infância em situação de exploração do trabalho infantil, no Estado de Mato Grosso do Sul. As matérias foram veiculadas nos principais telejornais da TV Morena, principal emissora do Estado, afiliada à Rede Globo de televisão. Das dez reportagens, duas foram também exibidas nos horários nobres – às 20 e às 22h – pela Rede Globo de televisão, durante seus principais telejornais – “Jornal Nacional” e “Jornal da Globo

As dez reportagens mencionadas, foram exibidas de acordo com a seguinte ordem (cf. Anexo A):

- 1ª reportagem – *Crianças Catadoras de Iscas no Pantanal Sul-Mato-Grossense;*
- 2ª reportagem – *Crianças que Catavam Iscas no Pantanal Vão à Escola Pela Primeira Vez;*
- 3ª reportagem – *Crianças Vendedoras de Jornal no Trânsito de Campo Grande – MS ;*
- 4ª reportagem – *Crianças Catando Restos no Lixão, em Campo Grande – MS;*
- 5ª reportagem – *Imagens de Crianças em Várias Situações de Exploração de Trabalho Infantil e Reportagem de Convenção Contra o Trabalho Infantil, Realizada em Campo Grande – MS;*
- 6ª reportagem – *Adolescentes Mirins e Trabalho Infantil nas Feiras Livres;*
- 7ª reportagem – *Crianças Vendendo Jornais no Trânsito II;*
- 8ª reportagem – *Exploração do Trabalho Infantil nas Carvoarias de MS;*
- 9ª reportagem – *Exploração do Trabalho Infantil nas Carvoarias II;*
- 10ª reportagem – *Exploração do Trabalho Infantil nas Carvoarias III.*

A primeira e segunda reportagens tratam de crianças que, no coração do Pantanal de Mato Grosso do Sul, desenvolvem trabalhos de altíssima periculosidade, à noite, pescando pequenos peixes para servir de iscas, a serem vendidas, a preços irrisórios, a pescadores da região. A segunda reportagem fala das providências que foram tomadas pelos Órgãos governamentais responsáveis, no sentido de solucionar o problema, após repercussão negativa do fato, em nível nacional.

De todas as reportagens gravadas – cedidas pela TV Morena, para este estudo – , apenas a primeira encontra-se datada, com registro de maio de 2004. Todas as outras foram cedidas pela emissora, sem menção quanto à data de exibição. Entretanto, pode-se estabelecer uma cronologia, quanto à veiculação das reportagens, tomando por base a primeira, que, pela repercussão, deu origem a todas as outras.

Retomando Charaudeau (2006, p. 101-2) identificamos o potencial de *imprevisibilidade*, na 1ª reportagem (*Crianças catadoras de iscas no Pantanal sul-mato-grossense*), quando esta é apresentada sob forma de um *acontecimento* (aqui compreendido no sentido foucaultiano de *atualidade*) que “choca” a sociedade, embora a temática do trabalho infantil não seja desconhecida do grande público, como veremos em 2.2.3, em que se discute que a história social da infância no Brasil aponta para um passado de violação e exploração que se perpetua na contemporaneidade.

O “choque”, aqui compreendido na perspectiva de comoção, acontece a partir da exibição de imagens que confrontam a sociedade pelo insólito, retirando -a de um estado de suposta estabilidade emocional, perturbando um telespectador que, ao final de um dia de trabalho (a reportagem foi exibida pela Rede Globo de televisão, às 22h), é colocado frente a frente com imagens de crianças que, nesse horário, preparam -se para iniciar a sua jornada. E a televisão, na construção desse acontecimento, realça sem pudor o destino *trágico* (CHARAUDEAU, 2006, p. 82) desses sujeitos (estratégia discursiva usada pela mídia para tocar a afetividade dos sujeitos-alvos):

1ª reportagem: *Crianças Catadoras de Iscas no Pantanal Sul-Mato-Grossense*

Claudia Gaigher (TV Morena): O dia chega ao fim e começa mais uma noite de trabalho para as crianças. Elas carregam a canoa e saem remando pelo rio Paraguai. Em terra firme separam os materiais para catar isca. Seguem a pé pelo meio do mato. Vinte minutos de caminhada... O serviço é dentro d’água, no meio dos corichos, nos alagados do Pantanal. O cupim é jogado na água para atrair os pequenos peixes que se alimentam à noite! Num estalar de dedos – é o segredo – o peixe vem! Na hora que “bate”o dedo “ela vem”. É para pegar a tuvina, o peixinho vendido a quinze centavos como isca para pescadores, que as crianças passam a noite inteira assim, com água até o peito! É mais fácil pegar esses peixinhos na total escuridão! O problema e o risco que essas crianças correm é atrair jacarés e sucuris!

José Henrique, 10 anos, cata isca desde os sete anos. Nunca foi à escola! Já foi atacado por um jacaré, numa noite de trabalho! José Henrique diz:

- Bati nele com uma faca! Daí matamos ele!

Aos sete anos Daniele fica só com o pescoço fora d’água... Nem se dá conta do risco que corre! Os peixes se escondem entre as raízes das plantas aquáticas... É preciso abrir caminho... a lona preta cobre a tela... quanto mais escuro; peixes aparecem.

As imagens exibem crianças que, em seu trabalho noturno, encontram -se imersas nas águas escuras do rio Paraguai, com água até o pescoço! São cenas

perturbadoras, pelo perigo a que as crianças estão submetidas, e retiram da inércia um telespectador que, às 22 h, já se prepara para descansar.

A reportagem exibida pela TV Morena, no horário de seus principais telejornais, ganhou espaço em âmbito nacional, por meio de telejornal exibido pela Rede Globo de televisão. A repercussão, a indignação e a mobilização que se sucederam foram imediatas e os repórteres Claudia Gaigher e Argemiro Barros foram premiados pela matéria.

Embora o trabalho infantil não seja temática desconhecida da sociedade, pois foi objeto de estudos de natureza sociológica, antropológica, da área do Direito e de outras ciências, ao longo de todo o século XX, e continua sendo neste início do século XXI, reconhece-se, entretanto, o critério da *atualidade* mencionado por Charaudeau (2006), quando a mídia televisiva cria dispositivos que dão ilusão de contemporaneidade ao fato veiculado.

O efeito de atualidade faz que um fato tão antigo quanto o trabalho infantil - que no Brasil identifica-se com as Grandes Navegações do período quinhentista (RAMOS, 2006) e na Europa se tem notícia, no mínimo, desde a Idade Média (ARIÉS,1981; POSTMAN,1999) - pareça atual. Essa atualidade é garantida por dispositivos criados com o objetivo de produzir efeitos de proximidade entre o tempo da informação veiculada (a 1ª reportagem aparece em maio de 2004) e o agora.

Esse efeito é garantido pela maneira como a emissora trata o acontecimento, aqui novamente interpretado no sentido foucaultiano de “atualidade”, trazendo o fato ocorrido num passado próximo, ao presente, dando uma ilusão de conjuntura espaço-temporal. Nessa conjunção é o *corpo* que ganha importância, de forma que os sujeitos (as crianças) são mostrados fisicamente (em todas as reportagens), por meio de *close*s e enquadramentos especiais de câmera, nas mais diversas situações:

2ª reportagem : *Crianças que Catavam Iscas vão à Escola pela Primeira Vez*

William Waac (Rede Globo): Em maio de 2004 você viu aqui, no “Jornal da Globo”, crianças no Pantanal que viviam a catar iscas, arriscando-se na água de um rio e nem sabiam o que era uma escola!

Cristiane Pelagio (Rede Globo): Hoje nós temos o prazer de mostrar as mesmas crianças que catavam iscas, indo à escola, graças a uma bem sucedida parceria entre o poder público e a iniciativa privada! A reportagem é da repórter Claudia Gaigher e Argemiro Barros...

As estratégias de organização das imagens e dos discursos asseguram a visibilidade e a publicização do fato noticiado. O critério de atualidade da notícia e o

efeito de proximidade temporal permitem que se comemorem os resultados aparentemente obtidos: “Hoje nós temos o prazer de mostrar...”.

As outras oito matérias, mencionadas segundo a ordem de gravação, fazem parte de um grupo de reportagens veiculadas pela TV Morena, durante o horário de seus principais telejornais, também a respeito da exploração de crianças em situação de trabalho infantil, em todo o Estado. Essas reportagens foram gravadas após a repercussão obtida pelas duas primeiras, já mencionadas, retomando a temática discutida. O que há de comum, além da temática, é o caráter de denúncia, apresentado.

Desse modo, o ambiente em que foram feitas as reportagens, o espaço físico do Pantanal, em pleno rio Paraguai, as carvoarias, a feira livre, o lixão e o trânsito de Campo Grande, são dispositivos que, juntamente com os discursos articulados, formam um conjunto estruturado que constrói todo o efeito produzido pelas reportagens. Para Charaudeau (2006, p. 104-5), “[...] o dispositivo constitui o ambiente, o suporte físico da mensagem, mas não se trata de um simples vetor indiferente que os veicula [...] Todo dispositivo formata a mensagem e, com isso, contribui para lhe conferir um sentido.” O sentido de denúncia, assim, é garantido em seus efeitos pelo uso de dois poderosos sistemas semiológicos usados pela televisão – a imagem e a palavra. Esses dois sistemas estão interligados nesse meio de comunicação numa solidariedade tão impressionante que, dessa interdependência, nasce todo o processo de significação.

Durante a produção das matérias, as imagens recortadas do acontecimento externo (espaços anteriormente mencionados) produzem, no processo de veiculação, efeitos conhecidos por *realidade*, *de ficção* e *de verdade*. O efeito de realidade é representado quando a televisão retira do mundo o acontecimento, dando a impressão de que o veicula tal e qual (CHARAUDEAU, 2006, p. 110-11). Portanto, quando o telespectador vê determinadas imagens a partir de enquadramentos específicos, câmeras posicionadas para captar rostos em *close* (expressões fisionômicas de crianças, de pais, de autoridades) na verdade o que observa são construções específicas de um real, segundo o valor de verdade que se pretende obter

O efeito de ficção é criado quando a televisão, por meio da reconstituição, representa analogicamente um acontecimento que já passou (Idem, p. 111). Na segunda reportagem, observamos esse efeito, quando os repórteres da Rede Globo de televisão, antes de mencionar a notícia principal - crianças vão à escola pela primeira vez – reconstituem a primeira reportagem, situando o telespectador na seqüência dos acontecimentos anteriores.

Já o efeito de verdade é obtido por meio de estratégias que tornam visível o que antes não era percebido (CHARAUDEAU, 2006, p. 111). Esse efeito é criado a partir da visão do sujeito em relação ao mundo, criando uma adesão ao que lhe é proposto. Nesse processo, o sujeito compartilha o seu universo de pensamento com outras pessoas, que estão circunscritas nas mesmas normas de reconhecimento do mundo. Desse modo, quando a televisão produz um discurso de denúncia, como o que constrói por meio das dez reportagens exibidas, o faz para receber imediata adesão do telespectador. Para obter essa adesão, ela cria um dispositivo que mede as influências psicossociais (CHARAUDEAU, 2006, p. 49), buscando não a adesão a uma verdade em si que promulga, mas a credibilidade, a convicção do telespectador que lhe conferirá o direito de dizer.

Verifica-se, em todas as reportagens, a criação desses modos de produção discursivos, por meio da articulação desses efeitos. Buscando construir a situação de produção, a televisão articula entre si o espaço externo, de onde retira os acontecimentos (os lugares onde se desenrola a situação de exploração do trabalho infantil); um espaço interno (que pode ser identificado aos estúdios, onde representa essa realidade a ser veiculada para o público, recortando aquilo que interessa); e o espaço interno-externo, representado pelo contato simbólico (lingüístico, de sentidos) entre a instância da mídia e o telespectador.

Nesse jogo de produção, a televisão assume um duplo papel, colocando -se, por um lado, numa postura *referencial* quando relata e comenta o mundo externamente; e *de contato*, quando interpela o telespectador, buscando emocioná-lo e interessá-lo, por meio das imagens e da construção dos discursos. Na visão de Charaudeau (2006, p. 223), “É a produção geral, lugar por excelência da articulação entre o mundo exterior, o estúdio e o espectador, que coordena essa *mise-en-scène*.” Tudo isso remete às condições de produção.

Ainda com relação a essas condições, há que se falar das estratégias utilizadas para a construção das reportagens. Toda notícia é construída a partir de um fragmento do real. Para Charaudeau (2006, p. 131), “Não há captura da realidade empírica que não passe pelo filtro de um ponto de vista particular [...]”.

Desse modo, ao recortar as imagens de crianças pequenas em situação de iminente perigo ou de miserabilidade, as imagens apresentadas são parte de um real construído, que não é a própria realidade, mas parte dela. Charaudeau (Idem) menciona, nesse sentido, que “O espaço social é uma realidade empírica compósita, não homogênea, que depende, para sua significação, do olhar lançado sobre ele pelos

diferentes atores sociais, através dos discursos que produzem para tentar torná-lo inteligível”. Por conseguinte, ao veicular as dez reportagens, escolhas foram feitas pela instância midiática, impondo recortes àquilo que capturou do espaço público, com o objetivo de construir representações que poderiam interessar ou emocionar o telespectador.

Veicular imagens onde crianças trabalham, no meio da noite, com água até o pescoço, exibir rostos infantis cobertos pela fuligem do trabalho das carvoarias, mostrar crianças envergadas pelo peso de quilos e mais quilos de erva-mate que carregam às costas, expor crianças em situação precária catando restos em meio à revoada de urubus e restos de detritos, no lixão de Campo Grande, certamente são escolhas que impactam a opinião pública, gerando reações de ordem emocional no telespectador.

Esses recortes são tratados como categorias apropriadas de maneira a evocar os dramas humanos, o destino insólito de sujeitos que rompe com a rotina, os hábitos, o previsível, e desafia a lógica e a ordem das coisas, de modo a tocar a afetividade do sujeito alvo, desestabilizando, mesmo que momentaneamente, a aparente uniformidade do mundo. Esse tipo de tratamento dado à informação, corresponde, segundo Charaudeau (2006, p. 81-2), às estratégias discursivas de dramatização.

Por meio desse duplo sistema semiológico (imagens -palavras), a televisão constrói todo um universo discursivo sobre a infância explorada. As imagens interpelam o telespectador pelo sensível, pelo emocional e, desse modo, vão produzindo senti dos. Mas não são apenas elas as responsáveis pela construção dos sentidos. Os discursos, construídos por meio da linguagem, analisados em 3.6, são igualmente importantes. Essa característica inscreve a mídia numa tradição escrita que a liga a um processo de transformação da notícia, na perspectiva de um universo a ser descrito. Esse processo será determinado, em suas condições de produção, conforme a televisão imagina a instância receptora. A partir dessa relação será construída a opinião pública. Assim, as instâncias de produção e de recepção estão vinculadas por um processo de troca de informação. A informação é oferecida ao consumo para um público cujo interesse é preciso despertar. Nesse processo, a articulação entre imagens e palavras é fundamental.

3.2.1 Palavra (discurso) e imagem

No universo midiático, palavra e imagem, embora constituam sistemas semiológicos diferentes, são interdependentes quando se trata de construção de significações. A palavra é o veículo da *narração* e da *descrição* do fato, do *testemunho*, da *proclamação*, (CHARAUDEAU, 2006, p. 156-9), cujo valor depende do *status* de

quem anuncia, assim como da *contradição*, que mostra a fragmentação da realidade. Em todas as reportagens, podem-se identificar esses processos de enunciação. A **narração** e a **descrição** dos fatos estão presentes em seqüências, como:

1ª Reportagem: Crianças Catadoras de Isca no Pantanal

Claudia Gaigher (TV Morena): O dia chega ao fim e começa mais uma noite de trabalho para as crianças. Elas carregam a canoa e saem remando pelo rio Paraguai. Em terra firme separam os materiais para catar isca. Seguem a pé pelo meio do mato. Vinte minutos de caminhada...

[..]

Aos sete anos Daniele fica só com o pescoço fora d'água... Nem se dá conta do risco que corre! Os peixes se escondem entre as raízes das plantas aquáticas... É preciso abrir caminho... a lona preta cobre a tela... quanto mais escuro; peixes aparecem

2ª Reportagem: Crianças que Catavam Iscas vão à Escola pela Primeira Vez

Claudia Gaigher (TV Morena): Ainda não amanheceu e o barco já está no rio para buscar as crianças. São quatro horas da manhã e elas já estão na beira do rio. As crianças vão para esperar o transporte! Aqui não há estrada! a próxima fica , a pelo menos, quatro horas de barco, pelo rio Paraguai. De casa em casa, o transporte escolar vai apanhando os alunos que só agora começam a entender o significado da educação!

[..]

A escola foi construída num barranco alto, para não ser inundada durante as cheias! Antes da aula, o lanche é servido! As duas professoras moram na escola. Rafael, José Henrique, Joselaine e Magali arriscavam a vida catando iscas à noite... Hoje, o esforço deles é para se acostumar à vida escolar! Com cuidado as letrinhas são desenhadas e vão ganhando um sentido!

3ª Reportagem: Crianças Vendedoras de Jornais no Trânsito de Campo Grande I

Repórter TV Morena: O trabalho de vender jornal começou cedo. Aos doze anos, Douglas já estava na rua, garantindo o próprio dinheiro. A rotina às 5h da manhã, só termina às 9 h. Com o salário o menino compra o que precisa e divide e ajuda a mãe. O emprego é um compromisso que ele ainda divide com o tempo que ele dedica aos estudos. Douglas comenta:

[..]

- Já vi um colega sofrer um acidente... Ele entrou no meio da rua olhando de um lado... o carro passou no meio do pé dele!

4ª Reportagem: Crianças Trabalhando nos Lixões em Campo Grande - MS

(...) A imagem é desoladora... A infância destruída pela falta de recursos! Crianças com a marca da fuligem , crianças carregando toneladas nas costas, nas plantações de erva -mate e, na capital, crianças recolhendo restos no “lixão municipal”, para ajudar os pais no sustento da família .

[..]

Há pouco mais de um mês, Edenir Elias, de 11 anos, foi atingido por um raio, enquanto recolhia lixo, no aterro sanitário. Ele fazia parte do Programa bolsa escola. Os R\$ 136,00 que a família recebia para manter o menino na escola, eram insuficientes!

5ª Reportagem: *Imagens de Crianças em Várias Situações de Trabalho e Reportagem de Convenção Contra o Trabalho Infantil, Realizada em Campo Grande – MS*

Repórter TV Morena: Crianças trabalhando no campo, em abatedouros, em carvoarias, em lixões... uma cena muito comum no Brasil! Estas e mais 77 atividades estão na lista das piores formas de Trabalho Infantil, que vão ser publicadas, esta semana, pelo Ministério do Trabalho e Desemprego.

6ª Reportagem: *Adolescentes Mirins e Trabalho Infantil nas Feiras Livres*

[...]

Fernanda tem 16 anos e trabalha no Fórum de Campo Grande. É uma das 37 adolescentes que conseguiram emprego no Poder Judiciário. Ela ganha 145 reais por mês... O mesmo salário do colega Márcio! Ele trabalha no setor administrativo do Poder Judiciário; quer adquirir experiência profissional para ter uma vida melhor!

[...]

O trabalho infantil nas feiras é assunto polêmico. No ano passado a DRT fez várias fiscalizações! Hoje, a situação já está sob controle... parece! Os adolescentes que têm até 16 anos e são parentes dos comerciantes podem trabalhar na feira, até às 10 da noite! Agnaldo conseguiu o emprego na feira quando tinha 15 anos. Hoje ele é dono de uma banca!

7ª Reportagem: *Crianças Vendendo Jornais no Trânsito II*

Repórter TV Morena: Menos de um metro e trinta de altura, 12 anos, já trabalha 8 horas por dia.

Ele acorda às 4 da manhã e, antes das cinco, já está vendendo jornais...

[...]

Repórter TV Morena: Um grupo de crianças ou adolescentes trabalham para um mesmo homem. São 12 ou 13... todo mundo do mesmo jeito!

8ª Reportagem: *Exploração do Trabalho Infantil nas Carvoarias I*

[...]

Walfrido, de 13 anos, com o irmão de 14 empilha, por dia, cinco toneladas de madeira! Ana Lúcia, de 6 anos, enfrenta o risco de queimar as mãos, na hora de rebocar os fornos e Leandro, de 8 anos, fica o tempo todo embaixo de muita poeira, para ajudar o pai no transporte do carvão! Apesar do esforço e risco eles não recebem salário, e sim comida, uma forma que os empreiteiros usam para complementar o salário dos pais, que vêm trabalhar na carvoaria, sempre em família.

9ª Reportagem: *Exploração do Trabalho Infantil nas Carvoarias II*

Repórter TV Morena: Por trás da fumaça vivem os pequenos carvoeiros! Eliton tem 14 anos e trabalha 12 horas por dia. Ganha 25 reais, por mês, para carregar a lenha que vira carvão, e para cobrir de barro o forno em brasa! [...]

10ª Reportagem: Exploração do Trabalho Infantil nas Carvoarias III

Repórter TV Morena: Os carvoeiros que mandarem os seus filhos para a escola têm direito ao vale cidadania. São 50 reais, por mês, para cada criança de 7 a 14 anos. Mas eles ainda não receberam os vales de agosto e setembro.

[...]

A narração está vinculada ao relato do acontecimento, apresentado em estado bruto, sendo portador de potencialidades significantes múltiplas (CHARAUDEAU, 2006, p. 156). A posição do jornalista, no processo de narração, é a de relatar fielmente o acontecimento. É o que se observa nos recortes da 1ª reportagem, quando a jornalista conta um acontecimento que lhe é exterior: “O dia chega ao fim [...] Elas carregam a canoa e saem remando[...] Aos sete anos, Daniele fica só com o pescoço fora d’água[...]”. Na 2ª reportagem, o processo de narração também acontece, quando a jornalista relata os acontecimentos referentes à primeira vez que as crianças vão à escola: “Ainda não amanheceu[...] A escola foi construída[...] Com cuidado as letrinhas são desenhadas e vão ganhando um sentido.” Na 3ª reportagem, o mesmo foco de narração pode ser observado: “O trabalho de vender jornal[...] dedica aos estudos. Na 4ª reportagem : “A imagem é desoladora[...] Há pouco mais de um mês, Edenir Elias foi atingido por um raio[...]”. Assim, sucessivamente, podemos observar a narrativa midiática acontecendo em todos os fragmentos transcritos.

A descrição, conforme visto nos recortes, acompanha o processo de narração, pois assegura uma seqüência lógica ao desenrolar dos acontecimentos (CHARAUDEAU, 2006, p. 158). Na mídia televisiva, a descrição é entrecortada por imagens, destinadas a mostrar, de perto, com a utilização de *closes*, as fisionomias, as expressões os objetos relacionados aos sujeitos das entrevistas. Nos excertos transcritos, foram utilizadas imagens fragmentadas, recortadas com o objetivo de situar o telespectador em relação ao fato narrado, buscando criar efeitos de verdade, ou seja, uma adesão ao que pode ser julgado como verdadeiro; a credibilidade ao fato noticiado.

A **explicação** dos fatos é parte desse processo de enunciação e é utilizada pelo enunciador midiático para elucidar o que acontece no presente, com base em acontecimentos anteriores: “Em maio de 2004, você viu[...]”. Imagens utilizadas em *reprise* ajudam a reconstituir os fatos de modo a produzir uma lógica de encadeamentos. O comentário explicativo, concomitante à *reprise*, completa a produção:

2ª Reportagem: Crianças que Catavam Iscas vão à Escola pela Primeira Vez

William Waac (Rede Globo): Em maio de 2004 você viu aqui, no “Jornal da Globo”, crianças no Pantanal que viviam a catar iscas, arriscando-se na água de um rio e nem sabiam o que era uma escola! (Concomitante ao ato de enunciação, imagens da 1ª reportagem são apresentadas.)

A **apreciação** também está presente nesses modos de enunciação:

2ª Reportagem: Crianças que Catavam Iscas vão à Escola pela Primeira Vez

Cristiane Pelagio (Rede Globo): Hoje nós temos o prazer de mostrar as mesmas crianças que catavam iscas, indo à escola, graças a uma bem sucedida parceria entre o poder público e a iniciativa privada!

Por meio da apreciação o locutor midiático demonstra suas emoções, estratégia utilizada para dramatizar a narração e incitar o alocutário -telespectador a compartilhar do seu entusiasmo: “Hoje nós temos o prazer de mostrar [...]”.

O **testemunho**, estratégia de enunciação muito presente em entrevistas, pode ser observado na seqüência:

3ª Reportagem: Crianças Vendedoras de Jornais no Trânsito de Campo Grande I

- Você já viu um colega sofrer um acidente?
- Já vi um colega sofrer um acidente... Ele entrou no meio da rua olhando de um lado... o carro passou no meio do pé dele!

O testemunho (CHARAUDEAU 2006, p. 224) é uma estratégia de enunciação que confirma a existência de uma realidade: “Já vi um colega sofrer um acidente [...]”. Tem como característica, levar o enunciador a dizer o que viu, sem análise ou julgamento prévio. Isso garante ao testemunho efeitos de pureza e autenticidade discursiva. Acrescenta-se o fato de o testemunho ser enunciado, na entrevista, por uma criança anônima. O anonimato confere-lhe notoriedade, pois ela passa a ser vista como representante de toda uma categoria, constituindo-se, a partir daí, como um arquétipo social, simbolizando um tipo de vida caracterizado pelo sofrimento e pelo abandono.

A **proclamação** figura como um dos processos de enunciação da televisão, cuja característica é comprometer o locutor a fazer o que diz:

3ª Reportagem: Crianças Vendedoras de Jornais no Trânsito de Campo Grande I

Uma das preocupações das autoridades que lutam para erradicar o trabalho infantil no Estado é com a saúde de pequenos trabalhadores. Apesar da idade, são cobrados como adultos, assumem responsabilidades que não deveriam! Que prejuízo isso pode trazer para a vida de uma criança e adolescentes? É o que está sendo discutido num Seminário realizado pela Delegacia Regional do Trabalho. O Seminário quer chamar a atenção da sociedade para um problema que é responsabilidade de todos! A erradicação só é possível se o empregador não contratar mão-de-obra infantil, de acordo com os Órgãos que desenvolvem ações sociais para cumprir o Estatuto da Criança e Adolescentes.

[...]

- É preciso acabar com o pensamento que criança precisa trabalhar... de estar na rua! Esse debate tem que ser feito para que a criança possa ter direito a freqüentar a escola, direito a ter sua infância e não ter esse trabalho infantil!

5ª Reportagem: *Imagens de Crianças em Várias Situações de Trabalho e Reportagem de Convenção Contra o Trabalho Infantil, Realizada em Campo Grande – MS*

Senador Cristóvão Buarque: - O Trabalho Infantil é uma calamidade pública! Enquanto o trabalho infantil for apenas um problema... a gente vai devagar... Aí, diz “tá melhorando...” Leva 10 anos! Já pensou nesse sofrimento há 10 anos, para essas crianças que trabalham? E o prejuízo para o Brasil, pois elas trabalham e deveriam estar na escola ?!

[...]

Com a Convenção o Ministério do Trabalho também ganha o poder de fiscalizar o envolvimento de menores com o tráfico de drogas, a prostituição e o tráfico de armas!

7ª Reportagem: *Crianças Vendendo Jornais no Trânsito II*

Chefe do DRT: - A maior dificuldade na fiscalização é nas vias públicas. Foi lançado um telefone, disque-denúncia, do trabalho Infantil. Por telefone essas pessoas podem fazer a denúncia, através do 08006475566. Na hora pode ligar para a gente, de qualquer esquina onde se encontram essas crianças!

8ª Reportagem: *Exploração do Trabalho Infantil nas Carvoarias I*

[...]

Mas a exploração ao Trabalho Infantil está com os dias contados! Quem garante é a OIT – Organização Internacional do Trabalho – e a UNICEF.

[...]

Para cada criança que freqüentar a escola, a família receberá meio salário mínimo, por mês! O Programa se destina às crianças, na faixa etária dos 7 aos 14 anos. . Nessa primeira fase, o Programa vai atingir mil crianças que ficarão livres da exploração nas carvoarias e reconquistarão o direito de estudar!

Em todas as seqüências destacadas o valor da proclamação, como forma de enunciação, é conferida pelo *status* do enunciador que tem o poder simultâneo de dizer e também de fazer. Este é o caso dos delegados que discute m a erradicação do trabalho

infantil, no Seminário promovido pela DRT, nos recortes da 3ª reportagem; do discurso do senador Cristóvão Buarque, político que tem o poder de decisão, ao defender que o lugar da criança é na escola e que o trabalho infantil é uma calamidade pública (5ª reportagem); da chefe da DRT que se compromete a efetivar imediata fiscalização, mediante o disque-denúncia; da OIT e da UNICEF que garantem, na 8ª reportagem, que o trabalho infantil está com os dias contados; e dos representantes do Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil, que sustentam que, na primeira fase, mil crianças ficarão livres da exploração das carvoarias.

Reconhece-se, também, nas entrevistas a **contradição** (CHARAUDEAU, 2006, p. 225), aqui identificada como uma forma de enunciação que atenua o sentido de uma evidência, mostrando que a realidade apresentada (no caso estudado, a imagem da infância a partir do trabalho infantil) é mostrada de maneira fragmentada e que há outras opiniões a respeito:

4ª Reportagem: Crianças Trabalhando nos Lixões em Campo Grande - MS

- A DRP vem fazendo essa fiscalização, mas, veja bem, é complicada essa questão do Trabalho Infantil. Muitas vezes a própria família não aceita que ela... que a criança não trabalhe... Então é um debate que tem que se fazer, dentro da sociedade, né, para que a gente possa entender que o lugar da criança é na escola!

9ª Reportagem: Exploração do Trabalho Infantil nas Carvoarias II

A delegacia Regional do Trabalho já fechou dezenas delas (carvoarias), mas reconheceu que muitas crianças são forçadas ao trabalho, pelos próprios pais!

Mostra-se que o tratamento à temática do trabalho infantil é feito de forma fragmentada, pois a verdade tem vários sentidos, inclusive a de pais que põem seus filhos para trabalhar como forma de complementar a renda familiar. Nota-se, ainda, nessas enunciações, que a televisão exime-se da responsabilidade de opinar, utilizando-se de recortes do discurso de outros, cujo *status* confere o poder de dizer e, em última instância, deixando ao telespectador, como testemunha e, pois, exterior ao fato, o problema de buscar ele mesmo a verdade e, assim, construir a própria opinião.

Há que se falar ainda que, durante o processo de edição das reportagens, a televisão utiliza-se de práticas de transformação, favorecendo o aparecimento deste ou daquele discurso, que, articulado às imagens, ajuda a construir a realidade, de acordo com o *propósito definido* e o *alvo visado*:

1ª Reportagem: Crianças Catadoras de Isca no Pantanal de MS

José Henrique, 10 anos, cata isca desde os sete anos. Nunca foi à escola! Já foi atacado por um jacaré, numa noite de trabalho! José Henrique diz:

- Bati nele com uma faca! Daí matamos ele!

[...]

Mostramos as imagens para a Coordenadora do Programa de Erradicação do trabalho Infantil de Mato grosso do Sul. Ela ficou surpresa com o que viu! Marina Sampaio, Coordenadora do “Peti”, disse:

- De repente a gente não tem uma solução com a rapidez que o caso requer, mas temos que buscar alternativas e vamos ter que encontrar uma fórmula, nem que seja uma escola flutuante para que possa atender essas crianças... que elas tenham acesso à educação!

8ª Reportagem: Exploração do Trabalho Infantil nas Carvoarias I

Walfrido, de 13 anos, com o irmão de 14 empilha, por dia, cinco toneladas de madeira! Ana Lúcia, de 6 anos, enfrenta o risco de queimar as mãos, na hora de rebocar os fornos e Leandro, de 8 anos, fica o tempo todo embaixo de muita poeira, para ajudar o pai no transporte do carvão!

Apesar do esforço e risco eles não recebem salário, e sim comida, uma forma que os empreiteiros usam para complementar o salário dos pais, que vêm trabalhar na carvoaria, sempre em família. Além da situação de miséria, as crianças ficam fora da escola!

- Nem um dia a gente fica parado... é de domingo a domingo! Diz um menino carvoeiro.

9ª Reportagem: Exploração do Trabalho Infantil nas Carvoarias II

O repórter pergunta à mãe do menino carvoeiro:

- O dinheiro que a senhora vai ganhar, pelo estudo dos seus filhos, compensa?

- Compensa! Melhor do que eles ficarem aqui, trabalhando! É pior aqui! Não dá futuro para ninguém!

Nos recortes da 1ª reportagem o alvo é o alocutário -telespectador e o propósito é denunciar a situação de abandono, por parte das autoridades (“José Henrique. [...] cata iscas desde os sete anos. Nunca foi à escola!”), em que vive o menino de 10 anos. Soma-se a isso a situação de perigo eminente a que se submete a criança, exposta ao ataque de jacarés, durante seu trabalho noturno. O abandono e o perigo é ratificado pelo depoimento: “Bati nele com uma faca!”. O segundo recorte da 1ª reportagem ratifica o descaso das autoridades (“Marina Sampaio, coordenadora do Peti em MS [...] ficou surpresa com o que viu! [...] não tem uma solução com a rapidez que o caso requer [...]”). O alvo é novamente o alocutário-telespectador e o propósito é denunciar a incompetência dos órgãos responsáveis pela erradicação ao trabalho infantil, no Estado, que desconhecem a realidade vivida por crianças, fora dos centros urbanos, assim como a lentidão em se tomar medidas saneadoras.

O alvo da 8ª reportagem é, novamente, o alocutário -telespectador e o propósito é denunciar que, crianças entre 14 e 6 anos, são submetidas a trabalho escravo “de domingo a domingo”, a troca de “comida”, nas carvoarias do Estado.

Na 9ª reportagem o alvo continua sendo o telespectador e o propósito é demonstrar que as bolsas-escolas, distribuídas às famílias de carvoeiros, são uma alternativa para se retirar as crianças do trabalho, propiciando esperança de um futuro mais promissor, e isso é reconhecido por alguns pais: “Compensa! Melhor do que eles ficarem aqui trabalhando!”.

O processo de filmagem também é importante na construção da opinião pública. As imagens, mostradas a partir de pontos estratégicos, produzem pontos de vista diferentes do sujeito mostrado, fazendo que o telespectador envolva-se emocionalmente com o acontecimento.

A montagem dessas imagens nos estúdios, rompendo com o tempo de continuidade das ações e dos discursos, é exemplo de como a instância de produção intervém nos resultados a serem exibidos, criando efeitos de co-temporalidade (a televisão não consegue coincidir, na maioria das vezes, tempo de enunciação e tempo de transmissão), com o objetivo de *fazer saber* e *fazer compreender* ao telespectador. Por meio da seleção de alguns elementos filmados e pela combinação de seqüências, criam-se efeitos de dramatização, presentes enfaticamente na primeira reportagem e que deram margem ao comentário indignado de Arnaldo Jabor:

1ª Reportagem: Crianças Catadoras de Isca no Pantanal de MS

Comentário de Arnaldo Jabor (Rede Globo): O que fazem diante das imagens?! Gritar, “Que Horror!?” Chorar, pedir soluções urgentes? O quê?! A resposta, em geral, dos políticos... “É difícil!”, “Tudo é lento!”... A burocracia serve tanto para facilitar a corrupção como para justificar a incompetência, a preguiça... Falta de verba, dizem eles... Desse caso, é um em todos os cantos do Brasil! Há crianças em situação de trabalho Escravo... Não poderá haver decisões de emergência! Será que o governador Zeca do PT vai fazer uma reunião para decidir com os “companheiros” o que falar ou vai mandar agir logo hoje... ontem, para impedir esse abuso?! Não se clama o tempo todo contra a poluição do Pantanal? “Precisamos salvar os animais!” E as crianças?! Isso é mais complexo... Talvez se o tráfico de drogas fosse bem combatido ali e se a famosa corrupção do Estado diminuísse, talvez sobrasse dinheiro para a proteção dos habitantes! Em último caso poderia incluir as crianças na proteção do Ibama, junto com as sucuris e as ararinhas azuis e os peixes bois... ou um trabalho sério na domesticação dos jacarés, para eles não devorarem as crianças, no seu trabalho noturno!

O comentário de Arnaldo Jabor, propositadamente agressivo – na visão de Charaudeau todo comentário é *histérico* e “corre o risco constante de produzir efeitos perversos de dramatização abusiva, [...], de reação paranóica” (CHARAUDEAU, 2006,

p. 187). - complementa o relato da primeira reportagem. O comentarista não se atém a mostrar o que foi o acontecimento, mas procura revelar aquilo que não está claramente exposto. A partir desse objetivo, problematiza o acontecimento por meio de sucessivas interrogações, propondo ao receptor uma posição contrária ao fato apresentado, construindo hipóteses, utilizando-se de ironia, avaliando, julgando, instigando o telespectador a se posicionar. Essa é uma estratégia utilizada pela televisão para que o telespectador assimile argumentos em favor das posições apresentadas pelo comentarista.

O comentário é uma estratégia de avaliação, que, ao ser utilizada por um dos locutores midiáticos, revela o quanto a neutralidade da mídia é ilusória. Assim, os acontecimentos são problematizados, avaliados, medidos, julgados, buscando despertar o interesse do alocutário. Segundo Charaudeau (2006, p. 176), “O Comentário [...] põe o leitor em questão: exige uma atividade intelectual, um trabalho de raciocínio [...] e dessa atividade não há ninguém [...] que saia incólume”.

Com relação ao grau do discurso de informação veiculado, pode-se dizer que, por dirigir-se a um público reconhecidamente heterogêneo, a emissora usa de duas estratégias na construção dos efeitos discursivos descritos. A primeira é a que privilegia a manipulação da *afetividade* do telespectador, utilizando-se de imagens e construções tais como “Walfrido, de 13 anos, com o irmão de 14 empilha, por dia, cinco toneladas de madeira! Ana Lúcia, de 6 anos, enfrenta o risco de queimar as mãos, na hora de rebocar os fornos e Leandro, de 8 anos, fica o tempo todo embaixo de muita poeira, para ajudar o pai no transporte do carvão!”, ou “Nem um dia a gente fica parado... é de domingo a domingo! Diz um menino carvoeiro”, todas presentes na 8ª reportagem.

A segunda estratégia é a utilização de uma mescla de efeitos que oscilam entre *fracos*, que partem da opinião de um dos locutores da própria emissora de televisão – “Talvez se o tráfico de drogas fosse bem combatido ali e se a famosa corrupção do Estado diminuísse, talvez sobrasse dinheiro para a proteção dos habitantes!” (Comentário de Arnaldo Jabor) –, *indiretos*, presentes nas falas de diversos representantes de segmentos sociais, que simbolizam os diferentes discursos dos grupos a que pertencem os telespectadores (técnica conhecida como *gangorra*) e de *reforço*, quando se elaboram discursos que apontam a *escola* como a grande solução para os problemas da miséria e da exploração do trabalho infantil, em sucessivas reportagens.

Ressalta-se que esses discursos em favor da educação são historicamente construídos e estão inseridos em formações discursivas que irromperam em diversos momentos da história do nosso país, perpassando uma ideologia que esteve presente em

discursos do século XX e que se encontram presentes ainda no século XXI. Esses discursos encontram-se recuperados, em diversos momentos da entrevista, por meio de um trabalho de memória. É o que discorreremos a seguir.

3.3 Condições sócio-histórico-ideológicas de produção dos discursos de exploração do trabalho infantil

Todas as considerações feitas, até o momento, vinculam-se às condições de produção dos discursos em seu contexto imediato. Passaremos a considerar as condições em sentido lato, que dizem respeito às determinações histórico-sociais e ideológicas presentes na produção desses discursos.

A história aqui mencionada, a servir como objeto de investigação, entretanto, não é aquela das continuidades em progressão ou da reversão à gênese, de uma “racionalidade continuamente crescente” (FOUCAULT, 2002, p. 5), mas aquela que se identifica com a interrupção, com as descontinuidades, voltando-se para os diversos campos de dispersão. A questão que se deve discutir não se circunscreve à investigação dos acontecimentos em linearidade, mas à maneira como ocorre essa nova proposta de racionalidade e as conseqüências dos seus efeitos. Para Foucault (2002, p. 6), o que importa é investigar

[...] o jogo das transmissões, das retomadas, dos esquecimentos e das repetições; como a origem pode estender seu reinado bem além de si própria e atingir aquele desfecho que jamais se deu – o problema não é mais a tradição e o rastro, mas o recorte e o limite; não é mais o fundamento que se perpetua, e sim as transformações que valem como fundação e renovação dos fundamentos.

Compreender a descontinuidade, a ruptura é fundamental para o filósofo francês, pois isso lhe permitirá analisar as transformações de uma outra perspectiva, por meio da comparação de diferentes domínios. Por conseguinte, no processo de investigação da constituição dos sentidos discursivos há que se considerarem os elementos históricos que se originam da forma de nossa sociedade, não apenas implicando o aspecto material, mas considerando o que é institucional em seus aspectos de formação e de estabelecimento de uma ordem social. Nesse sentido, a investigação deve incidir sobre os enunciados, buscando seus modos de dispersão. Em outras palavras, a investigação “tem que dar conta do fato de que o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história, e uma história específica que não o reconduz às leis de um devir estranho” (FOUCAULT, 2002, p.146).

É desse modo que os discursos ganham significados nas entrevistas; a partir de uma rede de sentidos constituídos e disponibilizados à análise por meio do interdiscurso, da memória que reconstitui sa beres que retornam, a todo momento, nas falas dos entrevistados. É uma série de dizeres que ganham significado por meio da história e da língua e mostram todo o comprometimento político dos falantes, afetados inextricavelmente pela ideologia perpassada em determinado momento da história deste país.

No *corpus* analisado, verifica-se a reiteração de um conjunto de enunciados que podem ser agrupados em torno de uma tradição discursiva semelhante, de antigos já-ditos retomados em sucessivos discursos. A questão é de onde provêm esses enunciados? A que formação discursiva estão relacionados? Que traços ideológicos estão materializados neles? Tais enunciados são registros de discursos, cujo objeto é a infância, que, se entrecruzados à recente história do nosso país – século XX e início do século XXI –, põem em evidência um enorme distanciamento existente entre o universo dos discursos históricos, articulados por meio das instituições nacionais, e o mundo real no qual a criança pobre tem vivido imersa.

Nesse segundo mundo, invisibilizado até bem pouco tempo – graças à imprensa anarquista (identificada com os movimentos de resistência operária), na passagem do século XIX para o século XX, no Brasil, segundo Moura (2006, p. 279) tornou-se conhecido e questionado, - há um universo infantil orientado para o trabalho, para o adestramento, para práticas de controle social mascaradas sob o signo da caridade, do assistencialismo, da pseudo-filantropia, produtoras de uma extensa rede institucional de controle, vigilância e repressão dos sujeitos infantis pobres.

A história social da criança aponta para um passado de violação e exploração, que se perpetua na contemporaneidade e está presente nas reportagens. Ariès (1981), pioneiro nos estudos sobre a infância na Europa, proble matizou a temática em sua obra, tomando por base dois fios condutores. O primeiro remete à ausência do conceito de infância, tal qual o conhecemos hoje, durante toda a Idade Média, época em que a criança era praticamente invisível aos olhos da sociedade. O segundo aponta para o reconhecimento da infância como período anterior à vida adulta, criando, a partir dos séculos XVII e XVIII, um novo *status* atribuído à criança e à família. Após esse período a infância passa a ser reconhecida como uma fase de ingenu idade e fragilidade do homem.

Para o teórico, o conceito de infância só começou a ser pensado no mundo a partir do século XVI. Nesse período a criança começou a *existir*. Na idade Média um

menino de sete anos era reconhecido como um homem, em todos os aspectos, tendo acesso ao mesmo ambiente informacional, vivendo o mesmo mundo intelectual e social e vivenciando todos os comportamentos comuns à cultura. Postman (1999, p. 31) associa a inexistência da idéia de infância nesse período, à “[...] falta de alfabetização, a falta do conceito de educação, a falta do conceito de vergonha – estas são as razões pelas quais o conceito de infância não existiu no mundo medieval”. A alta taxa de mortalidade infantil, característica do período, fazia também com que os adultos não se envolvessem emocionalmente com as crianças. A idéia comum era de se ter muitos filhos para que sobrevivessem, ao menos, um ou dois.

Continuando a sua análise historiográfica, Ariès (1981) aponta a invenção da imprensa como um período de separação entre adultos e crianças, a partir da concepção do homem letrado. A partir desse período, segundo o teórico, a criança, para se tornar adulto, tinha que aprender a ler e escrever. Conseqüentemente, precisava de *educação*. A partir desse período, a civilização européia reinventou a *escola*, transformando a idéia de infância numa necessidade. Por conseguinte, o conceito de infância desenvolveu-se rapidamente onde havia escolas e onde a instrução era valorizada. Crianças e jovens passaram a ser vistos como adultos não formados. O autor observa, ainda, que o modelo de família tomou forma a partir do momento em que se formalizou o conceito de infância. Pode-se inferir, nesse sentido, que o grande evento criador da família moderna foi a invenção e a expansão da escolarização formal.

A invenção da infância livresca contribuiu para reprimir a energia dos jovens, pois obrigou-os a criar condutas inerentes a um bom leitor: senso de individualidade, lógica, capacidade de abstração e de adiar o prazer. Em uma palavra, senso de *autocontrole*. O autocontrole estendeu-se também aos costumes e práticas sociais e a vergonha foi o mecanismo utilizado para o controle dos corpos. A partir do século XVI começa-se a impor a disciplina rigorosa às crianças, coibindo suas inclinações naturais, associadas a um caráter a ser modulado. O pensamento de Rousseau foi estratégico nessa concepção educadora, contribuindo com a idéia de que a natureza deveria ser subjugada no interesse de se conseguir uma alma purificada. Assim, inúmeras crianças foram submetidas a um regime educacional rigoroso, destinado a torná-las boas.

Ao desenvolver o conceito de infância, a sociedade inventou o *segredo* e, com ele, um repertório de palavras que não poderiam ser pronunciadas na frente das crianças, relacionadas às relações sexuais, dinheiro, violência, doença, morte e relações sociais. No limiar de 1850 a infância já era um princípio social em todo o ocidente.

No Brasil o conceito de infância e o sentido de proteção só chegou tardiamente. Desta forma, a história social da infância brasileira, identifica-se com “a história da (des) proteção à criança e ao adolescente” (CUSTÓDIO, 2006, p. 211). O país apresenta uma longa tradição de exploração ao trabalho infantil, iniciada desde o século XVI, quando as terras brasileiras começaram a ser povoadas e crianças eram trazidas para cá, nas embarcações lusitanas. Durante essas verdadeiras epopéias marítimas, as crianças eram enviadas ao novo mundo trabalhando como grumetes ou pajens, nos grandes navios portugueses, ou como órfãs do rei, mandadas à Colônia para se casarem (RAMOS, 2006, p. 19-54).

Em quaisquer das condições mencionadas, eram elas que mais sofriam a bordo. Normalmente eram vitimadas pelas condições insalubres de um cotidiano cheio de privações, pela inanição e pelas doenças. Eram alvo, também, de violação por parte de pedófilos, vitimizadas por atos de sodomia tolerados, na época, até pela Santa Inquisição e, quando as naus sofriam ataques de piratas, eram escravizadas, prostituídas ou, simplesmente lançadas ao mar, em caso de naufrágios, quando os adultos lutavam para salvar suas próprias vidas e comandantes optavam por salvar barris com biscoitos (RAMOS, 2006, p. 19-20).

Rizzini afirma que as crianças pobres sempre trabalharam neste país e, em meio a um universo adulto de extremas dificuldades, eram obrigadas a se adaptar ou perecer ante os maus tratos, a violência e o sofrimento. Desde os primórdios da colonização deste país a criança trabalhou, inicialmente

Para seus donos, no caso das crianças escravas da Colônia e do Império; para os “capitalistas” do início da industrialização, como ocorreu com as crianças órfãs, abandonadas ou desvalidas a partir do final do século XIX; para os grandes proprietários de terras como bóias-frias; nas unidades domésticas de produção artesanal ou agrícola; e finalmente nas ruas, para manterem a si e as suas famílias. (RIZZINI, 2006, p. 376)

Como se pode observar, a sociedade brasileira possui uma tradição assentada na exploração ao trabalho de menores, recrutados por constituírem-se em mão-de-obra dócil e barata. O recrutamento, ao longo da história, foi facilitado pelas condições de abandono, de pobreza e pela intensa miséria vivida por grande parte da população. Diante de condições de extrema miserabilidade, os pais eram levados a abandonar cada vez mais os seus filhos, facilitando a ação de uma falsa filantropia interessada na exploração da capacidade produtiva das crianças e adolescentes, e de um Estado que

tomou para si as tarefas de educação, saúde e punição das crianças pobres, por meio de políticas públicas e legislações criadas segundo essa ideologia.

Enquanto que no período Colonial acentuou-se o desvalor e a exploração da infância nas embarcações lusitanas, no período Imperial as ações caritativas da filantropia privada com seus orfanatos foram expressivas, ressaltando a situação da massacrante desigualdade entre as crianças da elite e as escravas ou empobrecidas. Assim, no transcurso da história brasileira, a exploração e a desigualdade se perpetuaram.

Na sociedade escravista, as crianças brancas possuíam escravos aos quais distribuíam ordens aos gritos. As mulatas e negras forras, na primeira metade do século XVIII, também tiveram escravos, muitas vezes entre seus próprios parentes ou meio irmãos (PRIORE, 2006, p. 12). Dos escravos que desembarcavam no Rio de Janeiro, no início do século XIX, quatro por cento eram crianças. Destes, um terço sobrevivia até os dez anos. Após quatro anos, muitos já trabalhavam e, aos doze, seu valor de mercado já havia dobrado, pois considerava-se que seu adestramento estava concluso.

Após a abolição da escravidão, crianças filhos de antigos escravos continuaram a trabalhar nas fazendas de cana-de-açúcar, em Pernambuco, recrutados dos asilos de caridade, algumas aos cinco anos, com a justificativa de livrá-las da vagabundagem e da criminalidade, por meio de uma ocupação mais útil.

Paradoxalmente, apesar de essa ser uma época de profundas contradições sociais, em que coexistiam propostas liberais e escravistas, é nesse período que a infância começa a ser reconhecida, no Brasil, como uma etapa do desenvolvimento humano, a exemplo do que já havia acontecido na Europa. A partir daí, influenciada pelas idéias “[...] do positivismo e do higienismo [produz -se] aparatos de controle e disciplinamento por meio da exploração no trabalho e a institucionalização, legitimadas pelas idéias moralizadoras da salvação do futuro do país” (CUSTÓDIO, 2006, p. 210). Na prática, a junção de propostas tão diferentes como o liberalismo e a escravidão propiciou o aparecimento de práticas disciplinares e de controle social direcionadas à infância pobre.

A República, em 1889, inaugurou o discurso do crescimento nacional. A ideologia de que o trabalho era a solução para o problema do menor abandonado e delinqüente começava a ganhar força. Outras ideologias racistas, baseadas no positivismo e no ideal de “ordem e progresso” acentuaram-se, juntamente com as idéias de repressão à mendicância e vadiagem, por meio do recolhimento de crianças em internatos. Inaugurou-se, também, uma nova ordem de atendimento social que

ultrapassou o nível da filantropia privada e elevou o abandono infantil ao nível de problema de Estado.

A teoria de que a desestruturação familiar originava criminosos fez com que o Estado tomasse para si “[...] as tarefas de educação, saúde e punição para crianças e adolescentes” (PASSETTI, 2006, p. 348). A integração do indivíduo à sociedade por meio de contenção à delinquência, tornou-se tarefa do Estado que também passou a defender a ideologia da família monogâmica e estruturada, dentro de princípios moralistas. A ideologia da preservação da ordem nacional irmanava-se com a da educação estatal obrigatória, fazendo coro ao ideal de integração da criança pelo trabalho. Após a Revolução de 1930, o discurso da educação entra em franca ascensão. A ideologia da época proclama a educação para o trabalho, via institucionalização estatal e visando à criança pobre, como meta do Estado. A educação, segundo a política de disciplinamento vigente, serviria

[...] como instrumento de controle e vigilância das massas pelo poder centralizador. As instituições filantrópicas desempenhavam papéis considerados relevantes, sob o discurso da assistência aos desamparados; atuavam como instâncias de controle localizado a serviço dos interesses e valores dominantes. (CUSTÓDIO, 2006, p. 63).

Toda a legislação que respaldava essa política de disciplinamento visava o controle das manifestações individuais, consideradas perigosas ao Estado, a partir de três fios condutores. O primeiro tencionava dar uma satisfação aos organismos internacionais do trabalho, representados pela OIT (Organização Internacional do Trabalho), cujos princípios de proteção pediam uma resposta aos governos. O segundo procurava preservar os interesses dos industriais da época, por meio da manutenção de mão-de-obra infantil barata. O terceiro autorizava as instituições beneficentes a utilizarem o serviço das crianças sem limite de idade mínima, reforçando a prática da caridade como instrumento de exploração.

Tem-se como exemplos dessas legislações a Constituição de 1934, que determinava a proibição ao trabalho de menores de 14 anos sem permissão judicial, e o Decreto nº 22.042, de 1932, que determinava também a idade mínima de 14 anos para o trabalho, *salvo subsistência individual ou familiar da criança*.

As ações filantrópicas reproduziam essa forma de controle inaugurando uma rede de escolas direcionadas a menores abandonados e delinquentes. A ideologia do trabalho era francamente reproduzida e crianças passaram a trabalhar mais de doze

horas por dia, em ambientes insalubres, sob forte disciplina. Crianças e adolescentes eram o foco de um discurso que enaltecia o trabalho como forma de resgate. Para Rizzini (2006, p. 380):

Tratava-se de uma política voltada para o ordenamento do espaço urbano e de sua população, por meio do afastamento dos indivíduos indesejáveis para transformá-los nos futuros trabalhadores da nação, mas que culminava no uso imediato e oportunista do seu trabalho. A história desses institutos mostra que o preparo do jovem tinha mais um sentido político-ideológico do que de qualificação para o trabalho [...] pois o mercado pedia [...] trabalhadores baratos e não-qualificados, porém dóceis, facilmente adaptáveis ao trabalho.

A constatação dessa política de controle, disciplinarização e docilização dos indivíduos, acompanhada da certeza de que as crianças experimentaram crueldades e violências inimagináveis após sua implantação, remete-nos ao modelo societário foucaultiano, que mostrou que as sociedades modernas, por meio de práticas disciplinares, construíram um sistema de poder, baseado no controle e na submissão, com a intenção de tornar os corpos úteis à estrutura social. O fato de esse “preparo” ser conduzido no interior de instituições fechadas, a partir da prática da internação, sob a alegação de abandono, delinqüência, libertinagem e mendicância, aproximam-na definitivamente da sociedade disciplinar de Foucault, demonstrando que a sociedade brasileira também se organizou por meio desse paradigma, criando justificativas para a ação repressiva do poder, baseadas no discurso de regeneração pelo trabalho.

Entre as ditaduras de 1937 a 1945 e a ditadura militar de 1964 a 1984, as políticas sociais implementadas pelo governo sofreram franca expansão, com a criação da FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor) e das FEBEM (Fundação do Bem-Estar do Menor). A Política Nacional do Bem-Estar do Menor, em sintonia com a Lei de Segurança Nacional, criará uma rede de correção repressiva, mascarada sob a forma de assistência social, a partir da ideologia autoritária do regime militar. O isolamento como forma de contenção, a disciplina, a moralização e o trabalho para a obtenção da obediência, visando a domesticação das individualidades, eram práticas autorizadas com a finalidade de garantir a segurança nacional, consoante os princípios de “ordem e progresso”. Todas as iniciativas, dessa forma, eram voltadas para o controle, a vigilância e a repressão das camadas populares, mantidas sob o rígido controle da ditadura.

O Código de Menores de 1979, construído a partir da Doutrina do Menor em Situação Irregular (CUSTÓDIO, 2006, p. 76), mais uma vez legalizará a concepção do

abandono e da infração, ratificando as desigualdades e legitimando a cultura do trabalho. Como se verifica, mais uma vez estará ratificada a tendência brasileira a considerar o trabalho como redentor da infância pobre e de fazer da delinquência e do abandono justificativas plausíveis para a exploração ao trabalho de crianças e adolescentes. Por meio desses mecanismos legais, a cultura paternalista do Estado estará legitimada, assim como seu papel assistencialista e a patologização da pobreza, visualizada a partir de uma perspectiva controladora, repressiva e autoritária, como uma verdadeira ameaça à ordem social. Na visão de Custódio (2006, p. 77)

É a emergência da filantropia e do assistencialismo, do discurso dos deveres solapando os direitos mais elementares, da irregularidade criminalizante integrada à exclusão, pois, para o Estado autoritário, o que assustava não era a pobreza, mas as misérias sociais como obstáculo à afirmação da ordem, do progresso e da segurança nacional.

A ideologia social da época pedia por uma infância boa, institucionalmente domesticada, servil aos interesses do Estado. Em busca desse modelo de cidadão e sob o signo da correção e da repressão, perpetuavam-se práticas violentas, legitimadas pela ação paternalista do Estado, “[...] ente responsável pelo controle e distribuição da dor” (Idem).

De acordo com Passeti (2006, p. 356),

Ao escolher políticas de internação para crianças abandonadas e infratoras, o Estado escolhe educar pelo medo. Absolutiza a autoridade de seus funcionários, vigia comportamentos a partir de uma idealização das atitudes, cria a impessoalidade para a criança e o jovem vestindo-os uniformemente e estabelece rígidas rotinas de atividades, higiene, alimentação, vestuário, ofício, lazer e repouso.

Em nome da ordem pública, a ideologia do desenvolvimento e da segurança nacional consagraram uma política de repressão e interdição, por meio da imposição da disciplina, que serviu de mote para o controle, a vigilância e a repressão violenta das camadas populares, consagrando castigos, punições e crueldades como práticas educadoras. A cristalização dessa violência, por meio da divulgação da mídia, chamando a atenção da sociedade para os meninos de rua e para um modelo educacional em crise, assim como a emergência de novos movimentos sociais que desafiavam o Estado, requerendo a implantação de políticas públicas de inclusão, promovendo debates, reflexões e construindo propostas, impulsionaram a mudança oportunizando a

construção de novos direitos à criança e ao adolescente, que representam uma ruptura com o modelo anterior (CUSTÓDIO, 2006, p. 211).

Soma-se a essas iniciativas a ação dos movimentos sindicais, como a CUT (Central Única dos Trabalhadores), que, na década de 1980, mobilizaram milhares de pessoas em torno da luta pela erradicação do trabalho infantil. A ação desses movimentos de resistência é significativa em toda a história nacional. Conforme nos ensina Foucault (1977, p. 91), “Esses pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder”, de maneira irregular, ou seja, ocorrem em diversos pontos da sociedade, sob várias formas de enfrentamento. A resistência, longe de significar apenas um processo de mobilização nacional, acontece também a partir de pequenas lutas pontuais desenvolvidas no mesmo espaço das relações sociais, no lugar onde o indivíduo se encontra.

Apesar de a ação do poder na exploração ao trabalho infantil, ter sido constante desde o século XVI, no Brasil, é possível identificar, no decorrer da história, diversos pontos de resistência. O primeiro seria a desobediência, a malcriação e mesmo as brincadeiras fora de hora, que pontuavam o trabalho cotidiano das crianças operárias nas fábricas e oficinas de São Paulo, no início do século XX e que eram repreendidas violentamente. O segundo corresponderia à resistência operária, da qual participavam crianças, que ganhava as ruas ou se fazia presente do roubo de peças das fábricas à destruição de equipamentos e greves, também datadas do início do século XX. Outro ponto estaria na imprensa, que denunciava as condições desumanas de trabalho, mostrando-se particularmente sensível às más condições do trabalho infantil, mobilizando diversos segmentos sociais, e também a crítica da própria imprensa aos pais, acusando-os de gananciosos e exploradores dos filhos. Ainda outro ponto corresponderia à criação de comitês de tendência anarquista, contra a exploração de menores, entre outros. (MOURA, 2006, p. 270-81). Outra forma de resistência identificada com o período da ditadura militar, foram as sucessivas tentativas de fuga das instituições governamentais. Algumas chegaram a ganhar a dimensão de rebeliões, com internos ateando fogo nos pavilhões, gerando mais violência e destruição. Todas as manifestações descritas datam do século XX. Entretanto, apesar de esses exemplos estarem circunscritos a esse período, certamente esses pequenos focos de resistência aconteceram em muitos momentos da história.

Com a abertura política do regime militar, diversos movimentos sociais se mobilizaram pedindo a revisão do Código do Menor. A Constituição de 1988 promoveu o fim da política bipolar, baseada na pobreza e na delinquência, e propiciou a criação do

novo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (PASSETTI, 2006, p. 364). A nova lei propôs-se protegê-los da família desestruturada, dos maus-tratos, garantindo a educação, alimentação, políticas sociais e bases para a cidadania. Inauguraram-se parcerias entre o Estado e Organizações Não-Governamentais, reduzindo os custos do governo em investimentos sociais.

Essa política, além de propiciar a contenção de gastos do Estado, gerou empregos no âmbito privado, liberando os empresários para a nova filantropia. Essa nova modalidade de filantropia é exercitada, contemporaneamente, mediante a redução do pagamento de impostos, o que a coloca num patamar diferenciado da filantropia privada, característica do Império, e da filantropia estatal, inaugurada com a primeira República.

Em resumo, no início do século XX, a grande prioridade do poder público era garantir a acesso da criança pobre à escola.

Na Constituição de 1934, a educação apareceu, pela primeira vez, como direito de todos e dever do Estado. Entretanto, a partir dessa época, gradativamente o Estado aperfeiçoou o controle sobre a educação, tanto na escola quanto na família, transformando os serviços educacionais em serviços penitenciários.

Durante o Estado Novo, a educação propunha-se atingir, pela política da governamentalização, toda a sociedade brasileira. Para tanto, instituiu a política do paternalismo assistencial.

Após a Constituição de 1988, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, a educação foi enfatizada como elemento essencial na formação do futuro cidadão.

Em suma, a escola, principalmente a partir da década de 1930, passou a ser considerada como redentora da infância e da adolescência pobre, abandonada, imersa na delinquência, na vadiagem ou na criminalidade. Essa política pública em torno da educação serviu, durante muito tempo, como justificativa para a exploração da força produtiva das crianças e adolescentes, mantidas em instituições e internatos estatais.

Apesar de relativamente distantes da época do elogio à disciplina, da ideologia do trabalho como elemento regenerador, essa prática produziu seguidores que ainda hoje estão presentes na sociedade brasileira.

Priore (2006, p. 10) ratifica a existência dessa prática, transcrevendo a fala de uma mãe para quem “O trabalho [explica uma mãe pobre] é uma distração para a criança. Se não estiver trabalhando, vão inventar moda, fazer o que não presta. A criança deve trabalhar cedo”.

Como se vê, em pleno século XXI, há pessoas que ainda defendem uma ideologia implantada ao final do século XIX, segundo a qual o trabalho constitui -se na melhor escola.

É importante considerar os fatores históricos apontados acima, uma vez que eles são determinantes na construção dos discursos em torno da exploração ao trabalho infantil, que irrompem na contemporaneidade sob certas condições.

Desse modo, deve-se entender os discursos que compõem o *corpus* deste estudo como representativos da contemporaneidade, resultando de um complexo de ideologias presentes num conjunto de práticas discursivas que se perpetuaram por todo século XX, chegando aos dias atuais.

Na contemporaneidade, o trabalho da criança e do adolescente como um mecanismo disciplinador ainda é reconhecido em muitos pontos do país, como elemento que afasta a criança das más companhias e do perigo das ruas. Um exemplo desse fato está na 6ª reportagem, do *corpus* analisado, na fala do feirante Agnaldo, que começou a trabalhar aos 15 anos e defende:

6ª reportagem – Adolescentes Mirins e Trabalho Infantil nas Feiras Livres”
 - O melhor remédio, hoje em dia, é estar no trabalho! Melhor do que na rua! O que a gente vê na rua!

Emerge da fala transcrita o interdiscurso, sob forma de uma memória discursiva momentaneamente ativada, em que estão alojados vários já-ditos que retornam às palavras de Agnaldo, como elementos pré -contruídos. A memória, nesse discurso, irrompe na atualidade do acontecimento (FOUCAULT, 2002, p. 28). O acontecimento vincula-se ao momento da entrevista. O enunciado do feirante pertence a um domínio de memória que o associa aos discursos do século passado, que enalteciam o trabalho como elemento regenerador da infância pobre. O enunciado recortado, assim, como um lugar de memória discursiva, “reflete as representações sociais sobre aquilo que a sociedade aprendeu a pensar” da infância pobre (FONSECA -SILVA, 2007, p. 29)

Pêcheux (2002), quando define o discurso como “estrutura e acontecimento”, postula o acontecimento como ponto de encontro de uma atualidade e uma memória. A memória remete-nos aos esquecimentos número um e dois, de Pêcheux, presentes nos sentidos constituídos pelo feirante. O esquecimento número um, da instância do

inconsciente, faz com que Agnaldo, sem se dar conta, reproduza a ideologia dominante do século XX. O esquecimento número dois, da ordem da enunciação, permite que se forme em suas palavras uma série de famílias parafrásticas, a partir dos dizeres historicamente fundamentados no último século. É a ideologia do bom menino, necessário ao Estado, que volta nas palavras do feirante, que cresceu ouvindo esses ideais de ordem e progresso nacional, que agora são resgatados no seu discurso.

Outros exemplos dos esquecimentos número um e dois, de Pêcheux, encontram-se nos seguintes fragmentos:

4ª Reportagem: *Crianças Trabalhando nos Lixões em Campo Grande - MS*

[...]

Então é um debate que tem que se fazer, dentro da sociedade, né, para que a gente possa entender que o lugar da criança é na escola!

5ª Reportagem: *Imagens de Crianças em Várias Situações de Trabalho e Reportagem de Convenção Contra o Trabalho Infantil, Realizada em Campo Grande - MS*

[...]

E o prejuízo para o Brasil, pois elas trabalham e deveriam estar na escola?!

Nesses recortes transcritos acima podemos identificar simultaneamente os dois esquecimentos. O primeiro, de natureza ideológica, presente na retomada, por parte dos entrevistados, de antigos discursos, provenientes do início do século XX – “Lugar de criança é na escola!” - recuperados pela memória discursiva. O segundo, da ordem da enunciação, está explícito no segundo recorte, onde o sujeito retorna por meio de reformulação parafrástica ao mesmo dizer sedimentado socialmente. Note -se que nesse processo parafrástico a significação sofre deslizamento, mantendo, entretanto, a mesma filiação de sentidos. Nas formulações recortadas, o deslizamento ocorre quando há o apagamento de marcas lingüísticas, modalizadoras, tais como “segundo X”, “Y diz que”, do que poderia ser enunciado sob forma de discurso relatado. O que ocorre é uma retomada de outro discurso, enunciado de forma a parecer inédito, anulando todo o processo de formação. Nos enunciados recortados, portanto, reconhecemos o mesmo domínio de memória, identificada em posições semelhantes dos sujeitos que retomam e repetem a mesma formulação: “Lugar de criança é na escola!”; “[...] elas trabalham e deveriam estar na escola!”.

Esses sentidos também podem ser interpretados a partir dos dois eixos de Courtine (1984), referentes ao interdiscurso – o eixo vertical do pré-construído, da instância da memória; e o intradiscurso – eixo horizontal, que se identifica com o que está sendo dito, em dado momento. Para o teórico (2006, p. 90 -2) no domínio da memória encontramos sempre o que poderíamos chamar de “formulações de origem”. Durante o trajeto complexo da formação discursiva, elas transformam -se, entrecortam-se e ressurgem. O que na arte literária poderíamos entender como plágio, aqui é uma prática perfeitamente legítima, porque os sujeitos discursivos são outros e suas posições como sujeitos não são as mesmas: na 4ª reportagem, a formulação pertence à chefe da DRT e na 5ª reportagem, ao senador Cristóvão Buarque. É por meio desse trajeto, das repetições e da paráfrase, que o discurso funciona, portanto, como lugar de memória.

Nesses já-ditos, conforme observamos, reconhece-se a ideologia dos discursos governamentais do final do século XIX (circunscritos à República Velha) e século XX (ditadura Vargas e ditaduras militares), em torno da regeneração pelo trabalho. A ideologia do trabalho como solução para o problema do menor pobre, abandonado e delinqüente, conforme visto, emergiu em discursos inaugurados com a Primeira República, perpetuando-se após a Revolução de 1930 e ganhando força com o Regime Militar, até nossos dias:

4ª Reportagem: *Crianças Trabalhando nos Lixões em Campo Grande - MS*

[...]

Apesar dos programas de incentivos para manter as crianças na escola, muitas saem de casa, pela manhã, para ajudar na renda familiar!

[...]

- A DRP vem fazendo essa fiscalização, mas, veja bem, é complicada essa questão do Trabalho Infantil. Muitas vezes a própria família não aceita que ela... que a criança não trabalhe...

9ª Reportagem: *Exploração do Trabalho Infantil nas Carvoarias II*

[...]

A delegacia Regional do Trabalho já fechou de zenas delas (carvoarias), mas reconheceu que muitas crianças são forçadas ao trabalho, pelos próprios pais!

10ª Reportagem: *Exploração do Trabalho Infantil nas Carvoarias II*

Repórter TV Morena: Os vales-cidadania, em atraso, trouxeram a Eliane de volta ao trabalho. Ela estuda à tarde e passa as manhãs na carvoaria! Eliane fala ao repórter:

- É por causa que o dinheiro não veio! Eu tenho que ajudar o pai!

[...]

Repórter TV Morena: Outras crianças passam a metade do dia ajudando os pais...

Perpetua-se, portanto, nos discursos contemporâneos recortados acima, a ideologia do trabalho dignificante, ratificando velhas tradições fundamentadas não apenas na necessidade de manutenção do núcleo familiar, mas na disciplina, no controle, na repressão e na submissão. Ratifica-se, de igual modo, a visão distorcida do pequeno herói, ajudante da família, que solitariamente se constrói. Tal ideologia, fruto do individualismo liberal, segundo Custódio (2006, p. 216), fez parte da política de instituições orientadas em velhas tradições, cujos discursos valorizavam a criança que ajudava a família, na condição do indivíduo heróico.

Nessas condições, as crianças que se tornam herdeiras dessa concepção ideológica, são socializadas, desde a mais tenra idade, a aceitar seu lugar, numa sociedade extremamente estratificada, onde lhes são reservadas funções subalternas. É o que se percebe na fala do menino pantaneiro:

2ª Reportagem: Crianças que Catavam Iscas vão à Escola pela Primeira Vez
- Estudando, eu quero ser um mecânico, né!

São poucos os que aspiram a uma profissão mais reconhecida socialmente:

2ª Reportagem: Crianças que Catavam Iscas vão à Escola pela Primeira Vez
- Para ser médico! Para sair dessa vida!

A partir dessa visão ideológica do trabalho dignificante perpetua-se a tolerância à exploração infantil, reprodutora das desigualdades sociais e da omissão do Estado e da sociedade. Para Custódio (2006, p. 215), a superação do trabalho infantil precisa da desmistificação do trabalho na infância, que implica em reconhecer o ócio como dimensão contemplativa da vida e necessário ao desenvolvimento de todos os sujeitos. Segundo Rizzini (2006, p. 386), os motivos pelos quais as crianças trabalham, no Brasil, nem sempre coincidem com os alegados por elas. A maioria é vitimada pela miséria.

Embora reconhecido como degradante, tanto pelas próprias crianças, quanto pelos pais, o trabalho infantil ainda é necessário à manutenção de muitas famílias pobres. Essa situação não é diferente em Mato Grosso do Sul:

2ª Reportagem: Crianças que Catavam Iscas vão à Escola pela Primeira Vez
Ir para a escola trouxe de volta o sonho de aprender a ler e a escrever!
- Para quê? Pergunta a repórter.

- Para ser médico! Para sair dessa vida!

9ª Reportagem: *Exploração do Trabalho Infantil nas Carvoarias II*

[...]

Com o Projeto elas podem ganhar bem mais, mandando os filhos para a escola! O governo promete pagar 50 reais para cada criança que trocar a fumaça das carvoarias pela escola do ensino de 1º grau.

O repórter pergunta à mãe do menino carvoeiro :

- O dinheiro que a senhora vai ganhar, pelo estudo dos seus filhos, compensa?

- Compensa! Melhor do que eles ficarem aqui, trabalhando! É pior aqui! Não dá futuro para ninguém!

Pesquisas mostram que são as famílias mais pobres que recorrem ao trabalho das crianças. Assim, 23% das crianças entre dez e quatorze anos, oriundas de famílias que ganham até meio salário mínimo mensal por pessoa, trabalham (RIZZINI, 2006, p. 387). Quando a renda familiar aumenta, a taxa de atividade infantil diminui, em proporção. Entretanto, não é apenas a necessidade que leva o menor ao trabalho. Na faixa etária da adolescência, fatores individuais como ter o próprio dinheiro, ser independente ou buscar melhores oportunidades e qualificação, somam -se a fatores culturais, como a ideologia de que a criança pobre tem que trabalhar:

3ª Reportagem: *Crianças Vendedoras de Jornais no Trânsito de Campo Grande I*

[...]

Aos doze anos, Douglas já estava na rua, garantindo o próprio dinheiro. A rotina às 5h da manhã, só termina às 9 h. Com o salário o menino compra o que precisa e divide e ajuda a mãe.

6ª Reportagem: *Adolescentes Mirins e Trabalho Infantil nas Feiras Livres*

[...]

Fernanda tem 16 anos e trabalha no Fórum de Campo Grande. É uma das 37 adolescentes que conseguiram emprego no Poder Judiciário. Ela ganha 145 reais por mês... O mesmo salário do colega Márcio! Ele trabalha no setor administrativo do Poder Judiciário; quer adquirir experiência profissional para ter uma vida melhor! Márcio, diz:

- Ainda mais trabalhando no Poder Judiciário! O pessoal, lá fora, respeita muito o Poder Judiciário! Referência ótima, aqui!

Repórter TV Morena: Mas, muitos adolescentes começam a batalhar pelo próprio dinheiro ainda criança, situação que esbarra na lei.

7ª Reportagem: *Crianças Vendendo Jornais no Trânsito II*

[...]

As autoridades que trabalham para o combate ao Trabalho Infantil dizem que é um problema cultural.

Como se pode observar, a expectativa distorcida da ascensão social em decorrência do trabalho é uma ideologia ainda recorrente entre adolescentes pobres: Marcio “trabalha no setor administrativo do Poder Judiciário; quer adquirir experiência [...] para ter uma vida melhor [...]”. Custódio (2006, p. 215) alerta que uma valorização positiva do trabalho infantil poderia evidenciar determinadas condições de exploração, invisíveis ao senso comum. Nesse sentido, o estudioso (Idem, p. 214) aponta sete mitos culturais que tentam justificar a exploração ao trabalho infantil, difundidos na sociedade: a) é melhor trabalhar do que roubar; b) é melhor trabalhar do que ficar nas ruas; c) o trabalho da criança ajuda a família; d) lugar de criança é na escola; e) é melhor trabalhar do que usar drogas; f) trabalhar não faz mal a ninguém; g) trabalhar desde cedo acumula experiência para trabalhos futuros.

O autor aponta, ainda, a insubsistência desses mitos, demonstrando o lado perverso da legitimação dessa exploração, quais sejam: a) dificuldade de acesso, permanência e frequência, da criança, à escola; b) evasão precoce; c) baixo rendimento escolar; d) a reprodução da exclusão educacional; e) reprodução do ciclo gerador de pobreza, f) ausência de pagamento ou pagamento de salários ínfimos; g) a precarização das relações de trabalho; h) o reforço da dependência econômica da família ao trabalho da criança; i) a substituição da mão-de-obra adulta, pela infantil e, em consequência, o aumento do desemprego adulto; j) a desmobilização social; l) o isolamento da criança e do adolescente; m) a legitimação da omissão do Estado; n) o reforço da cultura patriarcal e machista; o) a transferência da responsabilidade do adulto para a criança; o) o prejuízo ao desenvolvimento físico e psicológico da criança, assim como a violação dos seus direitos fundamentais; apenas para citar alguns dos males.

O trabalho na infância e na adolescência, dessa forma, é a principal causa da evasão das crianças e adolescentes da escola. Muitas, em virtude das longas jornadas, acabam empurradas para cursos noturnos, a que chegam cansadas, aumentando as estatísticas de evasão. É o que se constata na 7ª reportagem:

7ª Reportagem: Crianças Vendendo Jornais no Trânsito I

[...]

Repórter TV Morena: Um grupo de crianças ou adolescentes trabalham para um mesmo homem. São 12 ou 13... todo mundo do mesmo jeito! Todos estudam! Alguns reclamam do sono, à noite, quando vão à escola! Às vezes, algum dia... Não é todos os dias! Esses casos não são isolados. A Delegacia do Trabalho recebe denúncias... Em média, 20 denúncias de trabalho, por mês... 70% é procedente!

Não se pode negar que, no mercado brasileiro, a procura por mãos pequenas e ágeis, corpos obedientes e pouco exigentes, a exemplo do que acontecia a São Paulo, recém- industrializada, no início do século XX, ainda é muito grande. A esse respeito, Rizzini (2006, p. 388) comenta que:

Empregadores na agroindústria elogiam a paciência e o cuidado das crianças na perigosa e insalubre tarefa de espalhar agrotóxico nas plantações. Em Minas Gerais, fica a cargo das meninas formicidas, a tarefa de colocar veneno nos formigueiros nas fazendas de reflorestamento com eucalipto. No Norte do estado do Rio de Janeiro, os ‘florzinhas’ polinizam as plantações de maracujá. Somente as crianças podem catar restos do minério cassiterita nos garimpos de Rondônia, pois a tarefa é feita debaixo de uma máquina escorada por troncos.

Nas condições descritas, vê-se que a preferência pelo trabalho infantil ainda é grande em todo o mercado nacional, apesar das campanhas e mobilizações contrárias que acontecem em todo o país; entretanto essa demanda acontece pelo fato de as crianças trabalharem muitas horas sem reclamar, alijadas dos direitos trabalhistas e percebendo um terço do valor pago aos demais trabalhadores, sem benefícios sindicais. Perdura, portanto, na contemporaneidade brasileira, a ideologia do taylorismo (MOURA, 2006, p. 285), cuja prática se fundamenta em extrair do trabalho o máximo de rendimento possível. Essa realidade também é comum em Mato Grosso do Sul, principalmente na região de Ribas do Rio Pardo, onde, de acordo com a 8ª e 9ª reportagens, encontramos famílias inteiras exploradas por empresários inescrupulosos:

8ª Reportagem: *Exploração do Trabalho Infantil nas Carvoarias I*

Repórter TV Morena: A mão-de-obra infantil nas carvoarias de Mato Grosso do Sul é hoje um retrato negro do Estado! O setor explora cerca de 2.500 crianças no trabalho sobre-humano. Walfrido, de 13 anos, com o irmão de 14 empilha, por dia, cinco toneladas de madeira! Ana Lúcia, de 6 anos, enfrenta o risco de queimar as mãos, na hora de rebocar os fornos e Leandro, de 8 anos, fica o tempo todo embaixo de muita poeira, para ajudar o pai no transporte do carvão!

9ª Reportagem: *Exploração do Trabalho Infantil nas Carvoarias II*

[...]

Repórter TV Morena: Por trás da fumaça vivem os pequenos carvoeiros! Eliton tem 14 anos e trabalha 12 horas por dia. Ganha 25 reais, por mês, para carregar a lenha que vira carvão, e para cobrir de barro o forno em brasa! Só no Município de Ribas do rio Pardo – MS, a PROMOSUL cadastrou 163 crianças, de 7 a 14 anos. Metade delas está fora da escola!

Outra realidade presente nos discursos da 8ª reportagem, assemelha-se à situação de exploração nas vilas operárias de Pernambuco, entre os anos de 1930 e 1950 (RIZZINI, idem, p. 377):

8ª Reportagem: *Exploração do Trabalho Infantil nas Carvoarias I*

[...]

Apesar do esforço e risco eles não recebem salário, e sim comida, uma forma que os empregadores usam para complementar o salário dos pais, que vêm trabalhar na carvoaria, sempre em família. Além da situação de miséria, as crianças ficam fora da escola !

Da mesma forma como ocorria em Pernambuco, onde famílias inteiras eram recrutadas por agentes para os trabalhos nas fábricas (cuja condição era ter crianças e jovens para complementar a “cota” e conseguir uma casa melhor na vila), em Mato Grosso do Sul os carvoeiros também trabalham em família, nas carvoarias: “[...] eles não recebem salário, e sim comida, uma forma que os empregadores usam para complementar o salário dos pais, que vêm trabalhar na carvoaria, sempre em família”. Deleuze (1992, p. 224) aponta a construção de vilas, próximas ao local de trabalho, como um dos mecanismos de sujeição e controle do trabalhador, caracterizado pelo endividamento e confinamento, prática comum nas sociedades modernas. Essas são as condições a que se submetem muitos trabalhadores, no Estado. Por meio do pagamento de baixos salários, forçam-se as famílias a utilizarem a maior parte dos seus membros no trabalho. As condições encontradas por essas famílias de trabalhadores comparam-se, de igual modo, às das fábricas paulistas do início do século XX, onde coexistia a má alimentação, o ambiente insalubre, o autoritarismo permeando as relações trabalhistas, além de jornadas longas, que duravam entre doze e quatorze horas diárias.

Essas são também as condições identificadas no discurso do menino carvoeiro de Ribas do Rio Pardo:

8ª Reportagem: *Exploração do Trabalho Infantil nas Carvoarias I*

Além da situação de miséria, as crianças ficam fora da escola!

- Nem um dia a gente fica parado... é de domingo a domingo! Diz um menino carvoeiro.

As jornadas de trabalho excessivas, a exemplo do que se observa no recorte em pauta, eram comuns para crianças trabalhadoras das indústrias de São Paulo, em 1911.

O esforço contínuo e intenso, com jornadas que variavam entre doze e quatorz e horas, “[...] com intervalos reduzidos e sem descanso semanal” (MOURA, 2006, p. 270), acabava por delimitar e vitimar muitas crianças.

Na contemporaneidade, em muitos estados, conforme comprovam os discursos articulados neste estudo, as crianças continuam a trabalhar sem receber qualquer tipo de remuneração, na condição de ajudantes dos pais, com o intuito de aumentar a renda familiar. Isso está explícito na 3ª reportagem: “Com o salário o menino *compra o que precisa e divide e ajuda a mãe.*”; na 4ª reportagem: “[...] é que trabalhavam *em regime de escravidão* pelo menos 50 mil crianças e adolescentes, no Estado.”, “[...] crianças recolhendo restos no ‘lixão municipal’, *para ajudar os pais no sustento da família.*”; na 8ª reportagem: “Ana Lúcia, de 6 anos, enfrenta o risco de queimar as mãos, na hora de rebocar os fornos e Leandro, de 8 anos, fica o tempo todo embaixo de muita poeira, *para ajudar o pai no transporte do carvão!*”, “Apesar do esforço e risco *eles não recebem salário, e sim comida, uma forma que os empreiteiros usam para complementar o salário dos pais*, que vêm trabalhar na carvoaria, sempre em família.”, dentre outros recortes. Assim, a exploração ao trabalho infantil, apesar de todas as políticas públicas implantadas, ainda é uma realidade nacional e isso se torna evidente por meio dos dados analisados.

Além de evidenciar a inscrição dos sujeitos das entrevistas na história, materializada por meio da ideologia que perpassa todos os seus dizeres, torna-se importante compreender que os discursos proferidos são produtos dos sujeitos inscritos em determinadas posições sociais. São essas posições que determinam, dentro das entrevistas, as relações de poder e dão uma identidade ao locutor, conforme veremos em 3.4. Uma vez que os discursos presentes nas entrevistas estão determinados pela história e pela ideologia, é necessário analisar essas relações sociais para entender por que os sujeitos se manifestam desta ou daquela maneira, atribuindo sentidos aos seus discursos.

Um outro discurso, também bastante recorrente em todo o *corpus*, identificável com a invenção da imprensa no século XVI e a partir da reinvenção da escola pela civilização européia, é o discurso da escola ou da educação.

No Brasil, esse discurso ganhou ascensão a partir de 1930 e, ainda hoje, coexiste como forma de redenção à situação da criança pobre:

1ª Reportagem: Crianças Catadoras de Isca no Pantanal de MS

[...]

José Henrique, 10 anos, cata isca desde os sete anos. Nunca foi à escola!

[...]

No isolamento do Pantanal, é assim que muitas crianças crescem. Trabalham desde cedo, não tem certidão, não sabem o que é direito à educação.

[...]

- De repente a gente não tem uma solução com a rapidez que o caso requer, mas temos que buscar alternativas e vamos ter que encontrar uma fórmula, nem que seja uma escola flutuante para que possa atender essas crianças... que elas tenham acesso à educação!

2ª Reportagem: Crianças que Catavam Iscas vão à Escola pela Primeira Vez

[...]

William Waac (Rede Globo): Em maio de 2004 você viu aqui, no “Jornal da Globo”, crianças no Pantanal que viviam a catar iscas, arriscando-se na água de um rio e nem sabiam o que era uma escola!

Cristiane Pelagio (Rede Globo): Hoje nós temos o prazer de mostrar as mesmas crianças que catavam iscas, indo à escola, graças a uma bem sucedida parceria entre o poder público e a iniciativa privada!

[...]

De casa em casa, o transporte escolar vai apanhando os alunos que só agora começam a entender o significado da educação!

[...]

Hoje, o esforço deles é para se acostumar à vida escolar! Com cuidado as letrinhas são desenhadas e vão ganhando um sentido!

[...]

Brasileiros que não tinham acesso à educação e tudo para eles é novidade! Têm um caderno, um lápis, uma borracha, não há limite de idade para começar aprender! Ana Claudia tem vinte anos de idade; só agora está sendo alfabetizada!

[...]

Ir para a escola trouxe de volta o sonho de aprender a ler e a escrever!

3ª Reportagem: Crianças Vendedoras de Jornais no Trânsito de Campo Grande I

O emprego é um compromisso que ele ainda divide com o tempo que ele dedica aos estudos. Douglas comenta:

- Trabalho de manhã e estudo de tarde e trago meu material para o serviço, que daqui, quando saio, já passo no colégio, já faço meu trabalho.

4ª Reportagem: Crianças Trabalhando nos Lixões em Campo Grande- MS

[...]

Apesar dos programas de incentivos para manter as crianças na escola, muitas saem de casa, pela manhã, para ajudar na renda familiar!

[...]

Então é um debate que tem que se fazer, dentro da sociedade, né, para que a gente possa entender que o lugar da criança é na escola!

5ª Reportagem: Imagens de Crianças em Várias Situações de Trabalho e Reportagem de Convenção Contra o Trabalho Infantil, Realizada em Campo Grande – MS

[...]

E o prejuízo para o Brasil, pois elas trabalham e deveriam estar na escola?!

6ª Reportagem: Adolescentes Mirins e Trabalho Infantil nas Feiras Livres

[...]

Para entrar aqui, [frequentar o Instituto Mirim] eles precisam estudar!

8ª Reportagem: Exploração do Trabalho Infantil nas Carvoarias I

[...]

Através de um convênio com o Governo Federal e o estado, as duas Instituições começam a cadastrar famílias num programa que vai dar dinheiro para botar os filhos na escola!

[...]

Para cada criança que frequentar a escola, a família receberá meio salário mínimo, por mês! O Programa se destina às crianças, na faixa etária dos 7 aos 14 anos. . Nessa primeira fase, o Programa vai atingir mil crianças que ficarão livres da exploração nas carvoarias e reconquistarão o direito de estudar!

9ª Reportagem: Exploração do Trabalho Infantil nas Carvoarias II

[...]

Metade delas está fora da escola!

[...]

O governo promete pagar 50 reais para cada criança que trocara a fumaça das carvoarias pela escola do ensino de 1º grau.

10ª Reportagem: Exploração do Trabalho Infantil nas Carvoarias II

Repórter TV Morena: Os carvoeiros que mandarem os seus filhos para a escola têm direito ao vale cidadania. São 50 reais, por mês, para cada criança de 7 a 14 anos.

[...]

Isso acontece porque a principal exigência do Convênio não saiu do papel! As crianças deveriam passar o dia inteiro na escola!

Observa-se, nas formulações grifadas a presença do interdiscurso, baseado no que Courtine denomina “material discursivo original” (COURTINE, 2006, p. 69), reconhecido aqui sob forma do discurso da educação. Note-se que esses discursos são produzidos no interior de um mesmo sistema de formação discursiva (FOUCAULT, 2002, p. 122). Esses enunciados formam seqüências discursivas assentadas sobre o fio de um mesmo discurso, cuja memória, irrompe na atualidade dos acontecimentos, motivo pelo qual se faz necessário confiar na voz de Foucault, quando concebe que “[...] não há enunciado que, de uma forma ou outra, não re-atualize outros enunciados” (FOUCAULT, idem, p. 111). Note-se que, embora nos recortes encontremos formulações diferentes, estas manifestam a mesma posição dos sujeitos: lugar de criança

é na escola! São sentidos que estão fixados na memória social, como lugares de memória discursiva, que “indicam, difundem, sedimentam e legitimam modos de pensar da sociedade na qual operam”(FONSECA -SILVA, 2007, p. 33).

Reconhece-se nesses discursos, ainda, a heterogeneidade constitutiva, no sentido que Authier-Revuz (1990) emprega ao termo. Articulando o conceito dialógico de Bakhtin, Revuz mostra que nesses discursos há a existência do outro, presente na superfície discursiva, por intermédio de uma forma não -marcada, onde *o outro é dado a conhecer sem uma forma unívoca*. Desse modo, o outro não é revelado explicitamente, mas está lá, presente no discurso. O outro, nos enunciados recortados, presentifica-se, historicamente, no discurso citado por Moura (2006, p. 281), originário no ano de 1917, na Câmara dos Deputados, em São Paulo, proferido por um dos parlamentares, que reivindicava: “O lugar desses menores é a escola!”. A partir daí, como nos ensina Courtine (2006, p. 92), houve um apagamento das formas sintáticas do discurso relatado, mas ficou preservada a formulação original sobre a qual se assentam as outras formulações dos recortes, interligadas por meio de mecanismos lingüísticos de ligação e de encadeamento. Esses encadeamentos deram origem aos discursos recortados nas entrevistas, resgatados, no acontecimento, pela “memória coletiva” (GREGOLIN, 2007, p. 45).

Numa outra leitura, pode-se reconhecer também a existência de uma “heterogeneidade reconhecida”, na proposição de Coracini (2003), revelada apenas aos interlocutores que conseguem identificá-la nesses discursos.

O discurso em favor da educação ganhou força, neste país, à medida que vozes se ergueram contra o trabalho infante-juvenil, na perspectiva do sério comprometimento que causava à saúde de crianças e adolescentes. Estudos datados de 1910 e 1920 na cidade de São Paulo já davam conta da necessidade de proteção à vida e à saúde do trabalhador menor.

Embora desde o ano de 1917, o cidadão Cazemiro da Rocha já argumentasse em sessão da Câmara dos Deputados, em São Paulo, que “O lugar desses menores é a escola” (MOURA, 2006, p. 281) a manutenção da criança pobre na escola, foi uma das soluções encontradas pelo Estado para o treinamento moral, o disciplinamento e o controle da população pobre, encarada como uma patologia social. A partir dessa idéia, promoveu-se uma resposta assistencialista sob forma de práticas de vigilância, controle, repressão e autoritarismo, por parte do Estado. Encarada desse modo, a ideologia de se manter a criança na escola encarnava a idéia de uma infância vista como problema

social, como objeto de intervenção do Estado, por meio de uma escola comprometida com os ideais de segurança nacional.

Hoje, após a promulgação do *Estatuto da Criança e do Adolescente*, utilizam-se esses velhos discursos como frases de efeito, cristalizados e incansavelmente repetidos por vozes autorizadas e pelos discursos políticos proferidos por agentes do poder público. Agravante maior é o fato de que esses chavões, incansavelmente proferidos, trazem em si a idéia de ocupar todo o tempo que a criança possui, na perspectiva de um tempo ocioso:

2ª Reportagem: *Crianças que Catavam Iscas vão à Escola pela Primeira Vez*

[...]

Vinte e seis crianças moram na escola, no regime de semi-internato.

10ª Reportagem: *Exploração do Trabalho Infantil nas Carvoarias II*

[...]

Isso acontece porque a principal exigência do Convênio não saiu do papel! As crianças deveriam passar o dia inteiro na escola! Faltam professores e funcionários, para que as escolas possam funcionar em período integral!

Essas características remetem-nos novamente ao pensamento de Foucault, a partir da idéia do controle do tempo e do espaço, usados como mecanismos para a docilização e disciplinarização dos corpos, no contexto da sociedade do panoptismo. Qualquer semelhança nesse sentido, certamente não é mera coincidência.

Por último, nos discursos das entrevistas, destaca-se a presença da nova filantropia brasileira, sob forma de programas sociais firmados entre o governo e o empresariado:

2ª Reportagem: *Crianças que Catavam Iscas vão à Escola pela Primeira Vez*

Cristiane Pelagio (Rede Globo): Hoje nós temos o prazer de mostrar as mesmas crianças que catavam iscas, indo à escola, graças a uma bem sucedida parceria entre o poder público e a iniciativa privada!

Além de possibilitar a diminuição de investimentos do governo no setor, a nova filantropia ainda se mostra uma fonte segura de geração de empregos para

funcionários especializados, como psicólogos, assistentes sociais, educadores, dentre outros, contratados na condição de investimento social, em torno da criança carente. Entretanto, essa terceira forma de filantropia – a primeira foi a filantropia privada; a segunda, a estatal – está condicionada ao não-pagamento de impostos ao governo.

Desse modo, a criança pobre continua sendo alvo de interesses do empresariado e do Estado, articulados em torno de uma troca de favores. O objetivo, entretanto, dissimulado nas entrelinhas, permanece o mesmo, estando circunscrito a conter a sua transformação em infratora.

Perpetua-se, desse modo o espetáculo das compaixões, sob uma nova roupagem, inaugurado pelas burocracias públicas e privadas, no século XIX, com o abandono de crianças nas rodas dos expostos e o recolhimento de meninas pobres, em instituições religiosas (PASSETTI, 2006, p. 350), e com o caráter filantrópico dado pelos empresários paulistas à exploração da força produtiva dos pequenos operários, em São Paulo, no início do século XX (MOURA, 2006, p. 275).

Mesmo reconhecendo os mecanismos que regulam as relações entre os sujeitos e o poder, Foucault (2004 a) alerta para o fato de que os sujeitos não são passivos às suas determinações. Pelo contrário, demonstram, continuamente, atitudes de resistência, articuladas em torno de ações de enfrentamento contra todas as formas de dominação social. É o que discutiremos a seguir.

3.4 Poder, saber e resistência

As concepções de poder e seus efeitos sobre os corpos mostram-se recorrentes ao longo das obras de Foucault.

Para Foucault o poder se exerce sobre os corpos de forma contínua e ininterrupta. Em termos sociais, ganha uma anatomia globalizada cuja característica é submeter os indivíduos por meio de mecanismos microfísicos de vigilância e dominação. Esses mecanismos espalham-se por todo o corpo social e se mantêm atuantes por meio de estratégias que, embora pareçam inocentes, agem de forma sofisticada, submetendo os indivíduos por meio de táticas próprias. Nos termos de Foucault (Idem, p. 151) o poder “É um conjunto extremamente complexo sobre o qual somos obrigados a perguntar como ele pode ser tão sutil em sua distribuição, em seus mecanismos seus controles recíprocos, seus ajustamentos [...]”.

Entretanto, o filósofo alerta para o fato de que o poder não pode ser compreendido como uma propriedade dada a um indivíduo, como algo que possa ser distribuído ou apreendido conforme as circunstâncias, mas é fruto de uma relação onde

estão presentes os embates entre forças sociais, que só podem ser analisadas e compreendidas no campo das estratégias utilizadas nessa luta.

Embora reconheça a existência de uma relação de forças em todo o corpo social e de um embate ininterrupto entre dominantes e dominados que poderia, num primeiro momento, aproximá-lo do pensamento de Marx e seguidores, Foucault faz questão de se distanciar desse ideário que, na concepção do filósofo “[...] privilegiaram o aparelho de estado como alvo de luta” (FOUCAULT, 2004 a, p. 149). Nesse sentido, o historiador do presente declara:

Acho que eu me distingo tanto da perspectiva marxista quanto da para-marxista. Quanto a primeira eu não sou dos que tentam delimitar os efeitos do poder ao nível da ideologia. Eu me pergunto se, antes de colocar a questão da ideologia, não seria mais materialista estudar a questão do corpo; dos efeitos do poder sobre ele. Pois o que incomoda nestas análises que privilegiam a ideologia é que sempre se supõe um sujeito humano, cujo modelo foi fornecido pela filosofia clássica, que seria dotado de uma consciência de que o poder viria se apoderar. (Idem, p. 148)

A relação de forças foucaultiana aponta em direção a um embate que ocorre entre grupos sociais organizados ou entre indivíduos, cuja ação é praticada entre si, umas sobre as outras. As ações ocorrem imediatamente como formas de reação ao poder manifesto, de múltiplas maneiras. O alvo aqui não é o Estado, uma vez que, para Foucault, o poder não se concentra unicamente no aparelho estatal, mas está presente em todos os campos da vida social, regulando os corpos. O poder, assim compreendido, não ocorre verticalmente, mas circula entre todos os indivíduos, manifestando-se por intermédio de um jogo de forças que perpassam todo o corpo social. Desse modo, o poder não é exterior ao indivíduo, uma vez que não existe aquele que esteja fora dele e as lutas ocorrem na mesma correlação de forças.

Para que se possam compreender as formas de manifestação desse poder, é preciso entender os fatores históricos presentes no momento dessa luta. Cotidianamente, travam-se, no campo social, várias lutas que podemos compreender como pequenas guerras diárias, comuns ao dia-a-dia, permeadas, contudo, por intensas relações de poder. Para Foucault, essas pequenas guerras dividem ininterruptamente a sociedade, colocando seus elementos continuamente em posição de enfrentamento. As causas podem ser várias – econômicas, políticas, religiosas, sexuais, contra a exploração, a expropriação, dentre outras; – o importante é reagir por meio de ações estratégicas que permitam romper com as práticas de poder instituídas.

Em quaisquer casos, haverá sempre um grupo ou indivíduo detentor do poder, da lei que o ampara e de um discurso proferido a partir de um “lugar” socialmente reconhecido. De outro lado, estarão aqueles que se encontram fora das convenções socialmente aceitas e do poder institucionalizado. É o que se pode observar no recorte da 4ª reportagem, em que estão claramente presentes as duas forças antagônicas: “A DRT vem fazendo essa fiscalização [...] Então é um debate que tem que se fazer, dentro da sociedade, né, para que a gente possa entender que o lugar da criança é na escola!”

Foucault (1977, p. 235) reconhece a existência de três grandes frentes de lutas sociais. A primeira está vinculada às formas de dominação: ética, social e religiosa; a segunda irrompe contra as formas de exploração que separam os indivíduos daquilo que produzem; a terceira acontece contra a sujeição, as formas de subjetivação e de submissão. Para o filósofo, a terceira é característica da contemporaneidade e ocorre cotidianamente.

De modo geral, as lutas contra o poder, sejam massificadas ou individualizadas, ocorrem sempre contra um processo de dominação ou assujeitamento. Para compreender os instrumentos de que o poder se utiliza nesse ato de dominação, assim como suas formas de manifestação, deve-se investigar o momento dessa luta, buscando o contexto histórico-político em que acontece. É nesse sentido que, para Foucault, (1985, p. 141), “[...] os mecanismos do poder nunca foram estudados na história. Estudaram-se as pessoas que detiveram o poder. [...] o poder em suas estratégias, ao mesmo tempo gerais e sutis, em seus mecanismos, nunca foi estudado”.

Embora os efeitos do poder atuem continuamente sobre os corpos de modo a estabelecer condutas e determinar as ações dos indivíduos, o estudioso não pensa o poder apenas de forma negativa. Pelo contrário, reconhece que o poder pode se manifestar de forma produtiva, gerando saberes:

[...] tenho a impressão de que existe, e tentei fazê-la aparecer, uma perpétua articulação do poder com o saber e do saber com o poder. [...] exercer o poder cria objetos de saber, os faz emergir, acumula informações e as utiliza. Não se pode compreender nada sobre o saber econômico se não se sabe como se exercia, quotidianamente o poder, e o poder econômico. O exercício do poder cria perpetuamente saber e, inversamente, o saber acarreta “efeitos de poder”. (Idem, p. 141-2)

Assim, o exercício do poder sobre os corpos, seja por meio da prática da medicina social, do controle dos doentes nos hospitais, nas prisões, nos manicômios, nas escolas ou nos quartéis gera um acúmulo de conhecimentos que acabam

contribuindo com o poder institucionalizado, a fim de aumentar a sua força e ampliar seus domínios. Poder e saber, portanto, estão intrinsecamente relacionados. A aquisição de novos saberes possibilita um aumento do controle e, em consequência, do exercício de um poder mais intenso sobre os indivíduos.

O aspecto positivo da aquisição desses novos saberes é, no entanto, o estímulo para que o indivíduo desenvolva novos comportamentos e hábitos que propiciem novas maneiras de viver. Assim, o cuidado com o corpo, com a higiene, com a saúde, o desenvolvimento de hábitos cria uma nova prática social de atenção para consigo e com o meio, embora essa valorização da vida motive a manifestação de uma vigilância mais constante. Desse modo, o saber acaba determinando novas condições culturais, com sujeitos buscando novas formas de ser e se constituindo em subjetivações renovadas. É o que se pode verificar no fragmento da 6ª reportagem: “Ele [o adolescente] trabalha no setor administrativo do Poder Judiciário; quer adquirir experiência profissional para ter uma vida melhor!”

A relação poder-saber sempre esteve vinculada ao sucesso político e econômico dos indivíduos. Sempre foi uma relação construída historicamente no campo social. Segundo os estudos foucaultianos, o desenvolvimento de forças de produção gerou saberes independentes na sociedade, de forma que quem os detinha, armazenava riqueza e independência. Deter saberes garantia o sucesso social.

Contemporaneamente essa realidade se perpetua. No momento em que o domínio de modernas tecnologias gera novos saberes, o poder investe cada vez mais nesses conhecimentos cujo domínio está ligado ao sucesso nas transações de mercado e ao controle dos indivíduos. Aglutinar conhecimentos e saber utilizá-los é condição para o sucesso político e econômico nas sociedades contemporâneas.

Foucault (1985) associa a relação saber-poder ao domínio político do corpo. Esse domínio corresponde a um poder microfísico que se espalha pelas instituições sociais, cuja característica é a manutenção do poder por meio da apropriação de saberes. Para tanto, o poder utiliza-se de algumas estratégias, tais como a eliminação ou a desqualificação de saberes, por ele considerados inúteis; a normatização dos saberes articuláveis entre si; a hierarquização desses saberes em categorias, tratando-os como diretrizes para a criação de novos saberes; a centralização piramidal desses saberes, de modo a controlá-los. Tais procedimentos permitem, segundo o filósofo, seu reconhecimento e apropriação, vestindo-os com uma roupagem científica.

Ora, por toda a história da humanidade o poder postula o discurso científico como dominante, situando-o como o discurso da *verdade*, autorizado pelo domínio de

“conteúdos do conhecimento histórico, metucioso, erudito, exato [...]” (FOUCAULT, idem, p. 170). Em contrapartida, sempre existiram os saberes *dominados*, também permeados por conteúdos históricos, porém atrelados ao saber de cunho popular e que foram, por questões estratégicas, convenientemente recobertas, ao longo da história, pelos discursos institucionalizados. Foucault (1985, p. 170) escreve que são saberes “[...] desqualificados como não competentes, ou insuficientemente elaborados; saberes ingênuos, hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível requerido do conhecimento ou de cientificidade”. As estratégias do poder para a desqualificação desses saberes é exatamente o não reconhecimento, que procura eliminar quaisquer possibilidades de enfrentamento ao discurso dominante.

Coexistem, portanto, no campo social, esses dois tipos de saberes. Foucault (1985, p. 171) propõe o “acoplamento do conhecimento com as memórias locais, que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais” e as *genealogias*, por ele consideradas como “*anti-ciências*”; estas últimas para combater “os efeitos de poder próprios a um discurso considerado como científico”. Estas são, portanto, formas propostas pelo filósofo para o enfrentamento do poder no âmbito de suas práticas discursivas.

As práticas discursivas exercidas pelo poder estão sempre relacionadas a um *regime de verdade*. Por *verdade*, segundo o teórico, poderíamos entender “um conjunto de procedimentos regulares para a produção, a lei, a repartição, a articulação e o funcionamento dos enunciados” (FOUCAULT, 1985, p. 14). Nos dois recortes seguintes, efetuados nos discursos da 2ª reportagem, podemos observar a promulgação desses regimes de verdade: “Brasileiros que não tinham acesso à educação e tudo para eles é novidade!” (Discurso da mídia) e “São cidadãos brasileiros, que não eram conhecidos como tal!” (Discurso da Chefe do Núcleo de Educação de Corumbá).

Para Foucault, a verdade não existe fora do poder. O poder necessita estabelecer verdades para operar essas inúmeras relações de força presentes na sociedade:

Cada sociedade tem um regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como “verdadeiro” (FOUCAULT, 1985, p. 12).

A verdade funciona como norma na sociedade, permitindo ao poder julgar, condenar, classificar os indivíduos, obrigá-los a condutas, exterminá-los, tudo com base em discursos formais e normativistas.

Se o poder e o saber são indissociáveis, pode-se dizer, entretanto, que onde há poder, há *resistência* e, no dizer de Foucault (1977, p. 91) “esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder. [...] Esses pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder”. Para o teórico, “Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa (FOUCAULT, 1985, p. 241). Assim, se a apropriação de saberes originados pelo desenvolvimento de novos conhecimentos amplia os poderes dentro da sociedade, em contrapartida a sociedade produz sujeitos cada vez mais conscientes, que lutam contra todas as formas de dominação social.

Ao apontar a circularidade do poder, Foucault propõe-nos pensar numa dominação exercida em cadeia e que, exatamente por apresentar essa característica, permite a sua transitoriedade, a troca de papéis, a transitividade entre os indivíduos, numa luta constante para a libertação dos corpos. Assim, o poder não se exerce de forma imutável, mas pode ser reconstruído a partir das resistências que lhe fazem frente.

Nesse sentido, os indivíduos, apesar de sujeitos ao domínio, não são criaturas passivas, automatizadas diante das determinações do poder. Pelo contrário, são ativos e manifestam continuamente atitudes de resistência. Segundo Gregolin (2003, p. 101), “Se só houvesse a escravização, a submissão e a passividade, seria o fim da História”.

Para Foucault (1985, p. 241), entretanto, “Para resistir é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele.” A resistência é uma possibilidade de transformação social. Uma vez que os jogos do poder produzem novos saberes, de igual modo, originam indivíduos que lutam permanentemente, organizando estratégias que se desenvolvem no âmbito das relações sociais. Um exemplo de resistência é o que se pode depreender da 10ª reportagem: “Outras crianças passam a metade do dia ajudando os pais, mas contrariando o objetivo do Programa, criado para acabar com o Trabalho Infantil! Isso acontece porque a principal exigência do Convênio não saiu do papel!”

A resistência acontece em todos os pontos da sociedade, sob todas as formas de enfrentamento, a partir de pequenas lutas pontuais que acontecem, por vezes, de forma inesperada e que partilham com o poder o fato de se desenvolverem no mesmo contexto do embate da relação de forças.

Segundo Foucault (1977, p. 92), os pontos de resistência ocorrem na sociedade de maneira irregular, disseminando-se sob forma de

[...] pontos de resistência móveis e transitórios, que introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irreduzíveis.

A resistência possibilita, portanto, para além das transformações sociais, a construção de novas subjetividades, que estão em constante processo de transformação. Atinge indivíduos, isoladamente, ou grupos alterando o modo de vida e dividindo a sociedade em pólos que se confrontam. O confronto aqui não se explica sob a ótica de uma grande revolução armada, mas se aplica a “[...] todos aqueles sobre quem o poder se exerce como abuso, todos aqueles que o reconhecem como intolerável, [que] podem começar a luta onde se encontram e a partir de sua atividade (ou passividade) própria.” (FOUCAULT, 1985, p. 77).

O campo de luta é o lugar onde o próprio indivíduo se encontra, pois é ali que o poder se faz sentir. E exatamente por estarem no mesmo contexto social, na mesma relação de forças, as possibilidades de sucesso das estratégias organizadas pela resistência tornam-se reais, pois ela pode operar e se reorganizar no mesmo campo de luta, buscando eficiência na sua mobilização.

Não se pode ignorar, entretanto, a capacidade de reorganização do poder institucionalizado, a habilidade na elaboração de novas estratégias em seu favor. A resistência obriga o poder, com sua movimentação, a operar constantes mudanças. Nesse sentido, Foucault (1985, p. 146) alerta que “a impressão que o poder vacila é falsa, porque ele pode recuar, se deslocar, investir em outros lugares... e a batalha continua”. Assim, se a resistência perder de vista a própria capacidade de organização e mostrar-se frágil diante dos próprios objetivos, poderá fracassar e ser absorvida pelo poder institucionalizado.

De modo geral, as lutas contra o poder assumem a característica de lutas contra a dominação. Elas possuem, em comum, o fato de atravessarem diferentes lugares, não estando circunscritas a um país ou nação, em particular, e o de estipularem como alvo os *efeitos* do poder, com vistas a reduzir os efeitos de sua dominação, além de ocorrerem de forma imediata, portanto, imprevisível, sem necessidade de estarem atreladas a um grande processo revolucionário, isto é, de questionarem a *condução* do indivíduo pelo poder institucionalizado. Estamos entendendo “condução” no sentido de

conduzir condutas e indicar comportamentos aceitáveis, bem como de questionarem a formação de racionalidades pelo poder e recusarem a massificação dos indivíduos, que facilita a perpetuação de uma sociedade controlada.

Contemporaneamente, identificamos na sociedade diversas formas de resistência, articuladas em torno de ações criativas, de enfrentamento contra todas as formas de dominação social. São movimentos que se organizam em favor da ecologia, do feminismo, da democracia, que questionam os limites éticos das conquistas científicas, que lutam contra o racismo, o sexismo, a pobreza, a exclusão, a discriminação, todas as formas de violência. Essas lutas acontecem por todo o espaço da vida cotidiana, em uma tarefa política incessante na qual todos estão envolvidos. O objetivo maior é a construção de novas relações sociais e o desaparecimento de determinada forma de poder, normalmente opressiva. A resistência é, nesse sentido, a recusa do homem a permanecer em uma condição humilhante ou degradante e a esperança na construção de uma sociedade nova onde os saberes e os poderes estejam voltados para o bem comum.

3.5 Sujeitos, saberes e poderes nos discursos das entrevistadas

Nas teorias sociais, as discussões a respeito das subjetivações e identidades dos indivíduos modernos têm apontado em direção à percepção de que o mundo vive uma crise identitária, que está rompendo e deslocando as estruturas sociais relacionadas a etnia, gênero, sexualidade, culturas nacionais, dentre outras. Essas mudanças na estrutura da sociedade incidem sobre as identidades pessoais, abalando, por extensão, a idéia que os sujeitos têm de si mesmos como indivíduos sociais. O prejuízo maior é ocasionar no indivíduo a perda do sentido de si, deslocando ou descentralizando suas identidades como sujeitos.

Hall (2005, p. 8) afirma que as identidades no mundo contemporâneo encontram-se descentradas, deslocadas e fragmentadas. Contrariando o pensamento iluminista de indivíduos unificados e estáveis, o sujeito moderno afetado por profundas mudanças nas estruturas sociais, entre elas os fenômenos da globalização, esboça, às vezes, não uma, mas várias identidades contraditórias ou não-resolvidas. Para o estudioso, o sujeito na contemporaneidade não tem uma identidade permanente, desse modo “A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’, formada e transformada continuamente em relação às formas pelos quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (Idem, p. 13).

O nascimento da idéia de sujeito identifica-se historicamente com a modernidade, a partir de uma nova concepção de individualismo, que retirou dos indivíduos o ponto de apoio no qual se fundamentavam, em torno de uma tradição na qual se organizavam as estruturas sociais. O sujeito centrado, unificado, dotado de razão, consciência, cujo centro essencial do “eu” constituía a base para a própria identidade, deixou de existir. A modernidade criou um indivíduo isolado, deslocado em meio à multidão das metrópoles, anônimas e impessoais.

Além de ser um fenômeno próprio da globalização, esse deslocamento do sujeito cartesiano, segundo Hall, ocorreu a partir de cinco grandes descentramentos, que modificaram as estruturas sociais. O primeiro avanço foi a revolução do pensamento a partir das tradições marxistas, cujo “anti-humanismo teórico” (HALL, 2005, p.36) impactou o pensamento moderno. Já o segundo deslocamento apareceu com a descoberta do inconsciente, por Freud. A teoria freudiana de que nossa identidade, sexualidade e desejos formam-se a partir de processos psíquicos e simbólicos do inconsciente enterrou a concepção do sujeito cognoscente e racional, cuja identidade era fixa e unificada. Embora o sujeito contemporâneo seja dividido, fantasia sua própria identidade como se fosse unificada, visualizando-se como um sujeito uno, indivisível. Essa é a origem contraditória da identidade contemporânea.

O terceiro descentramento veio com o trabalho de Ferdinand de Saussure, a partir de sua concepção de língua como um sistema social, exterior ao indivíduo. Esse pensamento apontava para o fato de que não somos os autores das nossas afirmações ou dos seus significados, uma vez que estes são produtos da própria língua e dos sistemas culturais. O quarto deslocamento da identidade dos sujeitos deu-se com o trabalho de Michel Foucault, cuja genealogia do sujeito moderno destacou o poder disciplinar como criador de novas formas de subjetivação, baseado no isolamento, na vigilância e na individualização dos homens.

E o quinto descentramento ocorreu em trono do feminismo, como crítica teórica e movimento social. Juntamente com as revoltas estudantis, o feminismo promoveu a contestação política, questionou a família, o trabalho, as relações sociais, a formação das identidades sexuais e de gênero. Essas questões, segundo Hall (2005, p. 46), foram cruciais para o descentramento dos indivíduos nas sociedades contemporâneas “[...] resultando nas identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas do sujeito pós-moderno”.

A partir das idéias de Hall acerca do sujeito contemporâneo fragmentado ante as novas estruturas sociais e das identidades culturais deslocadas pelos processos de

globalização, chegamos ao *corpus* de nossa análise, em que se pode verificar o resultado do deslocamento dessas identidades, na produção de indivíduos contraditórios. Essa contradição pode ser observada nos discursos veiculados pela mídia televisiva, construídos a partir da fragmentação de falas e imagens, cujo resultado é a reprodução de reflexos distorcidos do espaço social. Também a contradição está presente no próprio discurso que a televisão constrói. Como exemplo, podemos citar os vários discursos das reportagens, quando a mídia televisiva ora legitima o fato de a criança trabalhar, ora se opõe ao trabalho infantil, veiculando falas que propõem uma vida mais substancial à criança. É o que se pode observar nos recortes da 6ª e 3ª reportagens:

6ª Reportagem: Adolescentes Mirins e Trabalho Infantil nas Feiras Livres

Repórter TV Morena: O Instituto Mirim já encaminhou mais de mil adolescentes, com até dezoito anos, para o mercado de trabalho. Para entrar aqui, eles precisam estudar! A carteira assinada é garantida!

3ª Reportagem: Crianças Vendedoras de Jornais no Trânsito de Campo Grande I

- É preciso acabar com o pensamento que criança precisa trabalhar... de estar na rua! Esse debate tem que ser feito para que a criança possa ter direito a frequentar a escola, direito a ter sua infância e não ter esse trabalho infantil! Consideramos ele penoso e, na verdade não contribui para a formação da criança!

Navarro-Barbosa (2007, p. 97-8), alinhado ao pensamento de De Certeau, em *A invenção do Cotidiano* (1996), considera que o jornalismo televisivo pode ser enquadrado na categoria de sistema de produção cultural, intervindo na sociedade, quanto aos aspectos definidores de sua identidade. Para o autor “A definição do que seja identidade requer considerar que tal noção é um processo de produção e um efeito de discurso” (Idem, p. 101). Assim, mediante discursos contraditórios e antagônicos, como os anteriormente recortados, a mídia televisiva acaba construindo e reafirmando identidades sociais descontínuas e subjetividades paradoxais, em constante transformação.

Outro aspecto encontrado nos dados é o que apontam Held & McGrew (2001), quanto à soberania das nações. De acordo com os autores, as nações nunca foram tão soberanas quanto pretendiam. Essa tendência está claramente sedimentada na contemporaneidade, em que os organismos internacionais se sobrepõem à soberania nacional dos países, atravessando as fronteiras de modo a integrar as organizações em novas compressões de espaço e tempo. O resultado dessas ações é a aceleração dos processos globais, incluindo-se aí a interdição ou a coerção. Desse modo, os eventos locais acabam tendo um impacto e uma resposta imediata dos organismos

internacionais, localizados a quilômetros de distância. Esse é o fenômeno da infiltração cultural, que pode ser observado na 5ª reportagem:

5ª Reportagem: *Imagens de Crianças em Várias Situações de Trabalho e Reportagem de Convenção Contra o Trabalho Infantil, Realizada em Campo Grande – MS*

[...]

Repórter TV Morena: Agora entrou em vigor uma Convenção da OIT – Organização Internacional do Trabalho – de comprometimento internacional, em que os países ficam obrigados a eliminar as piores formas de Trabalho Infantil, no país! A desobediência à Convenção pode resultar em sanções morais para o Brasil!

[...]

Qualquer pessoa ou entidade pode fazer queixas contra o país na Organização Internacional do Trabalho, se descobrir menores trabalhando nas atividades listadas!

Embora o objetivo dessas normatizações internacionais seja “nobre”, o impacto decorrente da minimização das distâncias e do espaço temporal traz três implicações. A primeira é que a nação passa a ser controlada, nos moldes descritos por Deleuze (1992), por meio das novas tecnologias de informação, usadas para o controle social. Por conseguinte, pode ser punida, com base nesses mecanismos de vigilância e controle. Como resultado tem-se uma cultura assujeitada, cuja idéia de submissão encontra-se dissimulada por uma ilusão de autonomia e liberdade do país.

A segunda implicação é que, em decorrência dessas manifestações do poder, que, neste caso “[...] se exerce continuamente através da vigilância” (FOUCAULT, 1985, p. 187), visto que qualquer pessoa ou entidade pode dar queixa contra o país, ocorre um afrouxamento dos laços de identificação dos sujeitos com a cultura nacional. Os laços de lealdade deslocam-se, criando espaço para identidades partilhadas.

A terceira conseqüência é que, em razão desses fatores de interdependência global, as identidades nacionais acabam sendo desconstruídas, por meio da franca exposição às culturas externas e da infiltração cultural. Constroem-se, desse modo, subjetivações híbridas.

Um outro olhar possível com relação à construção das subjetivações é o que se lança ao sujeito, compreendendo-o como uma invenção histórica. Esse pensamento permite visualizá-lo não a partir dos efeitos da cultura no meio da qual o indivíduo poderia desabrochar, mas como uma identidade construída nos aparatos discursivos e institucionais que o definirão como sujeito. Esse é o ponto de vista de Foucault em suas obras, quando articula a análise da formação de saberes ao espaço genealógico do poder e às questões da formação das subjetivações, propondo uma história da maneira como os homens são constituídos, culturalmente, como sujeitos. Tal pensamento está

explícito, principalmente em suas últimas obras, cuja temática central não são as relações entre saber e poder, mas as práticas subjetivadoras pelas quais o ser humano se torna sujeito de si (ARAÚJO, 2000, p. 88). Para Foucault, o sujeito é produto de uma construção no decorrer da história, de árduos e conflituosos acontecimentos discursivos, epistêmicos e práticos.

As subjetivações são construídas a partir de interesses originados de múltiplos lugares da sociedade, que se apóiam numa complexa rede de saberes e poderes, também originados em campos variados. Partindo da idéia de que os sujeitos constroem suas identidades com base nos aparatos discursivos e institucionais, chega-se novamente ao *corpus* e à investigação do modo como as tecnologias da subjetividade operam no processo de constituição desses sujeitos, aqui visualizados como fragmentados, descentrados, produtos dos muitos sistemas culturais que os rodeiam.

Ao examinar as entrevistas, observam-se as táticas utilizadas pelo poder-saber para a constituição das subjetividades infantis. Uma dessas táticas é a medição, a categorização, a organização estatística, a listagem dessa população, que a coloca como alvo do exercício do poder, representado pelos órgãos governamentais:

3ª Reportagem: Crianças Vendedoras de Jornais no Trânsito de Campo Grande I

[...]

Douglas faz parte de uma estatística, aqui em Campo Grande, da Delegacia do Trabalho, que revela que cerca de seis mil adolescentes menores trabalham, em Campo Grande [fazendo] serviços mecânicos, domésticos, vendedores ambulantes.

4ª Reportagem: Crianças Trabalhando nos Lixões em Campo Grande - MS

[...]

A estimativa, na época, é que trabalhavam em regime de escravidão pelo menos 50 mil crianças e adolescentes, no Estado.

[...]

Até o final do ano o governo espera que, pelo menos 48 mil crianças, estejam fora do trabalho penoso e perigoso!

[...]

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, bancado pelo Governo Federal, beneficia 19 mil crianças na zona rural.

5ª Reportagem: Imagens de Crianças em Várias Situações de Trabalho e Reportagem de Convenção Contra o Trabalho Infantil, Realizada em Campo Grande - MS

[...]

Estas e mais 77 atividades estão na lista das piores formas de Trabalho Infantil, que vão ser publicadas, esta semana, pelo Ministério do Trabalho e Desemprego.

8ª Reportagem: *Exploração do Trabalho Infantil nas Carvoarias I*

[...]

O setor explora cerca de 2.500 crianças no trabalho sobre-humano.

[...]

Através de um convênio com o Governo Federal e o estado, as duas Instituições começam a cadastrar famílias num programa que vai dar dinheiro para botar os filhos na escola!**9ª Reportagem: *Exploração do Trabalho Infantil nas Carvoarias II***Só no Município de Ribas do rio Pardo – MS, a PROMOSUL cadastrou 163 crianças, de 7 a 14 anos.

Essa é uma forma de compreender o mundo, herdada, historicamente, do positivismo. Essa prática ampara-se no cientificismo para interpretar as realidades sociais, transformando-as em verdades absolutas, porque podem ser comprovadas pela ciência. Na busca dessa comprovação, utiliza-se a estatística, a contabilização por meio de números, pois são medidas racionais que independem de quaisquer implicações de ordem subjetiva e que, por isso, dão certeza de sua validade (BIRARDI; CASTELANI; BELATTO, 2008).

Considerando que os discursos do *corpus* analisado são representativos da contemporaneidade e resultam de um complexo de ideologias exteriorizadas por um conjunto de práticas discursivas, que se perpetuaram, chegando aos dias atuais, é necessário compreender como a infância passou a ser o alvo dessa governamentalidade.

Para Foucault (1985, p. 293), a idéia da governamentalidade ou de um “Estado de Governo” tem sua emergência na modernidade e caracteriza-se por ter “[...] essencialmente como alvo a população [...] utiliza a instrumentalização do saber econômico [e] corresponderia a uma sociedade controlada pelos dispositivos de segurança”. Na prática, portanto, tem-se a presença do Estado, amparado por uma estrutura jurídica, em que o aspecto legal e o controle biológico dos sujeitos se articulam, num conjunto de direitos sociais criados por políticas estatais. Constroem-se discursos onde, na aparência, os direitos da sociedade se sobressaem, entretanto os princípios da governamentalidade é que se sobrepõem.

As políticas contra a exploração do trabalho infantil e o discurso da educação, no Brasil, historicamente foram construídos segundo esses princípios. Em decorrência disso, as políticas implantadas nos estados – entre eles o de Mato Grosso do Sul – não foram diferentes. Seguindo os princípios da governamentalidade, observa-se, no *corpus* analisado, a preocupação com a infância, não apenas do Estado de Governo, mas de

outras organizações sociais e instituições não-governamentais que manifestam o propósito de tomá-la também ao seu encargo. Esses organismos passam a preocupar-se não apenas com a educação, mas com a saúde, com os números estatísticos desses grupos representativos, que formam parte dessa população. Manifesta-se, na prática, a ação do triângulo “[...] soberania-disciplina-gestão governamental, que tem na população seu alvo principal [...]” (FOUCAULT, 1985, p. 291). É o que se observa nos fragmentos que se seguem:

1ª Reportagem: *Crianças Catadoras de Isca no Pantanal de MS*

Ana Paula Padrão (Rede Globo): O combate ao trabalho Infantil é uma conquista da cidadania nos últimos dez anos, mas depende do dinheiro e agilidade da “máquina do Estado”.

[...]

Mostramos as imagens para a Coordenadora do Programa de Erradicação do trabalho Infantil de Mato grosso do Sul.

3ª Reportagem: *Crianças Vendedoras de Jornais no Trânsito de Campo Grande I*

Uma das preocupações das autoridades que lutam para erradicar o trabalho infantil no Estado é com a saúde de pequenos trabalhadores.

[...]

Douglas faz parte de uma estatística, aqui em Campo Grande, da Delegacia do Trabalho, que revela que cerca de seis mil adolescentes menores trabalham, em Campo Grande [fazendo] serviços mecânicos, domésticos, vendedores ambulantes.

4ª Reportagem: *Crianças Trabalhando nos Lixões em Campo Grande - MS*

[...]

Até o final do ano o governo espera que, pelo menos 48 mil crianças, estejam fora do trabalho penoso e perigoso!

[...]

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, bancado pelo Governo Federal, beneficia 19 mil crianças na zona rural.

[...]

Ele fazia parte do Programa bolsa-escola.

5ª Reportagem: *Imagens de Crianças em Várias Situações de Trabalho e Reportagem de Convenção Contra o Trabalho Infantil, Realizada em Campo Grande - MS*

[...]

Repórter TV Morena: Agora entrou em vigor uma Convenção da OIT – Organização Internacional do Trabalho – de comprometimento internacional, em que os países ficam obrigados a eliminar as piores formas de Trabalho Infantil, no país! A desobediência à Convenção pode resultar em sanções morais para o Brasil!

8ª Reportagem: *Exploração do Trabalho Infantil nas Carvoarias I*

Mas a exploração ao Trabalho Infantil está com os dias contados! Quem garante é a OIT – Organização Internacional do Trabalho – e a UNICEF. Através de um convênio com o Governo Federal e o estado, as duas Instituições começam a cadastrar famílias num programa que vai dar dinheiro para botar os filhos na escola! O auxílio financeiro é uma forma de erradicar o Trabalho Infantil.

Na perspectiva dessas relações, o exercício de poder está presente entre o Governo – na forma como estabelece os programas sociais e legislações de proteção – e a população alvo, objeto desse poder. A ação governamental tem o sentido do controle dos alvos dos programas. Enquanto Foucault postula que um dos princípios da governamentalidade é “Gerir a população [...] em profundidade, minuciosamente, no detalhe (FOUCAULT, 1985, p. 291), associando a noção de governo a de domínio em todas as esferas sociais, por meio de táticas diversas, Rose (1998) mostra que a disseminação dessas técnicas está vinculada à criação de grupos de *experts*, ou seja, especialistas e técnicos que multiplicam os domínios do poder, nos campos microfísicos das relações de forças sociais. Esses *experts* estão presentes em todo o campo social, encarregados de produzir subjetividades auto-controláveis.

A partir do momento em que o governo incorporou a educação, tratando-a como tarefa do Estado, criou-se a figura da autoridade educacional com a finalidade de gerir o bem-estar social, a disciplina e a moral a serviço da governamentalidade. Desse modo, a educação passou a ser gerida por esse grupo de *experts* do poder, autorizado em suas práticas pelos conhecimentos científicos que detinham a utilizar técnicas pedagógicas, adequadas à ideologia e ao sucesso da educação estatal. O resultado de tais técnicas, utilizadas com o objetivo de preservação da ordem nacional, sabe-se, não foram satisfatórias, mas as vozes desses *expertises* se perpetuam na contemporaneidade em todos os campos da vida social.

Cabe a esse grupo de especialistas, na perspectiva da produção dos sujeitos, a tarefa de promulgar discursos que funcionam como *regimes de verdade*, ou seja “[...] discurso que ela [a sociedade] acolhe e faz funcionar como verdadeiro [segundo] o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro “ (FOUCAULT, 1985, p. 12). Esses discursos, nas entrevistas, encontram-se instituídos tanto por *vozes autorizadas*, quanto pelo aparelho midiático:

1ª Reportagem: *Crianças Catadoras de Isca no Pantanal de MS*

[...]

Mostramos as imagens para a Coordenadora do Programa de Erradicação do trabalho Infantil de Mato grosso do Sul. Ela ficou surpresa com o que viu! Marina Sampaio, Coordenadora do “Peti”, disse:

- De repente a gente não tem uma solução com a rapidez que o caso requer, mas temos que buscar alternativas e vamos ter que encontrar uma fórmula, nem que seja uma escola flutuante para que possa atender essas crianças... que elas tenham acesso à educação!

[...]

2ª Reportagem: Crianças que Catavam Iscas vão à Escola pela Primeira Vez

[...]

A professora, Cristiane Velasco, diz:

- É gratificante, no final, quando elas aprendem uma letrinha!

[...]

A chefe do Núcleo de Educação de Corumbá, Maria Eulina dos Santos, diz:

- São cidadãos brasileiros, que não eram conhecidos como tal!

3ª Reportagem: Crianças Vendedoras de Jornais no Trânsito de Campo Grande I

Especialistas garantem que criança nessa idade não tem capacidade de concentração.

Fica, por isso, mais exposta ao perigo.

[...]

Uma das preocupações das autoridades que lutam para erradicar o trabalho infantil no Estado é com a saúde de pequenos trabalhadores.

5ª Reportagem: Imagens de Crianças em Várias Situações de Trabalho e Reportagem de Convenção Contra o Trabalho Infantil, Realizada em Campo Grande – M

[...]

Senador Cristóvão Buarque: - O Trabalho Infantil é uma calamidade pública! Enquanto o trabalho infantil for apenas um problema... a gente vai devagar... Aí, diz “tá melhorando...” Leva 10 anos! Já pensou nesse sofrimento há 10 anos, para essas crianças que trabalham? E o prejuízo para o Brasil, pois elas trabalham e deveriam estar na escola?!

7ª Reportagem: Crianças Vendendo Jornais no Trânsito II

[...]

Chefe do DRT: - A maior dificuldade na fiscalização é nas vias públicas. Foi lançado um telefone, disque-denúncia, do trabalho Infantil. Por telefone essas pessoas podem fazer a denúncia, através do 08006475566. Na hora pode ligar para a gente, de qualquer esquina onde se encontram essas crianças!

[...]

Chefe do DRT: As crianças que trabalham... elas têm um problema físico e emocional, principalmente além do que elas deixam de frequentar a escola por cansaço físico, por falta de cumprir os seus deveres. No físico elas sentem dores de cabeça e depressão..

8ª Reportagem: *Exploração do Trabalho Infantil nas Carvoarias I*

Nessa primeira fase, o Programa vai atingir mil crianças que fi carão livres da exploração nas carvoarias e reconquistarão o direito de estudar! (Regime de verdade promulgado pela mídia televisiva.)

O papel desses *expertises*, portanto, é o de produzir subjetividades, de acordo com a ideologia que determina as práticas sociais em determinado momento da história. No caso do *corpus* analisado, esse grupo é constituído por professora, orientadora educacional, psicóloga, representante do poder estatal e representante de órgão público, ou seja, por todos aqueles que ocupam o lugar social de especialistas em educação e de combate à exploração do trabalho infantil. É interessante notar que a voz desses *expertises* ao promulgar regimes de verdades, acaba por justificar as práticas sociais e políticas públicas adotadas pelo poder, mesmo que o objetivo final seja o governo dessa população por meio do controle. Nesse sentido, a mídia televisiva também funciona como grande produtora de regimes de verdade do poder, apesar de declarar -se como instância de denúncia desse mesmo poder.

Identifica-se, ainda, nas entrevistas a relação de forças nos moldes descritos por Foucault, onde as ações ocorrem, por parte dos indivíduos imediatamente, como forma de reação ao poder manifesto, ou ao não cumprimento das ações prometidas:

10ª Reportagem: *Exploração do Trabalho Infantil nas Carvoarias II*

Repórter TV Morena: Os vales-cidadania, em atraso, trouxeram a Eliane de volta ao trabalho. Ela estuda à tarde e passa as manhãs na carvoaria!

[...]

Repórter TV Morena: Outras crianças passam a metade do dia ajudando os pais, mas contrariando o objetivo do Programa, criado para acabar com o Trabalho Infantil! Isso acontece porque a principal exigência do Convênio não saiu do papel! As crianças deveriam passar o dia inteiro na escola! Faltam professores e funcionários, para que as escolas possam funcionar em período integral!

Reconhece-se nos fragmentos acima o que Foucault chama de resistência, cujo alvo é o Estado, que age como regulador dos corpos. Os indivíduos, apesar de estarem sujeitos ao domínio estatal, não são criaturas passivas, manifestando atitudes de resistência e organizando estratégias para garantirem seus direitos, no mesmo contexto do embate da relação de forças. É o que acontece quando, ao não receberem os vales - cidadania em dia, os indivíduos retornam ao trabalho nas carvoarias, como forma de chamar a atenção da imprensa, ou, então, quando permanecem no trabalho porque não conseguem freqüentar a escola em tempo integral, pela falta de funcionários.

Resta-nos, enfim, lembrar, a partir do pensamento de Foucault (1985), que apesar de o acúmulo de saberes possibilitar o aumento do controle e, por conseguinte, o exercício do poder de modo mais intenso; o aspecto positivo da ação desse mesmo poder é o estímulo ao indivíduo para desenvolver comportamentos e hábitos que determinam novas maneiras de viver. É o que se vê nas entrevistas, nos adolescentes que trabalham no poder judiciário e que enxergam na aquisição desses saberes relacionados ao desenvolvimento dessas atividades, novas oportunidades de sucesso e ascensão social:

6ª Reportagem: Adolescentes Mirins e Trabalho Infantil nas Feiras Livres

[...]

Ele trabalha no setor administrativo do Poder Judiciário; quer adquirir experiência profissional para ter uma vida melhor! Márcio, diz:

- Ainda mais trabalhando no Poder Judiciário! O pessoal, lá fora, respeita muito o Poder Judiciário! Referência ótima, aqui!

Portanto, quando o poder encarna a política em favor da educação e profere enfaticamente o discurso de que “o lugar da criança é na escola”, a positividade se materializa no ato político do Estado de criar instituições com o objetivo de prestar serviços educacionais a essa população, possibilitando a aquisição de novos saberes e novas formas de viver. Embora o nascimento de algumas instituições tais como os hospitais, as prisões, os quartéis e os manicômios só ter sido possível graças à multiplicação do poder num nível microfísico, por todo o campo social, reconhece-se, na criação da escola, ressaltadas todas as normas de vigilância e controle, um dos meios encontrados pelo Estado para o treinamento da população. Esse adestramento implicava em mudar a forma como as crianças haviam sido “treinadas” em suas famílias, a partir da necessidade de atender as instituições que exigiam, no trabalho, o desenvolvimento de competências básicas, tais como capacidade de leitura, da escrita e da matemática. Dessa forma, a escola assumiu a tarefa de instrumentalizar os sujeitos para o seu aproveitamento nessas instituições.

A partir da necessidade de se imprimir um treinamento moral, gradativamente as tecnologias de produção capitalistas passaram a necessitar bem mais do que corpos dóceis para concorrer vitoriosamente no mercado. Um conjunto de saberes tornou-se necessário à profissionalização dos indivíduos, para atender à demanda de produção de bens. Desse modo, para responder positivamente às necessidades do poder e, ao mesmo tempo, gerenciar a população, a educação acabou por receber um impulso a partir de

uma nova concepção de ensino, instrumentalizando os indivíduos para serem inseridos nessa rede de mercados.

Vê-se, portanto que, a exemplo do que nos ensinou Foucault (1985), quando mencionou os hospitais e prisões no século XIX como lugares privilegiados de produção de saberes, as escolas também passaram a ser, principalmente neste século, grandes produtoras de subjetividades, saberes e regimes de verdades. A exemplo do que já havia ocorrido no interior de instituições fechadas como as citadas, a atividade da criança, no interior das escolas, passou a ser alvo de observações científicas, tanto de natureza pedagógica, quanto psicológica. Tem-se, nesse sentido, como exemplo, os estudos de Piaget (POSTMAN, 1999, p. 77-8), sobre o desenvolvimento da criança, que inegavelmente produziram saberes, verdades e subjetividades, a partir da observação no interior das instituições. Querendo ou não, a população se apropriou desses saberes, criando gradativamente uma nova prática social, novas condições culturais e diferentes formas de subjetivação, que apontam, segundo Rose (1998, p. 151) para sujeitos que aspiram por autonomia, lutam por realização pessoal, interpretam a realidade e o destino como problemas de responsabilidade individual, definindo sua vida, a partir de escolhas pessoais. Em outras palavras, são sujeitos que lutam pelo auto-governo.

Tendo discutido as implicações da ideologia e do saber-poder na produção de subjetividades, a partir dos dados analisados, passa-se agora à investigação de algumas regularidades discursivas presentes nos discursos das entrevistas, buscando identificar como a mídia constrói um discurso sobre a infância, na contemporaneidade.

3.6 Enunciados e modos de enunciação presentes nas entrevistas

Neste ponto da análise, passamos a investigar a recorrência de alguns enunciados e modos de enunciação na estrutura discursiva das entrevistas. Analisamos a presença de determinadas marcas lingüísticas, para apreender os efeitos de sentidos construídos pelos entrevistados, durante a enunciação discursiva. Antes, porém, é importante lembrar que, para Foucault (2002, p. 114), “A enunciação é um acontecimento que não se repete: tem uma singularidade situada e datada que não se pode reduzir”. Quanto ao enunciado, o teórico nos lembra que “[...] é uma forma indefinidamente repetível e que pode dar lugar a *modos de enunciação* os mais dispersos” (Idem). Em outras palavras, pode-se encontrar um mesmo enunciado em modos diversos de enunciação.

No mesmo sentido, Maingueneau (1997) observa que enunciar é situar-se em relação a um já-dito, que se constitui outro discurso. Desse modo, não existe um

discurso de origem absoluta. Ao se colocarem os elementos lingüísticos numa nova situação enunciativa, mudam-se as condições de produção. Conseqüentemente, a significação desses elementos recebe um novo sentido. A partir dos postulados articulados, consideremos as formulações abaixo retiradas do *corpus* das entrevistas:

- (1) Com o salário o menino compra o que precisa e *ajuda a mãe*. (Fragmento da 3ª reportagem).
- (2) [...] Crianças com a marca da fuligem, crianças carregam do toneladas nas costas [...] crianças recolhendo restos no lixão municipal, *para ajudar os pais no sustento*. (Fragmento da 4ª reportagem)
- (3) Apesar dos programas e de incentivos para manter as crianças na escola, muitas saem de casa, pela manhã, *para ajudar na renda familiar*. (Fragmento da 4ª reportagem)
- (4) [...] Leandro, de 8 anos, fica o tempo todo embaixo de muita poeira, *para ajudar o pai* no transporte de carvão! (Fragmento da 8ª reportagem)
- (5) – É por causa que o dinheiro não veio. *Eu tenho que ajudar o pai!* (Fragmento da 10ª reportagem)
- (6) Outras crianças passam a metade do dia *ajudando os pais*, mas contrariando o objetivo do Programa, criado para acabar com o trabalho infantil! (Fragmento da 9ª reportagem)

Observando-se os enunciados descritos, pode-se verificar um conjunto recorrente de elementos nas proposições de (1) a (6), que conectam cada uma delas, fazendo parecer com reformulações de um mesmo dizer sedimentado ou, ainda, com prováveis paráfrases de outras formulações. Embora produzidas sob condições heterogêneas, todas as formulações de (1) a (6) grifadas estão vinculadas à mesma rede de sentidos, o que pode dar uma falsa idéia de homogeneidade, remetendo a um mesmo discurso originário. Nesse sentido, uma análise puramente intuitiva nos levaria a observar as formulações de maneira a conectá-las apenas como paráfrases de outras formulações que pertençam a essa rede. Temos que considerar, entretanto, que tais formulações foram produzidas sob condições *heterogêneas* de produção, daí a falsa idéia de homogeneidade. Relembrando Foucault (2002), tais formulações constituem “formas infinitamente repetíveis” nos *mais diversos modos de enunciação*. Reconhece-se nesse discurso uma forte verve ideológica, voltada ao trabalho infantil dignificante, com base em velhas tradições fundamentadas na manutenção do núcleo familiar, que enaltecem a criança trabalhadora como o pequeno herói, ajudante da família. No ato da enunciação, fatores históricos e ideológicos afetam os sujeitos e os sentidos discursivos, fazendo que, por um trabalho de memória, estes se perpetuem na contemporaneidade, por meio da irrupção nas entrevistas.

Verifica-se, com algumas variações quanto ao modo de enunciação, que as formulações manifestam a repetibilidade de certos elementos, a saber:

- (1) [...] precisa ajudar a mãe. (3ª reportagem)
- (2) [...] para ajudar os pais no sustento. (4ª reportagem)
- (3) [...] para ajudar na renda familiar. (5ª reportagem)
- (4) [...] para ajudar o pai no transporte do carvão! (8ª reportagem)
- (5) [...] Eu tenho que ajudar o pai! (9ª reportagem)
- (6) [...] passam a metade do dia ajudando os pais [...].(9ª reportagem)

Note-se que há uma relação constante entre as proposições em pauta, o que lhes dá um caráter de estabilidade. Segundo Orlandi (2001, p. 36), “Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo o dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória”. A paráfrase, para a autora, está ao lado da estabilização, da memória discursiva. Analisando, portanto, as implicações da memória, como interdiscurso, podem-se observar as marcas ideológicas de um discurso institucionalizado, característico da primeira metade do século XX. Reconhece-se, ainda, nas proposições, a ocorrência dos dois esquecimentos de Pêcheux, da instância do inconsciente e da ordem da enunciação.

No primeiro, os sujeitos, afetados pela ideologia, retomam inconscientemente sentidos já construídos historicamente, aqui identificados com a necessidade de ajudar os pais ou a família, mitificado pela figura do pequeno herói. É o que acontece nas sucessivas repetições, que quase assumem o estatuto da literalidade, nos processos enunciativos vistos de (1) a (6).

O esquecimento de natureza enunciativa caracteriza-se pela incidência de famílias parafrásticas, que fazem que o sujeito retorne ao mesmo dizer, sucessivamente repetido em diversas formulações. É o que acontece nas proposições identificadas, em que os sujeitos produzem sucessivamente uma variedade constante do mesmo discurso.

Todos os enunciados, com exceção do (5), foram construídos pela mídia televisiva em 3ª pessoa do singular. Essa opção discursiva é utilizada quando se pretende conseguir um efeito de objetividade, de distanciamento da cena enunciativa. É o que se observa nas seqüências (1), (2), (3), (4), e (6). Esse efeito é denominado *debreagem enunciativa*, por Barros (1997, p. 57) e *embreagem*, por Maingueneau (2005, p. 108). É interessante notar, entretanto, que, apesar de as enunciações terem sido construídas em terceira pessoa, os tempos verbais determinantes são de presente – *compra, ajuda, saem, fica, passam* - o que assinala um efeito discursivo de concomitância em relação ao acontecimento. Tais escolhas verbais assinalam, também,

um efeito de repetição, dando idéia de “hábito” e “frequência” às ações realizadas. Dessa forma, usando essa estratégia discursiva, a mídia aproxima o telespectador ao momento de referência das entrevistas, como se estivesse presente, fazendo que este se sinta parte da cena enunciativa, informando, ao mesmo tempo, aos (inter)locutores, que essas ações são rotineiras no cotidiano dos sujeitos das entrevistas.

Outro aspecto importante é que a necessidade de transportar o fato da realidade imediata para a realidade midiaticizada faz que os discursos sejam recortados, passando por intervenções técnicas, dando margem à parcialidade na construção dos sentidos discursivos. Constrói-se, dessa forma, um presente social a partir da constituição de uma colcha de retalhos de acontecimentos sucessivos. Essa opção pelo presente discursivo está relacionada ao imediatismo que se pretende dar à informação divulgada. A informação é construída de modo a se mostrar bastante nova, para impressionar o grande público heterogêneo e, ao mesmo tempo, suficientemente velha, cristalizada, para que esse mesmo público possa reconhecê-la, assimilá-la e dominá-la. Outro motivo para a escolha desse presente discursivo é que cria um efeito de *atualidade*, característico do trabalho da mídia televisiva.

Embora o discurso, nas seqüências mencionadas, seja apresentado de modo a se manter um certo distanciamento, ganha entretanto ares mais “científicos”, o que lhe dá a configuração do *discurso de verdade*, na maneira como o entende Foucault (1985). Estes são construídos com a finalidade de convencer o alocutário de que são a própria voz da legitimidade e não produto da subjetividade de alguém. O repórter (locutor), embora interaja numa mesma circunstância de tempo e espaço com os entrevistados, não lhes dá voz, e, ao mesmo tempo, não se coloca como responsável pelas enunciações, pois o “eu” não aparece. Segundo Maingueneau (2005, p. 138), tais casos podem ser enquadrados como *polifonia*. Nos enunciados de (1) a (6), várias “vozes” são percebidas simultaneamente: percebe-se, ao mesmo tempo, a “voz” do jornalista-enunciador, dos pais (responsáveis pela informação fornecida ao enunciatador), e da menina-carvoeira, Eliane, (10ª reportagem), sob forma de *discurso citado* (MAINGUENEAU, *idem*).

Já na proposição (5), recortada da 10ª reportagem, a presença do *pronome pessoal “eu”*, cria um efeito discursivo de proximidade e de subjetividade. Barros (1997, p. 57) denomina esse efeito de *debreamento enunciativo*. Ao dar voz à criança, a mídia, além de valorizar a presença do narrador, instaura a presença do telespectador (“vocês”). Estabelece-se, portanto, uma relação “eu-tu” ou “eu-vocês”. O efeito que se obtém com esse discurso é que o telespectador parece estar diante do próprio

entrevistado, no momento da entrevista, irmanando -se com ele no mesmo tempo e espaço, e tomando contato com o próprio processo de enunciação . Maingueneau (2005, p. 140-1), trata esses enunciados como discurso direto. Adverte, entretanto, que mesmo quando o discurso direto relata falas consideradas como realmente proferidas, trata -se apenas de *encenação*, visando à criação de um efeito de *autenticidade*. Acrescente-se a isso o fato de que, nos estúdios midiáticos, esses discursos sofrem cortes e diferentes montagens e tem-se configurado o processo de encenação, em que a enunciação é reconstruída pelo sujeito que a remonta, por meio de mecanismos que lhe dão um enfoque pessoal. A opção pelo discurso direto proporciona um efeito de autenticidade ao discurso, fazendo que este adquira o estatuto da objetividade, da seriedade e da espontaneidade. Esta também é uma estratégia do enunciador para manifestar sua adesão ao que está sendo dito, no sentido de que as palavras do entrevistado referendem as suas próprias palavras, aqui compreendidas como oriundas da voz da autoridade (MAINGUENEAU, 2005, p. 142).

Pelo viés da memória ou interdiscurso podem-se também analisar outras proposições presentes nos dados:

- (7) Então é um debate que tem que se fazer dentro da sociedade, né, para que a gente possa entender que o *lugar da criança é na escola*. (Fragmento da 4ª reportagem)
- (8) E o prejuízo para o Brasil, pois elas trabalham e *deveriam estar na escola!* (Fragmento da 5ª reportagem)

Em (8), temos uma variação do discurso proferido em (7), aqui tomado como ponto de referência em relação ao outro discurso. São dizeres que trazem uma forte conotação ideológica, a partir da retomada de um discurso ativado pela memória, com claras funções interdiscursivas. Essa função interdiscursiva, compreendida como domínio de memória, permite o reagrupamento dos enunciados que misturam memória e esquecimento, proporcionalmente. A presença desses dizeres atesta a presença de uma memória coletiva, portanto de natureza social. O enunciado (8) configura -se como um retorno e um reagrupamento da proposição manifesta em (7). Compreendido dessa forma, pode-se dizer que o enunciado (8) está constituído no interior de um espaço de repetição, “[...] uma retomada de palavra por palavra, do discurso ao discurso de inúmeras formulações [...]” (COURTINE, 2006, p. 80). Por conseguinte, é um discurso formado a partir de elementos pré-construídos, de formulações de natureza histórico-ideológica, cujo efeito é o de uma cadeia discursiva produzida em série.

Analisando a questão dos sujeitos, a partir de uma perspectiva discursiva, presente nos modos de enunciação das entrevistas, verifica-se que eles atuam segundo uma ordem de discursos estabelecidos, por enunciações que partem de *vozes legitimadas*, conforme o que se pode verificar a seguir:

- (9) [...] mas temos que buscar alternativas e vamos ter que encontrar uma fórmula, nem que seja uma escola flutuante para que possa atender essas crianças... que elas tenham acesso à educação! (Coordenadora do PETI – 1ª reportagem)
- (10) [...] Há criancinhas em situação de trabalho Escravo... Não poderá haver decisões de emergência! (Arnaldo Jabor, Comentarista da Rede Globo de Televisão – 1ª reportagem)
- (11) [...] A professora, Cristiane Velasco, diz: “É gratificante, no final, quando elas aprendem uma letrinha! “Diz [dizem]: “Professora, aprendi!” (Professora – 2ª reportagem)
- (12) Brasileiros que não tinham acesso à educação e tudo para eles é novidade! (Repórter da TV Morena – 2ª reportagem)
- (13) - São cidadãos brasileiros, que não eram conhecidos como tal! (Chefe do Núcleo de Educação de Corumbá – 2ª reportagem)
- (14) Esse debate tem que ser feito para que a criança possa ter direito a freqüentar a escola, direito a ter sua infância e não ter esse trabalho infantil! Consideramos ele penoso e, na verdade não contribui para a formação da criança! (Representante do poder público – 3ª reportagem)
- (15) [...] A DRT vem fazendo essa fiscalização, mas, veja bem, é complicada essa questão do Trabalho Infantil. Muitas vezes a própria família não aceita que ela... que a criança não trabalhe... Então é um debate que tem que se fazer, dentro da sociedade, né, para que a gente possa entender que o lugar da criança é na escola! (Chefe da DRT – 4ª reportagem)
- (16) O Trabalho Infantil é uma calamidade pública! Enquanto o trabalho infantil for apenas um problema... a gente vai devagar... Aí, diz “tá melhorando...” Leva 10 anos! Já pensou nesse sofrimento há 10 anos, para essas crianças que trabalham? E o prejuízo para o Brasil, pois elas trabalham e deveriam estar na escola?! (Senador Cristóvão Buarque – 5ª reportagem)
- (17) A luta pelo combate ao Trabalho Infantil tem uma tônica e a consciência de todos! Enquanto não tiver quem emprega uma criança... enquanto tiver aquele que emprega uma criança, nós não teremos combatido a totalidade do Trabalho Infantil! (Representante da sociedade organizada – 7ª reportagem)
- (18) As crianças que trabalham... elas têm um problema físico e emocional, principalmente além do que elas deixam de freqüentar a escola por cansaço físico, por falta de cumprir os seus deveres. No físico elas sentem dores de cabeça e depressão...(Chefe do DRT – 7ª reportagem)
- (19) Mas a exploração ao Trabalho Infantil está com os dias contados! Quem garante é a OIT – Organização Internacional do Trabalho – e a UNICEF. (Repórter da TV Morena – 8ª reportagem)
- (20) Reclama o prefeito : “Até agora só recebeu 20 mil reais, do Governo Federal!” (Prefeito de Ribas do Rio Pardo – MS, 10ª reportagem)

Observa-se, nesses enunciados, a existência de um conjunto de posições dos sujeitos, expressas em diferentes modos de enunciação, que estão condicionados a discursos de doutrina, legitimados ideologicamente. Esses sujeitos, aqui interpretados sob a condição de *vozes legitimadas*, articulam seus discursos a partir de uma posição social que lhes confere o direito de *poder dizer*, como representantes legítimos do poder público e da sociedade organizada. São discursos que ganham um significado a partir do lugar ou do *status* que esses mesmos sujeitos ocupam na sociedade. Desse modo, nas proposições recortadas, há sujeitos que falam a partir do lugar social de representantes do discurso do poder público - proposições (9), (14), (15), (16), (17), (18) e (20) – do discurso do jornalismo – (10), (12), (19) – e da educação – (11) e (13).

Reconhece-se, nesses discursos, o que em AD chamamos de *relação de forças*, de natureza hierarquizada e que se sustenta no poder dos diferentes lugares sociais ocupados por esses sujeitos. Entende-se que esses sujeitos se expressam não da maneira como lhes agrada, mas condicionados ao lugar que ocupam socialmente. Esse fato faz que organizem seus discursos por meio de marcas enunciativas, tais como as marcas de pessoa e tempos verbais, que organizam as formulações desses sujeitos. Como exemplo, temos as marcas de tempo, a repetição de um mesmo verbo na 1ª reportagem (*temos, que elas tenham, vamos ter que*, na 1ª reportagem; *são, eram*, na 2ª reportagem, *é, for, vai*, na 5ª reportagem, apenas para citar algumas) que produzem um segmento de tempo que liga presente, passado e futuro, em uma mesma enunciação, apagando quaisquer sinais de interrupções ou, ainda, a organização de todo um ritual de enunciação produzido por meio de um tempo ligado ao presente (*está, garante*, na 8ª reportagem) cuja finalidade é apagar toda a impressão de descontinuidade da ação. Caso isso aconteça, a exemplo de (21), a ação será recuperada por meio de um efeito de ficção criado a partir da reconstituição. Esse efeito irá resgatar, analogicamente, um acontecimento passado com a finalidade de situar o telespectador na seqüência dos acontecimentos:

(21) Em maio de 2004 você viu aqui, no “Jornal da Globo”, crianças no Pantanal que viviam a catar iscas, arriscando -se na água de um rio e nem sabiam o que era uma escola! (William Waac – jornalista da Rede Globo de Televisão – 2ª reportagem)

Os outros enunciadores das proposições (11) e (13) falam a partir do discurso da educação. São as vozes legitimadas pertencentes à professora e à Chefe do Núcleo de Educação, enunciantes que estão autorizadas socialmente, por deterem o conhecimento

científico que lhes permite manifestar-se no aparelho midiático. Entretanto, é preciso compreender que, na ordem dos discursos estabelecidos, há regras discursivas (controladas) que restringem e orientam as possibilidades de enunciação. Tem -se, ainda, a voz do comentarista-enunciador da Rede Globo Arnaldo Jabor, em (10) que fala a partir do lugar de ator jornalístico, característica que lhe confere o *poder de dizer*. Somam-se a essa voz, os discursos dos repórteres da TV Morena, nas proposições (9) e (12) que falam também do lugar de representantes da mídia. Nesse sentido, é interessante notar que as proposições (12) e (13) se formam num espaço de repetição, apesar da heterogeneidade das condições de produção, conduzindo ao pré-construído de uma situação interdiscursiva. Daí as formas “Brasileiros que não tinham acesso à educação e tudo para eles é novidade” (discurso da mídia) e “São cidadãos brasileiros, que não eram conhecidos como tal!”, (discurso da educação). Note-se que há um jogo parafrástico, baseado nos mesmos dizeres, que nos leva a considerar a existência de um discurso reportado, no qual ambas as proposições se baseiam.

Não há dúvida de que todos esses sujeitos possuem competência para enunciar tais discursos, uma vez que enunciam como “sujeito[s] de direito [...] efeito de uma estrutura social bem determinada[.]” (ORLANDI, 2001, p. 51), levando -se em consideração que falam a partir de um lugar institucional, utilizando -se de enunciações socialmente legitimadas. Portanto, a partir da competência desses enunciadores, que falam sob uma rubrica institucional, podem-se inscrever essas proposições em vários campos do poder-saber, examinando-se as formações discursivas nas quais se inscrevem. É assim que se pode identificar, nos recortes, proposições pertencentes a diferentes formações discursivas, tais como em (11) e (13), em que se reconhece a formação discursiva ligada ao discurso pedagógico; (9), (14), (15), (16), (17), (18) e (20), vinculadas à formação discursiva do discurso político e (10), (12), (19), em que coexistem a formação discursiva do discurso jornalístico. Embora inscrevam -se em formações discursivas distintas, todas perpassam a mesma fonte ideológica comum, que são os discursos da classe dominante, do Brasil dos séculos XIX e XX.

Torna-se mister, portanto, falar-se em *interpelação ou subjetivação do sujeito falante pelo sujeito ideológico*. Desse ponto de vista, os discursos, em (21), (22) e (23), em seu funcionamento oral, comum, podem ser compreendidos como produtos de indivíduos fragmentados, assujeitados, que se apropriam de discursos institucionalizados, expressando-os a sua maneira, perpetuando antigas tradições ideológicas do aparelho administrativo. O mesmo se observa em (12) e (13), em que, apesar de se ter dois discursos oriundos de formações discursivas diferentes, ambos se

assentam na mesma tradição discursiva. Isto é, são frutos de processos de dominação ideológica, que se delineiam historicamente na Ditadura Militar (a partir do autoritarismo e da perseguição a toda forma de alteridade), mediante políticas desenvolvidas com o objetivo de domesticar as individualidades e garantir a obediência de sujeitos mantidos sob o rígido controle do regime. Os dados seguintes, também, manifestam formas de dominação:

(22) O melhor remédio, hoje em dia, é estar no trabalho! Melhor do que na rua! O que a gente vê na rua! (Feirante Agnaldo - Fragmento da 6ª reportagem)

(23) A desobediência à Convenção pode resultar em sanções mortais para o Brasil! (Fragmento da 5ª reportagem)

(24) Qualquer pessoa ou entidade pode fazer queixas contra o país na Organização Internacional do Trabalho, se descobrir menores trabalhando nas atividades listadas! (Fragmento da 5ª reportagem)

Em (21), tem-se a edição do discurso de um sujeito que assimilou a ideologia remanescente dos discursos governamentais da Ditadura Vargas, que, conforme discutimos em 3.2.3, pregava a ideologia da preservação da ordem nacional a partir da integração da criança pelo trabalho. Inscreve-se, portanto, na formação discursiva da educação para o trabalho, como elemento regenerador da infância pobre.

Os sintagmas nominais (S1 e S2) *remédio/trabalho*, em sua materialidade lingüística, são determinantes para atestar esse processo de dominação e apropriação da ideologia do discurso dominante, por meio de um resgate interdiscursivo do sujeito. Já em (22) e (23) tem-se um processo de dominação ideológica cuja extensão é de natureza global. Nessa perspectiva, tem-se uma sociedade assujeitada - condição que é dissimulada pela falsa ilusão de autonomia - pela ação de organismos internacionais, que a controlam por meio das modernas tecnologias de informação, podendo inclusive sancioná-la. Os sintagmas nominais (S3, S4 e S5) *desobediência*, *sanções* e *queixa*, assim como o sintagma preposicional (SP) *contra*, delimitam o universo desses discursos, vinculando-os a traços de dominação e assujeitamento.

Um outro dado importante é que essas reportagens, por estarem circunscritas a práticas orais de enunciação, privilegiam o uso de estratégias discursivas manifestas por meio da utilização de formas curtas, de sintaxe enxuta; um falar mínimo adequado ao tempo e ao espaço midiático. O espaço midiático, nesse sentido, torna-se um lugar de manifestações ideológicas, dominado pelas formas dialógicas de interação verbal.

De tudo que até agora foi dito, é possível atestar no *corpus* analisado que campos do saber-poder se interrelacionam nas reportagens, numa luta pela imposição de

regimes de verdades. Se o saber-poder operam ligados a regimes de verdade, numa relação circular, conforme postulado por Foucault (1985), e a verdade se conecta inextricavelmente com o poder, pode-se dizer que todos os discursos do poder estabelecem regimes de verdade. Desse modo, todos os discursos das reportagens que partem de vozes autorizadas, incluindo-se aí os discursos postulados pelos atores midiáticos, funcionam como regimes de verdade. É nesse aspecto que podemos entender Foucault (2002, p. 50) quando afirma que o discurso “[...] é uma prática que sistematicamente *forma os objetos de que fala* [grifo nosso]”.

É nesse sentido, também, que a mídia não deixa de atuar como o quarto poder social, pela característica de possuir uma informação que a grande maioria não possui, o que lhe dá uma posição de autoridade como informadora e formadora da opinião pública. No sentido de cumprir esse papel social, a mídia televisiva utiliza-se do comentário argumentado (CHARAUDEAU, 2006, p. 176), estratégia por meio da qual problematiza os acontecimentos, avalia, mede, julga, buscando despertar o interesse dos sujeitos consumidores da informação, utilizando-se de modos de raciocínio que julgar simples e motivadores. É o que acontece em relação à 1ª reportagem, na veiculação do comentário de Arnaldo Jabor:

(25) O que fazem diante das imagens?! Gritar, “Que Horror!?” Chorar, pedir soluções urgentes? O quê?! A resposta, em geral, dos políticos. “É difícil!”, “Tudo é lento!”. A burocracia serve tanto para facilitar a corrupção como para justificar a incompetência, a preguiça. Falta de verba, dizem eles... Desse caso, é um em todos os cantos do Brasil! Há crianças em situação de trabalho Escravo... Não poderá haver decisões de emergência! Será que o governador Zeca do PT vai fazer uma reunião para decidir com os “companheiros” o que falar ou vai mandar agir logo hoje... ontem, para impedir esse abuso?! Não se clama o tempo todo contra a poluição do Pantanal? “Precisamos salvar os animais!” E as crianças?! Isso é mais complexo. Talvez se o tráfico de drogas fosse bem combatido ali e se a famosa corrupção do Estado diminuísse, talvez sobrasse dinheiro para a proteção dos habitantes! Em último caso poderia incluir as crianças na proteção do Ibama, junto com as sucuris e as ararinhas azuis e os peixes bois... ou um trabalho sério na domesticação dos jacarés, para eles não devorarem as crianças, no seu trabalho noturno! (Arnaldo Jabor – Comentarista da Rede Globo de Televisão, 1ª reportagem)

Note-se que o comentarista problematiza o acontecimento de maneira agressiva, por meio de sucessivas interrogações – o tom da voz durante o comentário não está em sua normalidade. O estatuto pragmático do enunciador, ou seja, o valor pragmático (MAINGUENEAU, 2005, p. 20-1) de sua enunciação, estabelecida

mediante a relação de credibilidade que ele consegue instituir com o seu enunciatário, durante o comentário, confere legitimidade e seriedade às interrogações (*O que fazem diante das imagens?! Gritar, “Que Horror!?” Chorar, pedir soluções urgentes? O quê?! Será que o governador Zeca do PT vai fazer uma reunião para decidir com os “companheiros” o que falar ou vai mandar agir logo hoje... ontem, para impedir esse abuso?! Não se clama o tempo todo contra a poluição do Pantanal? E as crianças?!).*

As imagens exibidas do ator midiático contribuem para ratificar a idéia da agressividade discursiva: olhos ejetados, rosto contraído, visivelmente contrariado, mãos erguidas num trabalho de gesticulação contínua. Nesse comentário, o ator midiático capta partes do texto da reportagem exibida subvertendo-o, imitando-o, ironizando-o, de modo a construir a própria identidade do seu discurso (comentário):

1ª Reportagem: “Ela ficou surpresa com o que viu! Marina Sampaio, Coordenadora do “Peti”, disse: - De repente a gente não tem uma solução com a rapidez que o caso requer [...]”. Comentário de Arnaldo Jabor: “O que fazem diante das imagens?! Gritar, “Que Horror!?” Chorar, pedir soluções urgentes? O quê?! A resposta, em geral, dos políticos... “É difícil!”, “Tudo é lento!”

Assim, ao subverter o texto da 1ª entrevista, usando a estratégia da desqualificação (MAINGUENEAU, 2005, p. 173), o comentarista valoriza sua enunciação.

À subversão soma-se a ironia, transmitida por intermédio da entonação específica, que, num primeiro momento, desqualifica positivamente o seu discurso:

(26) Em último caso poderia incluir as crianças na proteção do Ibama, junto com as sucuris e as ararinhas azuis e os peixes bois... ou um trabalho sério na domesticação dos jacarés, para eles não devorarem as crianças, no seu trabalho noturno!

Nesse sentido o enunciador subverte sua própria enunciação (MAINGUENEAU, idem, p. 175). Em (25), ocorre uma espécie de encenação onde o comentarista fala a partir da “voz” de uma personagem ridicularizada, mas da qual se distancia pela mímica e pela entonação irônica. Expressa-se, desse modo, no comentário, um caso interessante de polifonia, em que o enunciador deixa perceber na sua voz a voz do outro que desqualifica, por meio do uso de elementos modalizadores, ancorados na desqualificação e na ironia discursiva:

(27) Será que o governador Zeca do PT vai fazer uma reunião para decidir com os “companheiros” o que falar ou vai mandar agir logo hoje... ontem, para impedir esse abuso?!

Perpassa, ainda, nas reportagens, o ideário de uma infância mitificada pelo imaginário do adulto, conforma se vê nas proposições a seguir:

(28) Pelo menos aqui criança não trabalha mais catando isca!

(29) Consideramos ele penoso e, na verdade não contribui para a formação da criança!

(30) Já pensou nesse sofrimento há 10 anos, para essas crianças que trabalham?

(31) O setor explora cerca de 2.500 crianças no trabalho sobre-humano.

(32) Mas a exploração ao Trabalho Infantil está com os dias contados!

(33) Nessa primeira fase, o Programa vai atingir mil crianças que ficarão livres da exploração nas carvoarias e reconquistarão o direito de estudar!

A infância está representada nos discursos analisados a partir de uma idéia de infelicidade expressa nos sintagmas nominais S6, S7, S8, S9 e S10 (*penoso, sofrimento, trabalho sobre-humano, exploração*), presentes nas proposições de (28) a (31). Ao mesmo tempo, aparece concebida no ideário adulto, por meio de discursos que exaltam a possibilidade de um futuro melhor, ancorado na educação. É o anseio do adulto projetando expectativas em torno de um futuro melhor e de uma idéia de felicidade em relação à infância pobre, conforme se observa em (27) e (32).

Conforme vimos, as identidades são construídas nos aparatos discursivos e institucionais que constituem os indivíduos culturalmente como sujeitos. É no interior das práticas discursivas e a partir do uso de determinadas estratégias que as identidades irrompem nas sociedades. Nesse processo de construção social de identidades, a mídia televisiva assume um papel relevante. Ao veicular discursos construídos com base na fragmentação de falas e imagens, acaba reproduzindo reflexos distorcidos do espaço social, construindo sujeitos a partir de um lugar de produção de saber e poder, por meio do qual se relaciona com a exterioridade. Uma vez que as identidades contemporâneas formam-se nos sistemas culturais, e estes se inserem num contexto globalizado, a mídia acaba contribuindo para construir sujeitos descentrados, deslocados, no sentido que Hall (2005) emprega ao termo.

O poder de construção que se atribui à mídia é o de poder falar, da influência do fazer saber, do fazer pensar e do fazer sentir que a faz desempenhar um duplo papel: de testemunha dos acontecimentos do mundo e de interpeladora dos sujeitos. Nessa

relação “panóptica” (NAVARRO-BARBOSA, 2007, p. 97), a mídia observa, controla e transforma as informações, produz e veicula discursos fragmentados, a partir de uma identidade histórica e ideologicamente herdada. Essa herança se assenta na memória, presente numa rede interdiscursiva que dá origem aos discursos contraditórios que a mídia recorta e veicula. Um exemplo disso são os discursos estudados neste trabalho, em que a mídia ora legitima o fato da criança trabalhar, ora se coloca em posição contrária ao trabalho infantil. Essa contradição se virá de parâmetro na construção das identidades sociais dos sujeitos que assistem aos seus programas, sejam crianças ou adultos.

As imagens da mídia televisiva e os discursos que veicula, portanto, são responsáveis por todo sentido social, resultando da retomada da memória. É nesse espaço que a mídia, na contemporaneidade, deve ser pensada como um “lugar de memória discursiva” (FONSECA-SILVA, 2007, p. 24), o que a torna uma poderosa fonte de construção de identidades que a insere no contexto de uma sofisticada rede de poder-saber, responsável pela construção e controle dos sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem a pretensão de esgotar a análise dos dados selecionados ou de traçar conclusões definitivas, é possível refletir no interior das fronteiras da temática que nos dispusemos a investigar.

Partindo do tema *A construção do discurso sobre o trabalho infantil: mídia, imagens e poder* e das questões *Como é construído um discurso sobre o trabalho infantil na mídia televisiva brasileira deste início de século?* e *Como o sujeito-telespectador constitui-se a partir dos discursos editados na televisão*, articulamos múltiplas reflexões e, por que não dizer, hesitações, amparadas por muitas vozes teóricas, entre elas a de Foucault, que nos ajudaram a orquestrar esta investigação.

No universo dessas questões e pela mobilização das dez reportagens, veiculadas pela TV Morena e pela Rede Globo de televisão, cuja temática é a infância em situação de exploração do trabalho, em Mato Grosso do Sul, procuramos mostrar, com base nos procedimentos analíticos da AD, que o discurso da mídia, construído a partir de recortes e de uma dupla semiologia *imagens-discursos* (fenômeno absolutamente contemporâneo), criou-se em torno de uma sociedade midiaticizada, pela influência das tecnologias de massa na vida pública. Evidenciamos, também, que no âmbito dessa sociedade informacional, novas formas de comunicação e de poder foram inauguradas, ligadas à capacidade de apropriação das imagens e do tempo midiático.

Nesse percurso as técnicas de autodomínio do corpo, dos gestos, a fala breve são essenciais e, apesar de caracterizarem práticas televisivas contemporâneas, sempre estiveram presentes nas modernas sociedades e foram estudadas, em épocas diferentes, por Foucault e Deleuze, na perspectiva da disciplinarização, vigilância e controle da sociedade.

Discutimos o fato de que, embora a mídia televisiva se apresente como instância de *denúncia* do poder, é inegável que o discurso dela originado exerce um *poder de fato* sobre a opinião pública. Esse poder advém da possibilidade que a mídia tem de selecionar efeitos discursivos, escolher conteúdos e imagens a serem divulgados, buscando influenciar o público-alvo, além da posição de autoridade que assume ao *poder falar* e do *poder de dizer*, que a maioria dos receptores não possui.

Expusemos que o fenômeno midiático, na contemporaneidade, acontece coextensivamente ao da *globalização* que, articulado em torno da tecnologia audiovisual, faz circular por meio de imagens veiculadas pela televisão, um projeto globalizador comum, contribuindo para a homogeneização das culturas. Discutimos que, nesse processo homogeneizador, a subjetivação e as identidades dos indivíduos

contemporâneos se rompem e se deslocam, resultando em sujeitos contraditórios e fragmentados ante as novas estruturas sociais. Essa contradição é reforçada pela mídia, quando veicula discursos contraditórios que influenciam na construção das identidades dos sujeitos que assistem aos seus programas.

Esse processo de fragmentação estende-se ao tratamento dado pela televisão às notícias e reportagens que veicula, segundo o *efeito de verdade* que pretende obter. Assim, o tratamento dado à temática do trabalho infantil, é feito a partir de uma construção selecionada de imagens e discursos, que exibem uma única faceta da realidade social, construindo a notícia por meio da fragmentação do real.

Na perspectiva de conjugar a espessura histórica, o funcionamento lingüístico e as imagens veiculadas pela televisão, passamos pelo duplo projeto arqueológico e genealógico de Foucault, circunscrito ao exame das condições de produção do discurso das reportagens, assim como à investigação dos princípios de regularidade lingüística dos enunciados. Mostramos que a mídia constrói todo um universo discursivo em torno da infância explorada pelo trabalho. Nesse universo, de um lado estão as imagens que interpelam o telespectador pelo sensível, evocando os dramas pessoais de crianças em situação de exploração e, de outro, estão os discursos impregnados de uma ideologia presente em *vozes autorizadas* pelo poder, que se fizeram ouvir em determinados momentos da história deste país.

Observamos que esses discursos chegaram até a contemporaneidade por um trabalho de memória, de interdiscurso, resultados de um complexo de ideologias presentes em conjuntos de práticas discursivas diversas. É assim que, no *corpus* analisado, identificamos que perdura nos discursos da televisão, neste início de século, a *visão distorcida* (CUSTÓDIO, 2006) do trabalho infantil como elemento regenerador e como mecanismo disciplinador, ideologia comum expressa pelo poder, no início do século XX, e que serviu de justificativa para a exploração da força produtiva das crianças em instituições e internatos sociais. Mostramos que essa ideologia produziu seguidores que ainda hoje estão presentes em todo o campo social e em muitos discursos presentes no *corpus* de nossa investigação. Os fatores históricos apontados foram determinantes na construção de certas enunciações em torno da exploração ao trabalho infantil, editados pela televisão na contemporaneidade.

O discurso da escola, ou da educação, é outro elemento bastante recorrente no presente estudo. Esse discurso está atrelado ao que Foucault chama de *governamentalidade*, princípio por meio do qual a infância passou a ser encargo do governo e de outras instituições sociais. A presença do Estado, amparado por uma

organizada estrutura jurídica, é permanente e o controle dos sujeitos, por meio dos programas de assistência social (bolsa-escola, por exemplo), articula-se num conjunto de direitos sociais criados por políticas estatais. As políticas contra a exploração do trabalho infantil e o discurso em favor da educação foram organizados segundo esses princípios.

Expusemos que a disseminação dessas técnicas de controle, ligadas aos princípios de *governamentalidade*, estão vinculadas a grupos de *expertises*, também presentes por todos os discursos analisados (Professora, Chefe do Núcleo de Educação de Corumbá, Coordenadora do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Senador da República, Chefe da DRT, dentre outros), que multiplicam os domínios do poder, nos campos microfísicos das relações de forças sociais. O papel desses especialistas é produzir *regimes de verdades* e subjetividades controláveis a serviço da *governamentalidade*.

A investigação dos enunciados e modos de enunciação mostrou -nos que esses fenômenos encontram-se entrelaçados nas atividades discursivas. Formulações vinculadas à mesma rede de sentidos, que enaltecem a criança trabalhadora como o pequeno herói, ajudante da família, são recorrentes aqui. Neles se observam as marcas ideológicas de um discurso institucionalizado, característico do início do século XX, que a televisão resgata, mediante a criação de efeitos discursivos de proximidade e distanciamento. Os sujeitos das reportagens também atuam segundo uma ordem de discursos estabelecidos, mediante enunciações que partem de *vozes legitimadas* que articulam seus discursos a partir de um *lugar social*. Reconhecem-se, nesses discursos, relações de força de natureza hierarquizada, que se sustentam no poder dos diferentes lugares sociais ocupados pelos sujeitos.

Mostramos que todos esses sujeitos, que falam a partir de lugares sociais de representantes do poder público, são sujeitos de direito (jurídicos), oriundos de uma estrutura social determinada, que lhes confere o poder de dizer (ORLANDI, 2001, p. 51), por isso possuem competência para enunciar seus discursos, pois falam a partir de um lugar institucional normatizado. Observam -se também processos de *interpelação* ou *subjetivação dos sujeitos falantes* pelo *sujeito ideológico*, frutos de dominação ideológica presente na repetição de discursos institucionalizados, que perpetuam antigas tradições do aparelho administrativo. Essa dominação se estende ao aparelho estatal, quando este se assujeita a ação de organismos internacionais, que o controlam por meio das modernas tecnologias de informação, tendo poder para sancioná -lo, caso suas

determinações não sejam cumpridas, como se observa nos discursos analisados das reportagens.

Nossas reflexões apontam para uma *mídia televisiva* que *constrói os discursos sobre o trabalho infantil* a partir da fragmentação e recriação de um real, criando dispositivos de influência psicossocial (emocionais), com a finalidade de obter adesão para a “verdade” que promulga. Cria modos de produção discursivos, mediante um jogo de efeitos, buscando interpelar o telespectador, emocioná-lo e interessá-lo por meio de representações, de imagens veiculadas e da construção de discursos. Essas representações discursivas são indispensáveis para a construção de um imaginário social, por meio de “materialidades simbólicas de significação, que envolvem o verbal e o não verbal” (FONSECA-SILVA, 2007, p. 25), sendo responsáveis pela *constituição dos sujeitos telespectadores a partir dos discursos editados pela mídia televisiva*, assim como para a compreensão da ideologia na constituição das realidades por eles vivenciadas em seus grupos, visando a transformação da realidade social.

A mídia televisiva apresenta a educação como forma de libertação dos corpos infantis, explorados pela ação do trabalho. Uma vez que, nas reportagens, o trabalho é mostrado com a função de sobrevivência, para as crianças e para seus núcleos familiares, e possibilidade de ascensão social, para os adolescentes, a escola é sugerida como uma instância de saber, cuja função libertadora é possibilitar um futuro diferente às crianças e adolescentes. A imagem da escola na mídia, portanto, na perspectiva de nossa análise, é a de uma dupla via institucional que associa saber e possibilidade de liberdade à infância pobre. Nesse sentido, reconhece-se nas reportagens a projeção das expectativas em relação a essa infância pobre, mitificando-a a partir da idéia de felicidade futura, concebida pelo imaginário adulto.

Quanto ao trabalho infantil, é descrito pela televisão a partir da idéia de reprodução das desigualdades sociais, à medida que é imposto à infância como forma de suprir as carências econômicas da família. Nesse sentido, é apresentado também como elemento pernicioso, uma vez que afasta a criança da escola, sendo determinante para o processo de exclusão da infância pobre do sistema escolar. A televisão aponta três modos de exclusão da criança: por meio da pobreza, observada no sentido da necessidade; por meio de uma escola de menor qualidade (onde faltam professores, funcionários e não funciona na perspectiva do previsto – 10ª reportagem), e na inclusão precoce da criança no mercado de trabalho, cuja consequência é o cansaço, menor capacidade de concentração e abandono da escola.

Nos recortes analisados, observa-se a existência de três discursos distintos, criando subjetivações: o primeiro é a legitimação do discurso moral, vinculado à possibilidade de um futuro melhor para a criança que a distinguirá do núcleo familiar a que pertence. O outro é o discurso legal, fundamentado no direito da criança, contrário à exploração ao trabalho infantil. O terceiro é o discurso do trabalho como elemento regenerador da infância pobre e delinqüente, a partir da visão disciplinadora de afastar a criança da rua e da vadiagem. Nesse sentido, esses discursos ora legitimam o fato de a criança trabalhar, ora se opõem ao trabalho, na perspectiva de uma vida mais substancial para essa infância. Como se pode notar, há um paradoxo na maneira como a televisão articula os discursos sobre o trabalho infantil, que acaba por influenciar na constituição dos sujeitos telespectadores que assistem aos seus programas. Essa influência deve-se ao fato de que, na rede de interdiscursos resgatados pela mídia, os sujeitos infantis e adultos, são construídos tanto pelas práticas historicamente instituídas, apresentadas nos recortes que [a mídia] realiza, quanto pelo conjunto de enunciados dispersos que veicula. As imagens e os discursos funcionam como organizadores de todo um imaginário social, que resultam no modo de pensar de uma sociedade. É nesse sentido que eles também são responsáveis pela construção social dos sujeitos. (FONSECA-SILVA, 2007, p. 24-5). A fragmentação e a contradição, portanto, serão parâmetros na construção dos sujeitos.

Vale dizer que todas essas representações são tratadas como categorias apropriadas de maneira a evocar os dramas pessoais das crianças exploradas, de forma a desestabilizar, mesmo que momentaneamente, a ordem aparente do mundo. É desse modo que a televisão vai construindo sentidos e criando subjetividades.

As análises feitas mostram que os sentidos, longe de estarem cristalizados, acompanham o momento histórico e os grupos que os produzem e interpretam, de acordo com essas condições sócio-históricas. É assim que a televisão, paradoxalmente, embora queira passar uma imagem de distanciamento do poder institucionalizado, quando enfatiza discursos contrários ao trabalho infantil, por outro lado perpetua, por meio de outras enunciações que recorta e veicula, a ideologia do aparelho estatal, articulando vozes que aplaudem o trabalho como elemento regenerador e atualizando frases de efeito que reivindicam “toda criança na escola!”, pré-construídos provenientes de velhos discursos incansavelmente repetidos por vozes autorizadas de políticos e agentes do poder público.

Quanto à infância explorada pelo trabalho, mediante a perpetuação dos discursos institucionalizados e a pouca ação ou a ineficiência de políticas de promoção

social (“Isso acontece porque a principal exigência do Convênio não saiu do papel!” – 10ª reportagem), será também herdeira dessa concepção ideológica, sendo socializada para aceitar seu lugar na sociedade onde lhe são reservadas funções subalternas, fruto do seu estado de miséria, carência e pobreza que a transforma em mão-de-obra barata.

Como constatamos, a relação entre os discursos sobre o trabalho infantil, veiculados na mídia televisiva, e a construção dos sujeitos são observados no interior das fronteiras de enunciações que perpassam todo o campo social. O lugar da produção, longe de ser pacífico, é um campo fecundo, ativo, de lutas pelo poder, sucessivas disputas e batalhas discursivas pelo controle e domínio dos discursos. Essas práticas são regulamentadas, controladas, submetidas a uma *ordem do discurso*, que organiza e interdita o que pode e deve ser dito em determinado contexto histórico. À medida que a construção do saber se dá a partir da interlocução de diferentes vozes, este trabalho pode ser visto como uma oportunidade de diálogo para elucidar essas práticas discursivas que dialogam na sociedade contemporânea. Esse diálogo passa, inextricavelmente, pela articulação dos discursos, pela circulação das práticas discursivas, pelo estudo do controle das enunciações, relacionado ao poder e saber, pela inserção desses discursos na história e pela compreensão das estratégias de construção dos sentidos impostos pela mídia.

Esperamos que outras oportunidades de diálogo para interpretar e compreender os desafios da nossa época, transformando o pensamento crítico em ação reparadora, surjam, trazendo mais luzes às questões tratadas nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado*. Trad. Joaquim José de Moura Ramos. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ARAÚJO, Inês Lacerda. *Foucault e a crítica do sujeito*. 1.ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Trad. Dora Flaksman. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Heterogeneidade(s) enunciativa(s)*. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas: UNICAMP, n.19, 1990, p.25-42.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2004.

BARROS, Diana Luz Pessoa. *Teoria semiótica do texto*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1997.

BAUMAN, Zigmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BONNAFOUS, Simone. Sobre o bom uso da derrisão em J.M. Le Pen. In: GREGOLIN, Maria do Rosário.(org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003, p. 35 – 48.

BORGES, Wilson. Mídia impressa e violência. In: *XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 2003, Belo Horizonte. *Anais*. Belo Horizonte: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Set., 2003, [s.p].

BRASIL. *Constituição (1934)*. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Diário Oficial [da] união, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, p. 1, 16 jul., 1934.

_____. *Constituição (1988)*. *Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988*. Diário Oficial [da] União, Poder Legislativo, n.191 -A, 05 out., 1988.

_____. Decreto nº 22.042, de 03 de novembro de 1932. Estabelece as condições de trabalho dos menores na indústria. *Coleções de Leis do Brasil*. Poder Executivo, Rio de Janeiro, v. 5, p. 10, 31 dez., 1932.

_____. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário oficial [da] União, poder Executivo. Brasília, DF, 16 jul., 1990.

BIRARDI, Ângela; CASTELANI, Gláucia Rodrigues; BELATTO, Luiz Fernando B. *O Positivismo, os Annales e a Nova História*. Disponível em <http://www.klepsidra.net/klepsidra7/annales.html> Acesso em: 26 jan. 2008.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. O fio e a trama: as crianças nas malhas do poder. *XXII Reunião Anual da ANPED*, 1999, Florianópolis. *Anais*. Florianópolis: Centro de Ciências da Educação, Set., 1999, p. 1-16.

_____. *Que infância é esta?* Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0712tPDF>> Acesso em: 15 ago., 2007.

CARDOSO, Silvia Helena Barbi. *A questão da referência: das teorias clássicas à dispersão de discursos*. Campinas: Autores Associados, 2003.

_____. *Discurso e ensino*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Trad. Ângela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

CORACINI, Maria José e BERTOLDO, Ernesto Sergio (orgs). *O desejo da teoria e a contingência da prática*. Discursos sobre e na sala de aula (língua materna e língua estrangeira). Campinas: Mercado das Letras, 2003.

COURTINE, Jean-Jacques. *Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública*. Trad. Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

_____. Os deslizamentos do espetáculo político. In.: GREGOLIN, Maria do Rosário, (org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 21 -34.

_____. *Définition d'orientations théoriques et méthodologiques en Analyse de Discours*. In: *Philosophiques*, vol. IX. n.2, Paris, 1984.

CUSTÓDIO, André Viana. *A exploração do trabalho infantil doméstico no Brasil contemporâneo: limites e perspectivas para sua erradicação*. Florianópolis: UFSC, 2006. Tese (Curso de Pós-Graduação em Direito), Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. *A invenção do cotidiano*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

DELEUZE, Gilles. Post scriptum sobre as sociedades de controle. In. DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: 34 Letras, 1992, p. 219 -26.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault; uma trajetória filosófica*. Trad. Vera Porto Carreiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. Mídia e lugares de memória discursiva. In.: *Mídia e rede de memória*. FONSECA-SILVA, Maria da Conceição e POSSENTI, Sírio. (Orgs.). Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007, p. 11 -37.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. São Paulo: Forense, 2002.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramalhete. 29. ed., Petrópolis: Vozes, 2004 a.

_____. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 10. ed., São Paulo: Loyola, 2004 b.

_____. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. 5. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

_____. Inútil de se soulever? In.: *Dits et écrits III*. Paris: Gallimard, 1994, p. 790-94.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.

_____. *A análise do discurso: conceitos e aplicações*. Revista Alfa nº 39. São Paulo: Editora da PUC/SP, 1995, p. 13-21.

_____; Discurso, história e a produção de identidades na mídia. In.: *Mídia e rede de memória*. FONSECA-SILVA, Maria da Conceição e POSSENTI, Sírio. (Orgs.). Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007, p. 39-60.

_____; CRUVINEL, Maria de Fátima; KHALIL, Marisa Gama (Orgs). *Análise do discurso: entornos do sentido*. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2001.

GUERRA, Vânia Maria Lescano. Reflexão sobre alguns conceitos da Análise do Discurso de linha francesa. *Ensaio e ciência*. v.7, Campo Grande: Editora da UFMS, n. 1, 2003, p. 217-32.

_____. A Análise do Discurso no âmbito das ciências humanas. In: *Anais do II Encontro de Letras: Estudos Lingüísticos e Literários*. v.1, Três Lagoas: UFMS, CD rom, 2006. p. 128-34.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

HELD, David & MCGREW, Anthony. *Prós e contras da globalização*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. Freda Indursky. 3. ed. Campinas: Pontes, 1997.

_____. *Análise de textos de comunicação*. Trad. Cecília P. de Souza e Silva e Décio Rocha. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso – (re) ler Pêcheux hoje*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Trad. Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 26.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Crianças operárias na recém industrializada São Paulo. In: PRIORE, Mary Del. (org.). *História das crianças no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 259-88.

NAVARRO-BARBOSA, Pedro Luis. Mídia, memória e identidade. In.: *Mídia e rede de memória*. FONSECA-SILVA, Maria da Conceição e POSSENTI, Sírio. (Orgs.). Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007, p. 93-110.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Império*. Trad. Berilo Vargas. 4. ed. São Paulo: Record, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.

_____. Segmentar ou recortar? In: GUIMARÃES, Eduardo. (org.) *Linguística: questões e controvérsias*. Série Estudos, n.10. Uberaba: Fiube, 1984.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: PRIORE, Mary Del. (org.). *História das crianças no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 347-75.

PÊCHEUX, Michel. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni P. Orlandi. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____; HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul. *La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours*. In.: *Langages*, n° 24, 1971.

PIOVEZZANI FILHO, Carlos Félix. Política midiaticizada e mídia politizada: fronteiras mitigadas na pós-modernidade. In.: GREGOLIN, Maria do Rosário, (org.) *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 49-64.

POSTMAN, Neil. *O desaparecimento da infância*. Trad. Suzana Menescal de Alencar Carvalho e José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

PRIORE, Mary del. (org.) *História das crianças no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

RAMOS, Fábio Pestana. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: PRIORE, Mary Del. (org.) *História das crianças no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 19-54.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: PRIORE, Mary Del. (org.) *História das crianças no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 376-406.

ROSE, Nikolas. *Inventing our selves: psychology, power and personhood*. Cambridge, Cambridge: University Press, 1998.

USHER, Robin & EDWARDS, Richard. *Postmodernism and education*. Londres/Nova York, Routledge, 1994.

ANEXO A

Apresentação do Corpus
TRANSCRIÇÃO DAS REPORTAGENS VEICULADAS PELA TV MORENA E REDE
GLOBO DE TELEVISÃO

Temática Abordada: *Exploração do Trabalho Infantil na Região Sul-Mato-Grossense*
Emissoras Responsáveis Pela Edição dos Programas: *TV Morena – Campo Grande e Rede Globo de Televisão*

Quantidade de Reportagens Gravadas: *Dez reportagens, incluindo dois comentários de Arnaldo Jabor*

Tempo Total de Gravação: *21 minutos*

Horários que os Programas Foram ao Ar: *às 7 h, às 11h, às 18 h na TV Morena e às 22 horas na TV Globo*

Público Alvo: *Telespectadores dos principais telejornais locais e nacionais veiculados nos horários destacados*

Personagens: *Repórteres da TV Morena e Rede Globo de Televisão, âncoras, cinegrafistas, crianças, pais, representantes do poder público e comentarista*

Cenários: *Duas reportagens foram gravadas no Pantanal Sul-Matogrossense, no Município de Corumbá; cinco no Município de Campo Grande e três no Município de Ribas do Rio Pardo*

Outras Imagens: *Constam ainda imagens de crianças trabalhando na coleta da erva-mate, gravadas no Município de Ponta Porá*

Relação dos Programas:

1ª Reportagem: *Crianças Catadoras de Isca no Pantanal;*

2ª Reportagem: *Crianças que Catavam Iscas vão à Escola pela Primeira Vez*

3ª Reportagem: *Crianças Vendedoras de Jornais no Trânsito de Campo Grande I*

4ª Reportagem: *Crianças Trabalhando nos Lixões em Campo Grande - MS*

5ª Reportagem: *Imagens de Crianças em Várias Situações de Trabalho e Reportagem de Convenção Contra o Trabalho Infantil, Realizada em Campo Grande – MS*

6ª Reportagem: *Adolescentes Mirins e Trabalho Infantil nas Feiras Livres*

7ª Reportagem: *Crianças Vendendo Jornais no Trânsito II*

8ª Reportagem: *Exploração do Trabalho Infantil nas Carvoarias I*

9ª Reportagem: *Exploração do Trabalho Infantil nas Carvoarias II*

10ª Reportagem: *Exploração do Trabalho Infantil nas Carvoarias II*

Transcrição da 1ª Reportagem

1ª Reportagem: *Crianças Catadoras de Isca no Pantanal de MS*

Data da exibição: *maio de 2004*

Reportagem de Claudia Gaigher, veiculada pelo Jornal da Globo, às 22 h

Ana Paula Padrão (Rede Globo): O combate ao trabalho Infantil é uma conquista da cidadania nos últimos dez anos, mas depende do dinheiro e agilidade da “máquina do Estado”. O problema é quando o dinheiro não chega a quem precisa do dinheiro e, pior, quando os responsáveis pelo combate não sabem que as crianças trabalham dentro d’água, no meio da noite, no Pantanal, que é *habitat* natural de jacarés. Os repórteres Claudia Gaigher e Argemiro Barros encontraram na região isolada de Mato Grosso do Sul.

Claudia Gaigher (TV Morena): O dia chega ao fim e começa mais uma noite de trabalho para as crianças. Elas carregam a canoa e saem remando pelo rio Paraguai. Em terra firme separam os materiais para catar isca. Seguem a pé pelo meio do mato. Vinte minutos de caminhada... O serviço é dentro d’água, no meio dos corichos, nos alagados do Pantanal. O cupim é jogado na água para atrair os pequenos peixes que se alimentam à noite! Num estalar de dedos – é o segredo – o peixe vem! Na hora que “bate” o dedo “ela vem”. É para pegar a tuvina, o peixinho vendido a quinze centavos como isca para pescadores, que as crianças passam a noite inteira assim, com água até o peito! É mais fácil pegar esses peixinhos na total escuridão! O problema e o risco que essas crianças correm é atrair jacarés e sucuris!

José Henrique, 10 anos, cata isca desde os sete anos. Nunca foi à escola! Já foi atacado por um jacaré, numa noite de trabalho! José Henrique diz:

- Bati nele com uma faca! Daí matamos ele!

Aos sete anos Daniele fica só com o pescoço fora d'água... Nem se dá conta do risco que corre! Os peixes se escondem entre as raízes das plantas aquáticas... É precis o abrir caminho... a lona preta cobre a tela... quanto mais escuro; peixes aparecem.

No isolamento do Pantanal, é assim que muitas crianças crescem. Trabalham desde cedo, não tem certidão, não sabem o que é direito à educação.

Mostramos as imagens para a Coordenadora do Programa de Erradicação do trabalho Infantil de Mato grosso do Sul. Ela ficou surpresa com o que viu! Marina Sampaio, Coordenadora do "Peti", disse:

- De repente a gente não tem uma solução com a rapidez que o caso requer, mas temos que buscar alternativas e vamos ter que encontrar uma fórmula, nem que seja uma escola flutuante para que possa atender essas crianças... que elas tenham acesso à educação!

Comentário de Arnaldo Jabor (Rede Globo): O que fazem diante das imagens?! Gritar , "Que Horror!?" Chorar, pedir soluções urgentes? O quê?! A resposta, em geral, dos políticos... "É difícil!", "Tudo é lento!". A burocracia serve tanto para facilitar a corrupção como para justificar a incompetência, a preguiça... Falta de verba, dizem eles... Desse caso, é um em todos os cantos do Brasil! Há criançinhas em situação de trabalho Escravo... Não poderá haver decisões de emergência! Será que o governador Zeca do PT vai fazer uma reunião para decidir com os "companheiros" o que falar ou vai mandar agir logo hoje... ontem, para impedir esse abuso?! Não se clama o tempo todo contra a poluição do Pantanal? "Precisamos salvar os animais!" E as criançinhas?! Isso é mais complexo... Talvez se o tráfico de drogas fosse bem combatido ali e se a famosa corrupção do Estado diminuísse, talvez sobrasse dinheiro para a proteção dos habitantes! Em último caso poderia incluir as criançinhas na proteção do Ibama, junto com as sucuris e as ararinhas azuis e os peixes bois... ou um trabalho sério na domesticação dos jacarés, para eles não devorarem as criançinhas, no seu trabalho noturno!

Transcrição da 2ª Reportagem

2ª Reportagem: Crianças que Catavam Iscas vão à Escola pela Primeira Vez

Data da exibição: não consta

Reportagem de Claudia Gaigher, veiculada pelo Jornal da Globo, às 22 h

William Waac (Rede Globo): Em maio de 2004 você viu aqui, no "Jornal da Globo", crianças no Pantanal que viviam a catar iscas, arriscando -se na água de um rio e nem sabiam o que era uma escola!

Cristiane Pelagio (Rede Globo): Hoje nós temos o prazer de mostrar as mesmas crianças que catavam iscas, indo à escola, graças a uma bem sucedida parceria entre o poder público e a iniciativa privada! A reportagem é da repórter Claudia Gaigher e Argemiro Barros...

Claudia Gaigher (TV Morena): Ainda não amanheceu e o barco já está no rio para buscar as crianças. São quatro horas da manhã e elas já estão na beira do rio. As crianças vão para esperar o transporte! Aqui não há estrada! ais próxima fica , a pelo menos, quatro horas de barco, pelo rio Paraguai. De casa em casa, o transporte escolar vai apanhando os alunos que só agora começam a entender o significado da educação!

- Esse aqui é meu nome!, diz Elizângela! (risos!)

Em maio de 2004 o "Jornal da Globo" mostrou as crianças catando iscas, que arriscavam a vida nos alagados pantaneiros. Agora essas mesmas crianças começam a experimentar uma vida diferente... Já no barco elas compartilham a alegria da primeira descoberta... Aos quinze anos, com o primeiro caderno, Wellice da Silva! A repórter pergunta o que ele quer ser?!

- Estudando, eu quero ser um mecânico, né!

A escola foi construída num barranco alto, para não ser inundada durante as cheias! Antes da aula, o lanche é servido! As duas professoras moram na escola. Rafael, José Henrique, Joselaine e Magali arriscavam a vida catando iscas à noite... Hoje, o esforço deles é para se acostumar à vida escolar! Com cuidado as letrinhas são desenhadas e vão ganhando um sentido! E essa aqui?

Aos seis anos Magali segura um lápis pela primeira vez! A professora, Cristiane Velasco, diz:

É gratificante, no final, quando elas aprendem uma letrinha! Diz:

- Professora, aprendi!

Quando a escola começou a ser construída, a previsão era para cinquenta crianças. Hoje são cinquenta e nove, estudando! A cada dia aparece um aluno! A maioria está na 1ª série. Brasileiros que não tinham acesso à educação e tudo para eles é novidade! Têm um caderno, um lápis, uma borracha, não há limite de idade para começar aprender! Ana Claudia tem vinte anos de idade; só agora está sendo alfabetizada! A chefe do Núcleo de Educação de Corumbá, Maria Eulina dos Santos, diz:

- São cidadãos brasileiros, que não eram conhecidos como tal!

Vinte e seis crianças moram na escola, no regime de semi-internato. Rafael e Magali já se acomodaram! Os que moram mais perto, voltam para casa! Ir para a escola trouxe de volta o sonho de aprender a ler e a escrever!

- Para quê? Pergunta a repórter.

- Para ser médico! Para sair dessa vida!

As crianças vão dormir mais cedo. Amanhã tem mais um dia de aula! Pelo menos aqui criança não trabalha mais catando isca!

Transcrição da 3ª Reportagem

3ª Reportagem: Crianças Vendedoras de Jornais no Trânsito de Campo Grande I

Data da exibição: não consta

Esta matéria faz parte de um conjunto de reportagens exibida pela TV Morena, nos horários de seus principais telejornais - 7h e 18h - cuja temática foi o Trabalho Infantil em MS.

Repórter TV Morena: O trabalho de vender jornal começou cedo. Aos doze anos, Douglas já estava na rua, garantindo o próprio dinheiro. A rotina às 5h da manhã, só termina às 9h. Com o salário o menino compra o que precisa e divide e ajuda a mãe. O emprego é um compromisso que ele ainda divide com o tempo que ele dedica aos estudos. Douglas comenta:

- Trabalho de manhã e estudo de tarde e trago meu material para o serviço, que daqui, quando saio, já passo no colégio, já faço meu trabalho. Ali mesmo tomo banho, almoço e já vou prontinho!

Douglas faz parte de uma estatística, aqui em Campo Grande, da Delegacia do Trabalho, que revela que cerca de seis mil adolescentes menores trabalham, em Campo Grande [fazendo] serviços mecânicos, domésticos, vendedores ambulantes. Embora alguns afirmem que nunca sofreram acidente, que levam uma vida normal, eles não estão livres dos riscos que o trabalho precoce pode oferecer. O repórter pergunta:

- Você já viu um colega sofrer um acidente?

- Já vi um colega sofrer um acidente... Ele entrou no meio da rua olhando de um lado... o carro passou no meio do pé dele!

Especialistas garantem que criança nessa idade não tem capacidade de concentração. Fica, por isso, mais exposta ao perigo.

Uma das preocupações das autoridades que lutam para erradicar o trabalho infantil no Estado é com a saúde de pequenos trabalhadores. Apesar da idade, são cobrados como adultos, assumem responsabilidades que não deveriam! Que prejuízo isso pode trazer para a vida de uma criança e adolescentes? É o que está sendo discutido num Seminário realizado pela Delegacia Regional do Trabalho. O Seminário quer chamar a atenção da sociedade para um problema que é responsabilidade de todos! A erradicação só é possível se o empregador não contratar mão-de-obra infantil, de acordo com os Órgãos que desenvolvem ações sociais para cumprir o Estatuto da Criança e Adolescentes.

- É preciso acabar com o pensamento que criança precisa trabalhar... de estar na rua! Esse debate tem que ser feito para que a criança possa ter direito a frequentar a escola, direito a ter sua infância e não ter esse trabalho infantil! Consideramos ele penoso e, na verdade não contribui para a formação da criança!

Transcrição da 4ª Reportagem

4ª Reportagem: Crianças Trabalhando nos Lixões em Campo Grande - MS

Data da exibição: não consta

Esta matéria faz parte de um conjunto de reportagens exibida pela TV Morena, nos horários de seus principais telejornais - 7h e 18 h - cuja temática foi o Trabalho Infantil em MS.

Repórter TV Morena: O trabalho Infantil, em Mato Grosso do Sul, vem sendo combatido há mais de cinco anos. A estimativa, na época, é que trabalhavam em regime de escravidão pelo menos 50 mil crianças e adolescentes, no Estado. A imagem é desoladora... A infância destruída pela falta de recursos! Crianças com a marca da fuligem, crianças carregando toneladas nas costas, nas plantações de erva-mate e, na capital, crianças recolhendo restos no “lixão municipal”, para ajudar os pais no sustento da família.

Até o final do ano o governo espera que, pelo menos 48 mil crianças, estejam fora do trabalho penoso e perigoso! Mas, a realidade é outra... Apesar dos programas de incentivos para manter as crianças na escola, muitas saem de casa, pela manhã, para ajudar na renda familiar! Um exemplo foi de um menino... Há pouco mais de um mês, Edenir Elias, de 11 anos, foi atingido por um raio, enquanto recolhia lixo, no aterro sanitário. Ele faz ia parte do Programa bolsa escola. Os R\$ 136,00 que a família recebia para manter o menino na escola, eram insuficientes!

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, bancado pelo Governo Federal, beneficia 19 mil crianças na zona rural. São 40 reais por r crianças, que ficam na escola. Na zona urbana, são 25 reais.

- A DRP vem fazendo essa fiscalização, mas, veja bem, é complicada essa questão do Trabalho Infantil. Muitas vezes a própria família não aceita que ela... que a criança não trabalhe... Então é um debate que tem que se fazer, dentro da sociedade, né, para que a gente possa entender que o lugar da criança é na escola!

Transcrição da 5ª Reportagem

5ª Reportagem: *Imagens de Crianças em Várias Situações de Trabalho e Reportagem de Convenção Contra o Trabalho Infantil, Realizada em Campo Grande – MS*

Data da exibição: não consta

Esta matéria faz parte de um conjunto de reportagens exibida pela TV Morena, nos horários de seus principais telejornais - 7h e 18 - cuja temática foi o Trabalho Infantil em MS.

Repórter TV Morena: Crianças trabalhando no campo, em abatedouros, em carvoarias, em lixões... uma cena muito comum no Brasil! Estas e mais 77 atividades estão na lista das piores formas de Trabalho Infantil, que vão ser publicadas, esta semana, pelo Ministério do Trabalho e Desemprego. A Constituição já prevê o trabalho para menores de 16 anos, há mais de 50 anos. Existe uma lista de atividades que não podem ser exercidas por menores de 18 anos, que não é atendida!

Senador Cristóvão Buarque: - O Trabalho Infantil é uma calamidade pública! Enquanto o trabalho infantil for apenas um problema... a gente vai devagar... Aí, diz “tá melhorando...” Leva 10 anos! Já pensou nesse sofrimento há 10 anos, para essas crianças que trabalham? E o prejuízo para o Brasil, pois elas trabalham e deveriam estar na escola?!

Repórter TV Morena: Agora entrou em vigor uma Convenção da OIT – Organização Internacional do Trabalho – de comprometimento internacional, em que os países ficam obrigados a eliminar as piores formas de Trabalho Infantil, no país! A desobediência à Convenção pode resultar em sanções morais para o Brasil!

Qualquer pessoa ou entidade pode fazer queixas contra o país na Organização Internacional do Trabalho, se descobrir menores trabalhando nas atividades listadas!

Com a Convenção o Ministério do Trabalho também ganha o poder de fiscalizar o envolvimento de menores com o tráfico de drogas, a prostituição e o tráfico de armas!

Transcrição da 6ª Reportagem

6ª Reportagem: *Adolescentes Mirins e Trabalho Infantil nas Feiras Livres*

Data da exibição: não consta

Esta matéria faz parte de um conjunto de reportagens exibida pela TV Morena, nos horários de seus principais telejornais - 7h e 18 - cuja temática foi o Trabalho Infantil em MS.

Repórter TV Morena: O Instituto Mirim já encaminhou mais de mil adolescentes, com até dezoito anos, para o mercado de trabalho. Para entrar aqui, eles precisam estudar! A carteira assinada é garantida!

Fernanda tem 16 anos e trabalha no Fórum de Campo Grande. É uma das 37 adolescentes que conseguiram emprego no Poder Judiciário. Ela ganha 145 reais por mês... O mesmo salário do colega Márcio! Ele trabalha no setor administrativo do Poder Judiciário; quer adquirir experiência profissional para ter uma vida melhor! Márcio, diz:

- Ainda mais trabalhando no Poder Judiciário! O pessoal, lá fora, respeita muito o Poder Judiciário! Referência ótima, aqui!

Repórter TV Morena: Mas, muitos adolescentes começam a batalhar pelo próprio dinheiro ainda criança, situação que esbarra na lei.

O trabalho infantil nas feiras é assunto polêmico. No ano passado a DRT fez várias fiscalizações! Hoje, a situação já está sob controle... parece! Os adolescentes que têm até 16 anos e são parentes dos comerciantes podem trabalhar na feira, até às 10 da noite!

Agnaldo conseguiu o emprego na feira quando tinha 15 anos. Hoje ele é dono de uma banca! Agnaldo, diz:

- O melhor remédio, hoje em dia, é estar no trabalho! Melhor do que na rua! O que a gente vê na rua!

Transcrição da 7ª Reportagem

7ª Reportagem: Crianças Vendendo Jornais no Trânsito II

Data da exibição: *não consta*

Esta matéria faz parte de um conjunto de reportagens exibida pela TV Morena, nos horários de seus principais telejornais - 7h e 18 - cuja temática foi o Trabalho Infantil em MS.

Repórter TV Morena: Menos de um metro e trinta de altura, 12 anos, já trabalha 8 horas por dia. Ele acorda às 4 da manhã e, antes das cinco, já está vendendo jornais... recebe 12% de cada jornal que vende! Diz o menor:

- Ganho 6 reais ou 7, quando dá bastante!

Repórter TV Morena: Um grupo de crianças ou adolescentes trabalham para um mesmo homem. São 12 ou 13... todo mundo do mesmo jeito! Todos estudam! Alguns reclamam do sono, à noite, quando vão à escola! Às vezes, algum dia... Não é todos os dias! Esses casos não são isolados. A Delegacia do Trabalho recebe denúncias... Em média, 20 denúncias de trabalho, por mês... 70% é procedente!

Chefe do DRT: - A maior dificuldade na fiscalização é nas vias públicas. Foi lançado um telefone, disque-denúncia, do trabalho Infantil. Por telefone essas pessoas podem fazer a denúncia, através do 08006475566. Na hora pode ligar para a gente, de qualquer esquina onde se encontram essas crianças!

Repórter TV Morena: - Com isso, vai dar maior agilidade, então, para o trabalho de vocês... e vai facilitar para a população! As autoridades que trabalham para o combate ao Trabalho Infantil dizem que é um problema cultural!

Representante da Sociedade: - A luta pelo combate ao Trabalho Infantil tem uma tônica e a consciência de todos! Enquanto não tiver quem emprega uma criança... enquanto tiver aquele que emprega uma criança, nós não teremos combatido a totalidade do Trabalho Infantil!

Chefe do DRT: As crianças que trabalham... elas têm um problema físico e emocional, principalmente além do que elas deixam de frequentar a escola por cansaço físico, por falta de cumprir os seus deveres. No físico elas sentem dores de cabeça e deprimem-se.

Transcrição da 8ª Reportagem

8ª Reportagem: Exploração do Trabalho Infantil nas Carvoarias I

Data da exibição: *não consta*

Esta matéria faz parte de um conjunto de reportagens exibida pela TV Morena, nos horários de seus principais telejornais - 7h e 18 - cuja temática foi o Trabalho Infantil em MS.

Repórter TV Morena: A mão-de-obra infantil nas carvoarias de Mato Grosso do Sul é hoje um retrato negro do Estado! O setor explora cerca de 2.500 crianças no trabalho sobre-humano. Walfrido, de 13 anos, com o irmão de 14 empilha, por dia, cinco toneladas de madeira! Ana Lúcia, de 6 anos, enfrenta o risco de queimar as mãos, na hora de rebocar os fornos e Leandro, de 8 anos, fica o tempo todo embaixo de muita poeira, para ajudar o pai no transporte do carvão!

Apesar do esforço e risco eles não recebem salário, e sim comida, uma forma que os empreiteiros usam para complementar o salário dos pais, que vêm trabalhar na carvoaria, sempre em família. Além da situação de miséria, as crianças ficam fora da escola!

- Nem um dia a gente fica parado... é de domingo a domingo! Diz um menino carvoeiro.

Mas a exploração ao Trabalho Infantil está com os dias contados! Quem garante é a OIT – Organização Internacional do Trabalho – e a UNICEF. Através de um convênio com o Governo Federal e o estado, as duas Instituições começam a cadastrar famílias num programa que vai dar dinheiro para botar os filhos na escola! O auxílio financeiro é uma forma de erradicar o Trabalho Infantil! Para cada criança que freqüentar a escola, a família receberá meio salário mínimo, por mês! O Programa se destina às crianças, na faixa etária dos 7 aos 14 anos. . Nessa primeira fase, o Programa vai atingir mil crianças que ficarão livres da exploração nas carvoarias e reconquistarão o direito de estudar!

Transcrição da 9ª Reportagem

9ª Reportagem: *Exploração do Trabalho Infantil nas Carvoarias II*

Data da exibição: não consta

Esta matéria faz parte de um conjunto de reportagens exibida pela TV Morena, nos horários de seus principais telejornais - 7h e 18 - cuja temática foi o Trabalho Infantil em MS.

Repórter TV Morena: Por trás da fumaça vivem os pequenos carvoeiros! Eliton tem 14 anos e trabalha 12 horas por dia. Ganha 25 reais, por mês, para carregar a lenha que vira carvão, e para cobrir de barro o forno em brasa! Só no Município de Ribas do rio Pardo – MS, a PROMOSUL cadastrou 163 crianças, de 7 a 14 anos. Meta de delas está fora da escola!

A delegacia Regional do Trabalho já fechou dezenas delas (carvoarias), mas reconheceu que muitas crianças são forçadas ao trabalho, pelos próprios pais!

Com o Projeto elas podem ganhar bem mais, mandando os filhos para a escola! O governo promete pagar 50 reais para cada criança que trocar a fumaça das carvoarias pela escola do ensino de 1º grau.

O repórter pergunta à mãe do menino carvoeiro:

- O dinheiro que a senhora vai ganhar, pelo estudo dos seus filhos, compensa?

- Compensa! Melhor do que eles ficarem aqui, trabalhando! É pior aqui! Não dá futuro para ninguém!

Transcrição da 10ª Reportagem

10ª Reportagem: *Exploração do Trabalho Infantil nas Carvoarias II*

Data da exibição: não consta

Esta matéria faz parte de um conjunto de reportagens exibida pela TV Morena, nos horários de seus principais telejornais - 7h e 18 - cuja temática foi o Trabalho Infantil em MS.

Repórter TV Morena: Os carvoeiros que mandarem os seus filhos para a escola têm direito ao vale cidadania. São 50 reais, por mês, para cada criança de 7 a 14 anos. Mas eles ainda não receberam os vales de agosto e setembro. A mãe reclama:

- São três meses sem receber. A minha filha foi passear para Brasília. O Araceni levou ela para passear. Ela chegou, domingo! O Isai as trouxe o pagamento dela! Mas tem um bocado de pagamento em atraso!

Repórter TV Morena: Os vales-cidadania, em atraso, trouxeram a Eliane de volta ao trabalho. Ela estuda à tarde e passa as manhãs na carvoaria! Eliane fala ao repórter:

- É por causa que o dinheiro não veio! Eu tenho que ajudar o pai!

Repórter TV Morena: Outras crianças passam a metade do dia ajudando os pais, mas contrariando o objetivo do Programa, criado para acabar com o Trabalho Infantil! Isso acontece porque a principal exigência do Convênio não saiu do papel! As crianças deveriam passar o dia inteiro na escola! Faltam professores e funcionários, para que as escolas possam funcionar em período integral!

O prefeito de Ribas do Rio Pardo diz que não tem dinheiro nem para pôr em dia o pagamento do vale! Reclama o prefeito : “Até agora só recebeu 20 mil reais, do Governo Federal!”

Repórter TV Morena: O dinheiro demora! Ele está preso a uma condição : prestar conta de uma remessa, para receber a outra!

Prefeito: - Nós ficamos quinze dias, para pagar o Município todo!

ANEXO B